

GABRIEL FERREIRA SCHULZ

NO FIO DA NAVALHA E NA PONTA DO LÁPIS: A FORMAÇÃO DA FLOR DA GENTE  
NA IMPRENSA ILUSTRADA CARIOCA (1860 - 1872)

BRASÍLIA  
2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIEL FERREIRA SCHULZ

NO FIO DA NAVALHA E NA PONTA DO LÁPIS: A FORMAÇÃO DA FLOR DA GENTE  
NA IMPRENSA ILUSTRADA CARIOCA (1860 - 1872)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social e suas Múltiplas Formas.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Balaban

Brasília  
2025

Gabriel Ferreira Schulz

**No fio da navalha e na ponta do lápis: a formação da Flor da Gente na imprensa ilustrada carioca (1860 - 1872)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social e suas Múltiplas Formas.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Balaban

**Data da aprovação:**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Marcelo Balaban (Orientador - Presidente)**  
Universidade de Brasília – UNB

---

**Prof. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto (Membra Interna Titular)**  
Universidade de Brasília – UNB

---

**Prof. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos (Membra Externa Titular)**  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

---

**Prof. Dra. Aline dell’Orto Carvalho Romon (Membra Suplente)**  
Lycée Français François Mitterrand de Brasília

Brasília  
2025

*Dedico à Íris,  
minha flor.*



## AGRADECIMENTOS

O percurso que me conduziu até a entrega desta dissertação foi construído por muitas mãos, às quais expresso meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente, à minha esposa, Íris, por todo apoio, motivação, paciência e compreensão. A única pessoa neste universo que sabe o que realmente significou esta pesquisa. Obrigado pelas estratégias de incentivo, desde as mais suaves até as mais duras. Sem o seu suporte, este trabalho não seria possível.

Iê, a capoeira! Aos amigos que a capoeira me deu, em especial àqueles que me instruíram e ensinaram. Iê, viva meu mestre! Ao mestre Índio, que, com seus ensinamentos e sua filosofia de vida, de capoeira, das ruas, da natureza, contribuiu não apenas para minha formação na capoeira, mas também como ser humano. Aos professores, especialmente Mindu e Cravo, não apenas pelos treinos, mas principalmente pelo interesse e incentivo, sempre me convidando para dar oficinas e aulas, as quais impactaram positivamente a pesquisa. Aos parceiros e parceiras do grupo Capoeira Mata Verde do qual faço parte com muito orgulho. Aos demais mestres, professores e camaradas dos treinos, rodas, trocas e vivências.

Aos meus pais, por toda dedicação ao meu crescimento e formação. Aos meus irmãos, Daniel e Rafael, dois futuros doutores que me inspiram. Aos meus avós e tios pelo imensurável suporte. À minha segunda família, especialmente meus sogros, Ana e Daniel, e meus cunhados, que comemoraram cada etapa deste percurso. Aos meus amigos Pedro, Guilherme, Bacelar e tantos outros que, à sua maneira, me apoiaram, mas também souberam respeitar o distanciamento nos últimos anos, sem enfraquecer a amizade. Aos meus alunos queridos, com os quais pude compartilhar as histórias e o amor pela capoeira. Aos colegas professores do CEF 104 e do CASEB, que incentivaram a dupla jornada profissional e acadêmica. Aos recentes colegas do Arquivo Nacional, que em pouco tempo contribuíram para o aprimoramento da pesquisa.

Viva a universidade pública! Viva a ciência! Aos professores da pós e tantos colegas que fizeram parte da caminhada pela UnB, especialmente Bruno Lima, que enfrentou comigo a ideia de emendar o mestrado após a graduação, em meio à pandemia. Ao meu estimado orientador, Marcelo, por acreditar no potencial do meu trabalho e por cada crítica construtiva. Aos professores Liberac e Aline, que deram outra perspectiva para a pesquisa a partir da qualificação. Também às professoras Ana e Flávia, pela arguição na banca que aprovou esta dissertação. Por fim, ao PPGHIS-UnB, pela compreensão e apoio.

*Era uma noite sem Lua e eu estava sozinho  
Fazendo do meu caminhar o meu próprio caminho  
Sentindo o aroma das rosas e a dor dos espinhos*

*De repente apesar do escuro eu pude saber  
Que havia alguém me espreitando sem ter nem por quê  
Era hora de luta e de morte, é matar ou morrer*

*A navalha passou me cortando era quase um carinho  
O meu sangue misturou-se ao pó e as pedras do caminho  
Era hora de pedir axé para o meu orixá  
E partir para o jogo da morte, é perder ou ganhar*

*Eu dei o bote certo da cobra, alguém me guiou  
Meia-Lua bem dada é a morte  
E a luta acabou*

*Eu segui pela noite sem Lua  
Histórias na algibeira  
Não é fácil acabar com a sorte de um bom capoeira*

*Se você não acredita me espera num outro caminho  
E prepara bem sua navalha  
Eu não ando sozinho*

*(Mestre Toni Vargas)*

## RESUMO

Esta dissertação analisa caricaturas publicadas na imprensa ilustrada sobre a Flor da Gente, malta célebre de capoeiras da Corte. Tratadas muitas vezes apenas como ilustrações ou, inversamente, meras distorções, as caricaturas sobre capoeiras — muitas desconhecidas da historiografia — consistem no maior acervo iconográfico sobre a capoeira do século XIX. Argumenta-se que, por meio de uma leitura a contrapelo, essas imagens permitem acessar, além de representações racistas, as estratégias de resistência e ascensão social daqueles personagens das ruas. Desse modo, este trabalho constitui uma história social de parte desse conjunto imagético, analisando caricaturas sobre a ação dos capoeiras da Glória nas eleições de 1872. A investigação confirma a relevância desse pleito para a formação da malta, porém, demonstra que ela já existia e atuava desde a década anterior. Demonstra-se que, em vez de um surgimento, a eleição de 1872 marca o desabrochar da Flor da Gente, principalmente na imprensa. A imagem e o nome do grupo foram formados a partir de notícias e gravuras que produziam sentidos altamente racializados para o vínculo do deputado conservador Duque-Estrada Teixeira com os capoeiras em um período de debates intensos sobre escravidão, raça e cidadania no Brasil. Portanto, a Flor da Gente foi, em parte, uma criação da própria imprensa. Contudo, o exercício de elaboração de uma biografia coletiva dos integrantes da malta demonstra que ela foi formada por pessoas bem reais, cujas trajetórias permitem vislumbrar as experiências plurais dos capoeiras na Corte, como eles lidavam com a repressão e o racismo. As trajetórias desses homens foram reconstruídas por meio do método de ligação nominativa, seguindo seus nomes em documentação diversificada: notícias, crônicas, poemas, romances, biografias, dicionários, registros de prisão e processos judiciais. Por fim, para formar uma imagem mais completa, essa biografia coletiva foi comparada com as imagens da imprensa ilustrada. Assim, a pesquisa evidencia as possibilidades e limites das caricaturas para compreender a capoeiragem carioca e as tensões sociais e raciais do período.

**Palavras-chave:** Capoeira; caricaturas; imprensa; eleições; cidadania; escravidão; liberdade.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes caricatures published in the illustrated press about the **Flor da Gente**, a renowned *malta* of capoeiras in the Court. Often treated merely as illustrations or, conversely, as distortions, the caricatures of capoeiras — many of them unknown to historiography — constitute the largest iconographic collection on capoeira in the nineteenth century. It is argued that, through a counter-reading, these images provide access not only to racist representations but also to the strategies of resistance and social mobility of those street figures. Thus, this work constitutes a social history of part of this visual corpus, analyzing caricatures about the actions of the Glória capoeiras during the 1872 elections. The research confirms the relevance of that electoral contest for the formation of the *malta*, yet demonstrates that it already existed and was active since the previous decade. It is shown that, rather than a birth, the election of 1872 marks the blooming of the Flor da Gente, especially in the press. The group's image and name were shaped through news reports and engravings that produced highly racialized meanings for the connection between the conservative deputy Duque-Estrada Teixeira and the capoeiras in a period of intense debates on slavery, race, and citizenship in Brazil. Therefore, the Flor da Gente was, in part, a creation of the press itself. Nonetheless, the collective biography of the *malta*'s members demonstrates that it was composed of very real individuals, whose trajectories reveal the plural experiences of capoeiras in the Court and how they dealt with repression and racism. These men's lives were reconstructed through the method of nominative linkage, tracing their names across diverse documentation: news reports, chronicles, poems, novels, biographies, dictionaries, prison records, and judicial proceedings. Finally, to form a more complete image, this collective biography was compared with the images from the illustrated press. In doing so, the research highlights both the possibilities and limits of caricatures for understanding Rio de Janeiro's capoeira culture and the social and racial tensions of the period.

**Keywords:** Capoeira; caricatures; press; elections; citizenship; slavery; freedom.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ainda as eleições.....	11
Figura 2 - A flor da sua gente.....	24
Figura 3 - As armas nacionais.....	27
Figura 4 - A eleição correu regularmente.....	33
Figura 5 - Soberania popular.....	40
Figura 6 - Preto é branco.....	42
Figura 7 - “A Reforma Illustrada”.....	49
Figura 8 - Viva a liberdade do voto.....	54
Figura 9 - Veni, cabalari et vinci!.....	58
Figura 10 - Nhô Quim dá em fósforo eleitoral.....	68
Figura 11 - Fogo neles.....	70
Figura 12 - Capoeiragem política.....	73
Figura 13 - Viva o Nhô Duque-Estrada.....	74
Figura 14 - Recompensa dos vivas.....	75
Figura 15 - Cabeçada mineira.....	76
Figura 16 - Mão do governo.....	77
Figura 17 - Ensaio geral.....	80
Figura 18 - Ficha de detenção.....	87
Figura 19 - Apelação do Príncipe da Lapa.....	88
Figura 20 - A moda do dia.....	95
Figura 21 - Comprovante de impressor litógrafo.....	101
Figura 22 - Tipos do povo soberano.....	108
Figura 23 - A flor carregava o seu chefe.....	117
Figura 24 - Equilíbrio das Cores.....	120

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O DESABROCHAR DA FLOR: as origens da malta da Glória.....</b>	<b>23</b>
1.1 - A “carta negra”: a origem da malta da Glória?.....	23
1.2 - As raízes: os capoeiras e as eleições na década de 1860.....	29
1.3 Primeira Florada: Eleições do Pagode e os primeiros indícios da malta da Glória.....	39
1.4 “Ou a Reforma ou a Revolução”: os periódicos liberais e os capoeiras.....	44
<b>CAPÍTULO 2 - O JARDINEIRO DA FLOR DA GENTE.....</b>	<b>57</b>
2.1 - Um Catilina dos trópicos: a trajetória política de Duque-Estrada.....	57
2.2 “A liberdade é uma flor”: Duque-Estrada e a Lei do Ventre Livre.....	63
2.3 Nhô-Quim e Nhô nhô da Glória.....	67
<b>CAPÍTULO 3 - AS FLORES: os capoeiras da Glória.....</b>	<b>80</b>
3.1 - O príncipe da Lapa e Basílio Guilherme: os líderes da malta.....	83
3.2 - Chem-Chem e Lagalhê: os capoeiras e a imprensa.....	91
3.3 A Flor da Gente entre Nagoas e Guaiaamus.....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

No dia 7 de setembro de 1872, cinquentenário da independência brasileira, o leitor que adquiriu a revista ilustrada *O Mosquito* nas ruas da Corte, recebeu em sua residência ou folheou em algum estabelecimento, deparou-se com a imagem de José Bonifácio de Andrada e Silva estampada na capa. Retratado de forma solene, num estilo que mescla o retrato clássico com toques de uma idealização quase heroica, Bonifácio encara o observador com um olhar firme e sereno. A intenção da obra parece evidente: apresentar o homem como símbolo, como ícone da independência, um fundador da nação. Entretanto, ao percorrer a revista, o leitor logo perceberia o contraste da capa com as outras caricaturas daquele número, dedicadas às eleições.



Figura 1 - Ainda as eleições

Fonte: *O Mosquito*, n. 156, 7 de setembro de 1872.

No alto das folhas centrais da edição, o título “AINDA AS ELEIÇÕES” parece expressar a fadiga com o tema recorrentemente abordado naquele periódico. O letreiro é cortado pela empunhadura de uma faca que integra o estranho arranjo feito com punhais, revólveres, baionetas e, curiosamente, duas saias, formando uma espécie de “troféu de armas eleitorais”. Esse tipo de publicação ilustrada produz humor para os eventos da semana. Porém, os sentidos desse humor para aqueles imersos nos eventos eleitorais de 1872 estão distantes de nós. Alguns elementos são mais óbvios, como a crítica à corrupção e à violência do processo eleitoral. Outros, entretanto, são misteriosos. Mesmo que não compreendesse de imediato por que as saias eram consideradas armas eleitorais, o assinante poderia, por meio da discussão com outros leitores, acessar mais facilmente sentidos para aquela piada. Da mesma maneira, ele poderia entender a contradição de símbolos na personagem que exibe um barrete frígio, uma coroa e uma capa escrita “reforma” enquanto lança uma espécie de aspersório católico na direção do rosto de um homem. Estava acessível para ele o nome deste e dos outros personagens caricaturados nas páginas, como aqueles vestidos à maneira do imperador Guilherme e dos generais Bismarck e Moltke. Entendia de pronto, talvez, a decepção do cidadão acamado por seu nome não ser mencionado nos boletins eleitorais da imprensa. Por fim, sabia por que o “célebre biju” era parte da “tragicomédia apuração”.

Afastados por mais de século, encontraremos dificuldade para acessar o sentido que a imagem possuía naquele contexto. Ainda que possamos identificar elementos transparentes, as caricaturas tornam-se opacas. Este é o caso de uma imagem aparentemente simples, localizada no canto superior direito da Figura 1. O desenho representa uma planta cujo caule e folhagem se conectam à cabeça de um homem branco. Com testa larga, barba média e um monóculo no olho direito, ele esboça um leve sorriso. Ao seu redor, homens negros parecem se divertir enquanto cuidam da planta com admiração. Um deles, de costas para o observador, vestindo uma camisa de mangas dobradas e uma espécie de colete, ergue um grande regador, despejando água no vaso. À direita, outro personagem, apoiado sobre a mesa, observa a flor com expressão concentrada, quase como se estivesse hipnotizado. Ao fundo, o terceiro homem negro, de cabelo dividido e penteado para o lado, sorri amplamente.

Os assinantes e eventuais leitores da revista sabiam muito bem quem estava caricaturado e entendiam de pronto a piada. Entretanto, não é o nosso caso. Assim como argumentou Robert Darnton, “quando não conseguimos entender um provérbio, ou uma piada, ou um ritual, ou um poema, sabemos que estamos diante de alguma coisa”.<sup>1</sup> Caricaturas

---

<sup>1</sup> DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 5.



são fontes ambíguas e enigmáticas por natureza. Justamente por isso, abordar a imagem da “flor da sua gente” com estranhamento é uma estratégia que pode render bons frutos.

A pesquisa em jornais do período é um método interessante para desvendar os significados das imagens. Utilizando a ferramenta de busca da Hemeroteca Digital Brasileira para o período de 1870 - 1879 no Rio de Janeiro, encontramos 43 ocorrências do termo “flor da sua gente” em 17 periódicos. O jornal *A Reforma: Órgão Democrático* se destaca com 15 ocorrências, 11 a mais que o segundo colocado. A primeira dessas ocorrências, é de alguns dias depois da publicação da caricatura. Trata-se de um longo texto intitulado “Atração do abismo”, que critica as medidas políticas ??....do gabinete conservador, mas especialmente a violência utilizada pelo governo para vencer as eleições: “Depois de tê-los acoroçoar, não pode mais conter os ímpetos perversos da *flor de sua gente* (...) Tendo posto a seu soldo os capangas da perna e da navalha, são eles que atualmente o arrastam.”<sup>2</sup> Outro periódico que se destaca é a folha ilustrada *A Vida Fluminense*, com 4 ocorrências. A primeira delas aponta que: “É verdade que as más línguas asseveram de ver-se a recente eleição do Sr. Duque Estrada aos *modos persuasivos* que a *flor da sua gente* empregou para com para com os eleitores do município neutro”.<sup>3</sup> Em suma, essas e outras menções revelam que a caricatura faz parte de denúncias à ação de “capangas de perna e de navalha” a mando do deputado Duque-Estrada Teixeira. Na imagem, o conservador era a flor da sua gente, a flor dos capangas, “a flor dos capoeiras”.<sup>4</sup>

A capoeira, reconhecida em 2014 como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, é uma prática profundamente enraizada na história, cuja influência permanece viva na forma como é praticada hoje. Também por isso, o passado é um espaço de disputa, de mitos que simplificam a complexa e multifacetada história da capoeira.<sup>5</sup> Conforme tem demonstrado a historiografia, a capoeira passou por significativas transformações ao longo do tempo.<sup>6</sup> No início do século XIX, foi um importante elemento na sociabilidade das pessoas escravizadas, que se utilizavam da prática não apenas para resistir às forças da ordem, mas como instrumento num jogo de poder dos próprios cativos.<sup>7</sup> Assim, esse folgado dos africanos escravizados assumiu diferentes significados sociais na “cidade negra”, funcionando também

<sup>2</sup> A Reforma, n. 209, 12 de setembro de 1872, p. 1.

<sup>3</sup> A Vida Fluminense: Folha Joco-Séria Ilustrada, n. 247, 21 de setembro de 1872, p.2.

<sup>4</sup> A Reforma n. 194, 26 de agosto de 1872, p. 1.

<sup>5</sup> VIEIRA, Luiz Renato Vieira & ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. Estudos Afro-Asiáticos (34):81-121, dez. de 1998

<sup>6</sup> Para uma análise da historiografia da capoeira, ver: OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. & LEAL, Luiz Augusto. “Por uma historiografia da capoeira no Brasil”, In: Capoeira, identidade e gênero : ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. - Salvador : EDUFBA, 2009.

<sup>7</sup> SOARES, Carlos Eugênio Libano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850. Campinas, SP, Brasil: Editora da UNICAMP, 2004.

como ferramenta para sobrevivência na competitiva realidade do centro urbano escravista.<sup>8</sup> O caráter agregativo da capoeira foi fundamental na resistência à repressão das autoridades, pois, contribuindo para a formação de elos de proteção entre os cativos, ela permitia a recriação de laços sociais desfeitos na diáspora. Ao mesmo tempo, entretanto, funcionava como elemento divisor dentro da geografia da cidade escrava, radicalizando as rivalidades entre os escravizados, que passaram a se organizar de acordo com áreas da Corte. As disputadas fontes de água, as requisitadas praças e as almejadas igrejas constituíram marcos físicos que dividiam o espaço habitado pela população negra. Além dos marcos usuais da cidade, a divisão por freguesias, com nomes de ruas, numeração, e outros marcadores urbanos oficiais, havia toda uma geografia social a dividir e criar significados para a cidade. Entretanto, essas divisões e conflitos não eliminam o caráter de resistência da capoeiragem, desde que o conceito seja complexificado e se admita os diferentes níveis de resistência: coletiva, individual, cultural, de classe, de gênero etc.<sup>9</sup>

A forma como a prática era percebida pelas autoridades também passou por mudanças, como pode ser observado no “jargão policial”. Segundo Carlos E. L. Soares, no início do dezenove, “a capoeira se assemelhava a um ‘jogo’, uma dança, mas, na década de 1830, ‘capoeira’ remete a um tipo social, aquele que será denominado claramente ‘o capoeira’.”<sup>10</sup> O autor argumenta que desde a década de 1840, os capoeiras vão se consolidar como um tipo definido, facilmente identificado a partir de signos, roupas, modos de falar e agir. Curiosamente, é nesse período que a composição da capoeira se pluraliza com o envolvimento cada vez mais intenso de homens libertos e livres, brasileiros e até europeus. Após a lei Eusébio de Queiroz, aquela que pôs fim definitivo ao tráfico de escravos em 1850, o número de escravizados africanos, tragados pelo tráfico interno, diminui nos centros urbanos e, por consequência, no universo da capoeiragem carioca.

É também em meados do século XIX que fica mais nítida a formação das maltas de capoeiras, que consolidam e aprimoram aquela geografia social forjada pelos escravizados no início do século. A Guerra do Paraguai foi decisiva no processo de mudanças e composição das maltas, especialmente após o retorno de capoeiras que haviam sido recrutados, inclusive de maneira forçada em uma estratégia de limpeza social. Com experiência militar em uma guerra sangrenta e violenta como aquela, além da conquista de cargos no exército, guarda

---

<sup>8</sup> Sobre o conceito de cidade negra, ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>9</sup> PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)*. 1996. Dissertação Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP p. 49.

<sup>10</sup> SOARES, op. cit., 2004, p. 112.

nacional, polícia e do reconhecimento por parte da população, aqueles sujeitos tornaram-se ainda mais perigosos e difíceis de controlar.<sup>11</sup> Assim, desde meados os anos 1860, momento de debates acalorados sobre o destino da escravidão e dos libertos, as maltas de capoeiras foram um ingrediente a mais no temor dos brancos em relação à população negra. Contribuiu para tanto o envolvimento de alguns capoeiras nas disputas partidárias do Império. Vale ressaltar, contudo, que essa era uma entre as múltiplas dimensões da capoeiragem carioca e que é preciso cuidado para não cair na generalização que a imprensa, em especial a ilustrada, fazia em relação à prática, construindo a imagem do capoeira como essencialmente um capanga político e, da Flor da Gente, como a principal malta de capoeiras do período.

Embora usualmente utilizadas como ilustrações, as caricaturas são fontes incontornáveis para compreender o surgimento e a fama que a Flor da Gente adquiriu a partir de 1872. Essas imagens são representações que os artistas faziam dos eventos e, portanto, podem ser tomadas como fontes históricas, como meio de compreensão daquela realidade social. Trata-se de um esforço metodológico de partir das imagens para compreender a experiência dos capoeiras, suas formas de organização e resistência. Entretanto, essa é uma operação complexa, especialmente quando lidamos com o caráter escorregadio dessa documentação.

Vivemos em uma era em que a cultura visual se impõe como linguagem dominante, transbordando pelas telas que mediam nossa experiência cotidiana. As redes sociais nos afogam em seu fluxo incessante, convertendo o olhar em consumo rápido e fragmentado. Assim, esse trabalho é parte de um esforço de subverter o modo apressado de lidar com as imagens, buscando, em seus detalhes, acessar uma realidade mais profunda.<sup>12</sup> Isso não significa, porém, uma busca para esgotar os supostos significados de todos os elementos de uma imagem. As caricaturas serão analisadas a partir de um olhar objetivo, que considera o todo, mas se concentra nos detalhes. Conforme ensinou o historiador da arte Aby Warburg, acreditamos que uma pequena gravura aparentemente sem relevância nos permite ouvir vozes humanas silenciadas.<sup>13</sup>

A caricatura publicada no cinquentenário da Independência, intitulada “*A flor da sua gente*”, permite que várias questões sejam levantadas: por que o autor inverteu o nome da malta e retratou Duque-Estrada como a flor dos capoeiras? Quais os sentidos dessa inversão

---

<sup>11</sup> Os registros da Casa de Detenção demonstram esse processo de pluralização na composição da capoeiragem. Contudo, ainda no final do século, homens negros formavam a grande maioria dos presos por capoeira. Ver “A composição das maltas”, In: SOARES, op. cit., 1994.

<sup>12</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais, Raízes de um Paradigma Indiciário. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>13</sup> “De A Warburg a E. H Gombrich: notas sobre um problema de método”. In: GINZBURG, 1989, op. cit.

— apenas uma chacota ao representá-lo como uma delicada flor ou uma forma de indicar que ele seria a figura principal, o líder daquela malta? Qual a relação de Duque-Estrada com os capoeiras? São mesmo capoeiras os personagens retratados? Que significado têm as expressões faciais de encanto e divertimento diante da flor? E, por fim, qual o sentido da ação de um dos homens que a rega? Essas e outras questões emergem a partir da análise da imagem, e ao longo da dissertação buscaremos explorá-las, articulando novas problematizações. Ressalte-se, porém, que as caricaturas não foram escolhidas apenas por uma questão de método, mas também por sua relevância histórica: não apenas representaram uma realidade, como desempenharam um papel ativo na configuração dessa mesma realidade. Destacamos, assim, a ação e o poder dessas imagens no contexto em que foram produzidas.

Desenvolvida inicialmente na Europa, a imprensa ilustrada alterou a circulação e o consumo de imagens para o público de maneira inédita. Com essas revistas, imagens em diferentes formatos se tornaram algo muito mais comum no cotidiano das pessoas, principalmente em grandes centros urbanos.<sup>14</sup> No Brasil, elas se proliferaram na segunda metade do século XIX, especialmente com o desenrolar da Guerra do Paraguai, momento de ânsia por registros visuais do conflito.<sup>15</sup> Dentre os diversos tipos de imprensa ilustrada, destacaram-se as revistas humorísticas de caricaturas, as quais abordavam os mais variados temas cotidianos a partir de um suporte visual muito particular. Conforme demonstrou Marcelo Balaban, havia pouco consenso sobre o que era a caricatura, sendo marcada pela indefinição, por sentidos que muitas vezes entravam em conflito.<sup>16</sup> Assim como proposto por Aline dell’Orto Romon, utilizamos o termo “caricatura” em seu sentido amplo, como era concebido no século XIX.<sup>17</sup> Portanto, essa fonte deve ser tomada a partir do contexto, das técnicas e modos de produção, da recepção e das intenções de cada imagem, artista e revista.

Espécie de “crônica visual”, na qual ilustrações e textos se combinam para formar um jornalismo ímpar, que não necessariamente estava preocupado em noticiar, os impressos ilustrados partiam, em geral, do pressuposto de que o leitor estava ciente dos acontecimentos cotidianos, revisitando os fatos da semana, criticando e debatendo informações já conhecidas. Por meio da produção de múltiplos sentidos, construíam métodos engenhosos de fazer crítica social e tratar de questões políticas. Longe de refletir a realidade, as imagens buscavam

<sup>14</sup> MAINARD, Patricia. *Another World: Nineteenth-Century Illustrated Print Culture*. Yale, 2017.

<sup>15</sup> KNAUSS, Paulo. et al. (orgs.). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

<sup>16</sup> BALABAN, Marcelo. *O Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864 - 1888)*. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2009. p. 31 - 36.

<sup>17</sup> ROMON, Aline Dell’Orto Carvalho, “La Caricature comme facteur d’ordonnancement du monde social”, in: *Être Caricaturiste*, 2022, e-book Kindle.

integrar e intervir nos debates e discussões. Nesse sentido, recentes trabalhos historiográficos demonstram como as revistas ilustradas produziram efeitos e transformações na sociedade. Arnaldo Lucas Pires Jr., em pesquisa sobre as caricaturas da Guerra do Paraguai, explica que “uma das principais características desta modalidade de testemunho histórico” é justamente a “sua capacidade de agência”.<sup>18</sup> Tanto é verdade que Aline dell’Orto, historiadora que estudou o *métier* dos caricaturistas, demonstra como eles percebiam sua atividade como uma “ação no mundo”.<sup>19</sup> A autora também destaca a capacidade dessas imagens de “criar realidade por meio da representação” e de forjar novas formas de sociabilidade.<sup>20</sup> Assim, argumenta-se que as caricaturas, muitas vezes tratadas como meras ilustrações ou, inversamente, representações distorcidas, precisam ser consideradas nas análises da capoeiragem carioca, especialmente da malta da Glória.

Apesar da fama da Flor da Gente, como pode ser observado nas narrativas de memorialistas e cronistas do início do século XX, ela foi objeto de poucas pesquisas historiográficas. Carlos Eugênio Líbano Soares foi quem mais pesquisou sobre a malta. Seu livro *A Negregada Instituição* permanece como a principal referência para compreender a capoeiragem carioca, especialmente a relação com a política. Trata-se de um trabalho de fôlego, com recorte temporal de meio século e uma massiva pesquisa documental e bibliográfica. No capítulo “Da flor da gente à guarda negra: os capoeiras na política imperial”, o historiador argumenta que aquela malta foi um “produto da conjuntura pós-1870, um contexto de tensão política cada vez maior, e de acirramento do ‘não quero’ dos escravos, o que apontava para novas formas de cooptação e incorporação de setores subalternos ao círculo de influência da elite dirigente.”<sup>21</sup> Como sugere o título, Soares compreende a Flor da Gente como o início de um processo que culminaria na Guarda Negra. A Flor da Gente foi, portanto, a origem do que ele chama de “partido capoeira”, que não seria “um grupo específico, com determinado número de membros”, mas “um método, uma forma de fazer política”.<sup>22</sup>

Contudo, se a Flor da Gente foi a semente desse movimento social, quando ela foi plantada? Quem seriam seus membros? Por que e como eles se aliaram ao deputado conservador Duque-Estrada? Acreditamos que uma análise mais específica sobre a malta e seu surgimento permite responder essas questões. Soares sugere que a malta surgiu no início

<sup>18</sup> JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires. *A Imprensa em Guerra: O imaginário e as identidades produzidas nas caricaturas da imprensa ilustrada brasileira e paraguaia durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)*. 2015. p. 18.

<sup>19</sup> “Une nouvelle génération de caricaturistes”, in: ROMON, op. cit.

<sup>20</sup> “Les abonnés, les lecteurs, la foule: les multiples visages du public”, ibidem.

<sup>21</sup> SOARES, “Da Flor da Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial”. In: *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994, p. 206.

<sup>22</sup> Soares, 1994, op. cit. p. 219.

da década de 1870, afirmando que “o fato mais marcante da eleição de 1872 foi o surgimento da Flor da Gente”,<sup>23</sup> sustentando a tese que a malta era um produto daquela conjuntura, como se uma nuvem de transformações permitisse o germinar da malta. Obviamente, Soares não se baseia em nuvens imaginárias, mas em eventos reais. A Guerra do Paraguai e o retorno dos combatentes, a lei do Ventre Livre e a crise política dela derivada, a dissolução da câmara, a violência e o escândalo da Flor da Gente fizeram das várias eleições em curto espaço de tempo um processo politicamente tenso e cansativo.

Entretanto, essa leitura, da malta como resultado do contexto, ofusca algumas particularidades do processo de formação da Flor da Gente. O nível de organização da ação dos capoeiras, demonstrada por Soares, indica que não eram estrepantes nos processos eleitorais. Uma análise mais variada e crítica dos periódicos, considerando esse contexto e tomando-os como agentes políticos que contribuíram para moldá-lo, permite um novo olhar sobre a Flor da Gente, especialmente sobre o seu surgimento. Ao seguirmos as pistas na imprensa, analisando processos eleitorais anteriores, encontramos notícias e caricaturas que indicam a existência de uma malta da Glória atuando nas eleições a favor de Duque-Estrada na década anterior. De fato, a famosa alcunha da malta surgiu na imprensa em 1872. A cada fase, de cada eleição daquele ano, o escândalo da aliança do deputado conservador com capoeiras, homens negros e violentos, era retomado num contexto de discussões sobre soluções para escravidão e reformas do sistema político. A Flor da Gente, nesse sentido, era utilizada como exemplo para demandar uma reforma eleitoral. Tudo isso disseminou e popularizou a imagem da malta, fazendo com que ela também seja uma construção da imprensa, em especial a ilustrada.

Em sua pesquisa, Soares menciona e expõe algumas caricaturas.<sup>24</sup> No entanto, até pelo escopo do trabalho, que não se restringe àquela malta, ele não se aprofunda nos significados e dilemas que envolvem essas imagens. Em grande medida, os trabalhos sobre a capoeiragem carioca recorrem às caricaturas como ilustrações. Ao fazer isso, perdem a oportunidade que as imagens proporcionam e correm sérios riscos. Conforme observou Lilia Schwarcz, as imagens “não se comportam, pois, apenas como ilustrações, no sentido de darem lustro a textos cujo sentido se adivinha previamente. Consistem, com muita frequência, em registros influentes: ao mesmo tempo que são produto do seu contexto, ajudam a produzi-lo”.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 197.

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Imagens da Branquitude: a presença da ausência*. São Paulo, 2024, p. 28.

Apesar de não investigar especificamente as imagens sobre a Flor da Gente, o historiador Luiz Sérgio Dias abordou caricaturas sobre a capoeira de maneira inédita até aquele momento.<sup>26</sup> Ainda que recorra constantemente ao caráter ilustrativo das imagens, o autor também esboça um esforço analítico mais amplo sobre as caricaturas. A partir de imagens da *Revista Illustrada* da década de 1880, ele argumenta que havia uma estratégia metafórica nessas caricaturas, que recorriam à ironia e ao humor como formas de ridicularizar uma prática temida, assim como meio aproximação e reflexão sobre um tema sério. Ele argumenta que tal estratégia tinha por objetivo criticar a violência do Rio de Janeiro. As considerações de Dias são relevantes, pois inauguram uma abordagem a essas fontes que pondera seus significados e principalmente seus problemas. Os argumentos sobre as estratégias da *Revista* para incitar reflexão sobre a violência por meio da capoeira certamente nos ajudam a compreender algumas dimensões dessas imagens. Contudo, apesar de fazer críticas relevantes aos documentos, o autor não avança nas possibilidades de utilização das caricaturas como fonte histórica. Assim, a visão limitada e distorcida das fontes se tornou uma barreira que a historiografia, até pouco tempo, não buscou superar.

Os riscos de se trabalhar com as caricaturas ficam evidentes em trabalhos mais recentes. Luiz Felipe de Oliveira Faustino, por exemplo, interpreta a caricatura mais popular sobre a Flor da Gente como uma crítica democrática do caricaturista abolicionista Angelo Agostini em relação a atuação de capoeiras nas fraudes eleitorais.<sup>27</sup> Além do equívoco em relação a autoria da imagem,<sup>28</sup> o autor desconsiderou a legenda, que demonstra que a caricatura não se refere exatamente às eleições, mas ao discurso de Duque-Estrada no parlamento.<sup>29</sup> A concepção de imprensa de oposição elencada pelo historiador é insuficiente para explicar os posicionamentos políticos de fontes dinâmicas como os impressos do século XIX — sequer de hoje. É comum a idealização de Angelo Agostini como um paladino da luta democrática e anti-escravista. Essa sua característica seria um tipo de chave explicativa universal dos desenhos. Ela, contudo, não abre todas as portas, dado ser a realidade mais complexa.<sup>30</sup> Ainda mais preocupante, porém, é que a mesma imagem aparece falsificada em

---

<sup>26</sup> DIAS, op. cit..

<sup>27</sup> O autor argumenta que Angelo Agostini e a imprensa ilustrada estavam “além de caricaturando o caso, cumprindo seu papel de imprensa de oposição, denunciando a prática anti-democrática dos conservadores, que na época não passava de influência pessoal, realizada através da força e coação”. FAUSTINO, Luiz Felipe de Oliveira. *Capoeiragem carioca: da fina malandragem ao esporte civilizado (1885-1910)*. SP: 2008. p. 45-6.

<sup>28</sup> Trata-se de uma gravura de Cândido Aragonez de Faria.

<sup>29</sup> Ver o terceiro capítulo “As flores: os capoeiras da Glória”, figura 23.

<sup>30</sup> Sobre a vida e, principalmente, as interpretações idealizadas sobre Agostini ver: BALABAN, Marcelo. *O Poeta do Lápis*.

um livro bastante popular entre capoeiristas atualmente. Em vez do rosto de Duque-Estrada, exibe-se o de José do Patrocínio, como se fosse uma imagem da Guarda Negra.<sup>31</sup>

Em artigo sobre caricaturas de capoeiras, Marcelo Balaban contribui para superar as dificuldades de análise observadas no trabalho de Dias, inspirando, inclusive, pesquisas de outras áreas que trabalharam com imagens de capoeiras.<sup>32</sup> Os argumentos de Balaban convergem com a percepção de Dias de que essas fontes reproduzem visões preconceituosas e distorcidas sobre a capoeiragem. Ele demonstra como as caricaturas de burgueses com as barrigas abertas pelas navalhas dos capoeiras eram evidentemente um exagero dos caricaturistas. Entretanto, ele defende que “além de permitirem entender a produção de imagens estereotipadas e distorcidas dos capoeiras, revelando as dúvidas e alguns dos dilemas que sua presença impunha, também dão acesso à prática do ponto de vista dos personagens”.<sup>33</sup> Assim, Balaban argumenta que, apesar de exageradas, as caricaturas das barrigas eram resultado das ações dos capoeiras, que queriam se fazer temidos.

As caricaturas sobre capoeiras constituem o maior acervo iconográfico sobre a capoeira oitocentista, permitindo explorar diversos aspectos da prática. A partir de um levantamento realizado por meio da Hemeroteca Digital Brasileira em 10 revistas ilustradas entre 1860 e 1890, encontramos 80 imagens com capoeiras.<sup>34</sup> Destas, cerca de 30 abordam o tema das eleições, sendo 23 especificamente sobre a Flor da Gente. Nesta pesquisa, portanto, destacamos parte desse conjunto de imagens, o qual versa sobre o surgimento da malta da Glória. Entre agosto e dezembro de 1872, os capoeiras foram caricaturados ao menos 17 vezes nas páginas de 3 revistas diferentes.<sup>35</sup> Considerando que as revistas publicavam diversas caricaturas por semana, o número pode não parecer significativo, mas demonstra que esses personagens conquistaram a atenção dos caricaturistas. Tendo em vista a quantidade reduzida de fontes iconográficas sobre a capoeira do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do seguinte, esse conjunto documental produzido em um curto período é surpreendente.

<sup>31</sup> CORRÊA, Eduardo Corrêa & SILVA, Elton. Muito antes do MMA: O legado dos precursores do Vale Tudo no Brasil e no mundo.

<sup>32</sup> LUSSAC, Ricardo Martins Porto Lussac. Entre o crime e o esporte: a capoeira em impressos no Rio de Janeiro, 1890- 1960, 2016. Thiago Rodrigues Amorim. A capoeira e suas narrativas criminais no Rio de Janeiro entre os anos de 1821 a 1955. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

<sup>33</sup> BALABAN, op. cit. 2015, p. 191.

<sup>34</sup> Em algumas dessas imagens, vale ressaltar, temos mais de uma caricatura de capoeira, como é o caso do capítulo de Nhô-Quim, com 8 caricaturas diferentes em que capoeiras são representados. *A Comédia Popular, A Comédia Social, O Besouro, O Fígaro, A Vida Fluminense, A Semana Ilustrada, O Mosquito, O Mequetrefe, O Besouro e a Revista Ilustrada*.

<sup>35</sup> As revistas são: *A Vida Fluminense, A Semana Ilustrada e O Mosquito*. Analisamos integralmente as edições disponíveis na hemeroteca digital. Em algumas das vezes mencionadas, podemos encontrar, na verdade, mais de uma caricatura, como no romance de Nhô-Quim, com mais de uma dezena de desenhos sobre os capoeiras, mas que contabilizamos apenas como um.



A imprensa, em sentido amplo, é uma fonte central para as pesquisas sobre a capoeiragem carioca.<sup>36</sup> Entretanto, o lançamento da Hemeroteca Digital da Brasileira (HDB) e a disponibilização de milhares de páginas de documentos digitalizados para consultas desde 2012 revolucionou as pesquisas sobre e com a imprensa no Brasil.<sup>37</sup> Isso permitiu o acesso a um volume gigantesco de impressos e novas formas de lidar com eles que não estavam disponíveis quando da produção de pesquisas consolidadas como de Bretas, Liberac Pires, Dias e Soares. Os recursos de busca da HDB facilitam, por meio de palavras-chave, a pesquisa sobre os capoeiras na imprensa. Entretanto, é preciso um enorme cuidado para não descontextualizar os registros. Além disso, é fundamental tomar cada jornal e seu projeto editorial, assim como cada tipo de texto que era veiculado, em sua particularidade.<sup>38</sup> Assim, um dos objetivos dessa pesquisa é contribuir para uma análise mais atualizada das múltiplas formas de imprensa dos oitocentos e demonstrando uma relação complexa com a capoeiragem carioca.

Analizamos não somente o processo de construção de uma imagem estereotipada da Flor da Gente, mas também de que maneira essas fontes permitem compreender o núcleo de organização dos capoeiras: as maltas. Para Soares, “a malta de capoeira é a unidade fundamental de atuação dos praticantes da capoeiragem”.<sup>39</sup> Já de acordo com Matthias Rohrig Assunção, as maltas eram espécies de sociedades secretas sobre as quais muito pouco podemos saber, pois se baseiam em princípios de solidariedades desconhecidos, mas que tinham como característica central a disputa por território.<sup>40</sup> Autores como Liberac Pires e Dias contribuíram para expandir nosso conhecimento sobre as maltas, suas formas de organizações, rituais, tradições, etc. Porém, acreditamos que analisar especificamente uma malta, permite mergulhar ainda mais nesse passado da capoeiragem. E a abundância documental permite isso, tanto que decidimos centralizar nossa análise no processo de formação e surgimento dessa malta específica, investigando a relação com a política e a imprensa.

No primeiro capítulo, portanto, analisaremos a origem do nome Flor da Gente e o que chamamos de desabrochar dessa malta. Além das caricaturas, demos especial destaque à cobertura do jornal *A Reforma* sobre aquele processo eleitoral. A análise desse periódico e das

<sup>36</sup> Basta observar o papel que ele desempenhou em pesquisas como a de SOARES, 1994, op. cit., DIAS, op. cit., MOURA, Jair. *A Capoeiragem no Rio de Janeiro Através dos Séculos*. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2009. FAUSTINO, op. cit. LUSSAC, op. cit. e AMORIM, op. cit.

<sup>37</sup> KRAAY, H., CASTILHO, C. T., & CRIBELLI, T. (Eds.). (2021). *Press, power, and culture in imperial Brazil*. University of New Mexico Press.

<sup>38</sup> BARROS, José d'Assunção Barros. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Vozes, 2023.

<sup>39</sup> SOARES, 1994, op. cit., p. 40.

<sup>40</sup> ASSUNÇÃO, 2005, op. cit.

caricaturas que dialogavam com ele permite afirmar que a Flor da Gente foi batizada pela imprensa em 1872, mas que já existia e atuava nos processos eleitorais anteriormente. Assim, escavamos jornais e revistas da década de 1860 para descobrir as raízes dessa malta, o que permite compreender o papel das caricaturas nesse processo. Porém, o que encontramos vai muito além da formação de um bando de capoeiras: brota dessa investigação uma intrincada relação entre a formação da Flor da Gente e debates sobre cidadania no Brasil do século XIX.

No segundo capítulo, investigaremos a trajetória de Duque-Estrada. A análise dos debates parlamentares demonstra que o posicionamento conservador durante a discussão do projeto da Lei do Ventre Livre contribuiu para torná-lo numa espécie de vilão na visão de alguns homens da imprensa. Essa leitura decorre do que é visto como uma contradição: os discursos contra a lei e a prática eleitoral de proximidade com os capoeiras, homens negros. Isso pode ser observado no último capítulo do romance ilustrado “As aventuras de Nhô-Quim”. As caricaturas desta edição, publicada em meio às eleições, permitem visualizar sentidos atribuídos à relação do político com os integrantes da Flor da Gente. Mais que isso, as imagens demonstram formas como essa aliança pode ter sido construída e como ela beneficiava os capoeiras.

Por sua vez, o terceiro e último capítulo demonstra as possibilidades e os limites dessas fontes. Nele, buscamos acessar os capoeiras de carne e osso, de maneira a construir uma biografia coletiva da malta da Glória para comparar com as caricaturas. Essa análise demonstra a agência desses sujeitos, algo que as caricaturas buscavam apagar ou criminalizar. Fica evidente que os capoeiras não estavam alheios e passivos em relação à maneira como eram representados na imprensa. Pelo contrário, faziam uso e moldavam essa representação a seu favor. Os registros policiais e judiciais evidenciam que as imagens, apesar do racismo, exageros e distorções, tinham fundamento na realidade observável em outros documentos. Assim, a análise comparada permite construir uma imagem mais completa da Flor da Gente.

A caricatura em que Duque-Estrada foi desenhado como flor dos capoeiras é nosso ponto de partida para compreender o processo de formação da malta da Glória. A imagem revela as tensões e dilemas que a presença dos capoeiras impuseram no início da década de 1870. Assim, a imprensa ilustrada desempenhou um papel relevante na consolidação da imagem da malta e na popularização do nome Flor da Gente.

## CAPÍTULO 1 - O DESABROCHAR DA FLOR: as origens da malta da Glória.

**Uma flor levando flores**  
 Fui um dia ao parlamento  
 E, sentado à alegria.  
 Vi coisas que eu não diria.  
 Flor da gente com assento,  
 E muito a seu contento.  
 Eu a vi cantar louvores.  
 Aos ministros, seus amores,  
 Terminando a tal história.  
 Deu-lhe o povo lá da Glória.<sup>41</sup>

### 1.1 - A “carta negra”: a origem da malta da Glória?

Ao cair da noite de 21 de agosto de 1872, enquanto passeava pelas imediações da igreja da freguesia do Espírito Santo, um homem deparou-se, por acaso, com um bilhete esquecido no chão. Talvez ele não tivesse noção de como aquele pedaço de papel impactaria profundamente a cobertura jornalística do processo eleitoral daquele ano. A eleição para deputados do parlamento de 1872 foi uma das eleições mais marcantes da história política da monarquia, senão do Brasil. Contou com a maior participação popular até então, sendo superada numericamente apenas em 1930 e proporcionalmente somente em 1945.<sup>42</sup> No entanto, aquele processo entrou para a história por conta da violenta disputa entre os partidos liberal e conservador. Na Corte, especialmente jornais liberais noticiaram “cenas de sangue” que “em diferentes freguesias foram promovidas pelas maltas de capoeiras e faquistas que circundam e apoiam os juizes de paz presidentes das mesas paroquiais”.<sup>43</sup> Dessa forma, o bilhete encontrado seria uma evidência da aliança dessas maltas de capoeiras com o partido conservador.

Ao perceber que o conteúdo era relevante para o processo eleitoral em andamento, o homem logo entregou aos colaboradores do jornal liberal *A Reforma: órgão democrático*. Transcrito na primeira página da edição do dia seguinte, a autoria do bilhete reforçava a acusação recorrente de que capangas responsáveis por conflitos nas eleições eram capitaneados pelo deputado conservador e juiz de paz da freguesia da Glória.

<sup>41</sup> Gazeta de Notícias, n. 84, 27 de março de 1877.

<sup>42</sup> CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras : a política imperial. Civilização Brasileira, 2003. p. 395.

<sup>43</sup> A Reforma, n. 189, 20 de agosto de 1872.

Illms. Srs. major Elione e Corrêa de Mello  
 Aí vai o resto do reforço pedido.  
 Este é de lei: é parte da flor de minha gente.  
 Desejo-lhes triunfo e felicidade.  
 O amigo muito obrigado.  
 Dr. Duque-Estrada Teixeira. —21 de agosto, 1872.<sup>44</sup>

O bilhete era endereçado a Elione de Almeida, juiz de paz da freguesia do Espírito Santo, e a Corrêa de Mello, subdelegado local. De acordo com os jornalistas do *A Reforma*, tratava-se de um aviso: Duque-Estrada teria enviado os capoeiras da Glória para interferir nas eleições do Espírito Santo. O “Sr. Elione”, por sua vez, acolheu esses homens, que chegaram em carruagens, permitindo que trocassem de roupa em uma “confeitaria” antes de partirem para promover as fraudes eleitorais. Contudo, foi uma frase do bilhete que capturou a atenção da imprensa, transformando-se em munição para críticas mordazes. Ao afirmar que o reforço enviado “é parte da flor de minha gente”, o deputado conservador tornou-se alvo do humor impresso nos jornais e revistas. Como os capoeiras eram a expressão da violência e da marginalidade urbana,<sup>45</sup> chamá-los de “flor da minha gente” era uma piada pronta, que foi largamente aproveitada por um tipo de impresso do período: as revistas ilustradas de caricaturas.



Figura 2 - A flor da sua gente

Fonte: O Mosquito n° 156, setembro de 1872

Legenda: A flor da sua gente

<sup>44</sup> *A Reforma*, n. 190, 21 de agosto de 1872.

<sup>45</sup> DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo de capoeira? 1890-1904*. Rio de Janeiro, 2001.

Em caricatura publicada na revista satírica *O Mosquito*, algumas semanas após as eleições, Angelo Agostini explora o termo que se tornaria o popular nome da malta de capoeiras da Glória. Embora aparentemente simples, essa é uma caricatura extremamente densa. Chama atenção a inversão realizada pelo lápis criativo do italiano: a flor, nesse caso, não são os capoeiras, mas o próprio deputado. Ele era, portanto, a flor daquela gente. Por mais difícil que seja determinar como essa piada foi recebida, pela forma como ela se repete em diferentes impressos, parece que teve certo impacto não apenas na imagem pública do deputado conservador, mas especialmente na imagem da malta, que passou não apenas a ser mais conhecida, como temida.

Por conseguinte, argumenta-se que as caricaturas foram responsáveis pela consolidação do nome do grupo e, mais que isso, pela construção da imagem da malta, ou seja, pela formação da Flor da Gente. As gravuras contribuíram para expandir a fama daquele bando, que perdurou por décadas, como demonstra uma publicação da revista *O Malho* em 1921: “Flor da gente, aqui, ainda é sinônimo de cafajeste ou capoeira”.<sup>46</sup> Desse modo, as elas são centrais para compreender como aquela malta de capoeiras se transformou em símbolo da capangagem política. Tal qual tem demonstrado a historiografia, a imprensa não é um meio passivo de comunicação, mas um agente capaz de interferir na realidade e nos acontecimentos históricos.<sup>47</sup> As caricaturas sobre a Flor da Gente, portanto, tiveram um papel particularmente importante. Elas conquistaram um destaque privilegiado nas publicações, ocupando capas de revistas, páginas inteiras ou até mais de uma página em uma mesma edição. Em uma sociedade majoritariamente iletrada, essas gravuras certamente impactaram e tiveram uma circulação diferenciada.<sup>48</sup>

Neste capítulo, analisaremos as imagens que circundam a formação ou aparecimento da malta da Glória. As fontes e a própria análise de autores como Carlos Eugênio Líbano Soares sobre a atuação da Flor da Gente nas eleições de 1872 indicam uma malta organizada e experiente nos conflitos eleitorais. Esse historiador afirma que a “a entrada tumultuosa da flor da gente na cena eleitoral antecederia sua alcunha(...)”<sup>49</sup> Porém, antecede quanto? Ou seja, quando teria sido a entrada da malta da Glória na cena eleitoral? Soares, dá a entender que teria sido no processo eleitoral de 1872, momento em que a malta ganha seu mais conhecido nome. Quando o nome ganha forma de imagem, produz-se memória, lugar a ser questionado.

<sup>46</sup> *O Malho*, n.º 1000, 12 de nov. de 1921, p. 10.

<sup>47</sup> MOREL, Marco. História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. 2006. BARROS, José D' Assunção. O jornal como fonte histórica, Editora Vozes, 2023.

<sup>48</sup> Sobre a circulação das caricaturas ver ROMON, Aline Dell'Orto Carvalho. Être caricaturiste: le métier de dessinateur de presse à Rio de Janeiro (1844-1888). Paris: Le Poisson Volant, 2022.

<sup>49</sup> SOARES, op. cit., 1994, p. 202.

Na imagem de Agostini sobre a Flor da Gente, os personagens negros não foram retratados explicitamente como capoeiras. Como veremos, ao menos desde as eleições de 1868, já havia uma forma de representá-los. O “tipo social” era largamente reconhecível desde meados do século,<sup>50</sup> e nosso desenhista sabia perfeitamente, quando queria, tornar o personagem facilmente identificável. Porém, ele optou por representar os membros da Flor da Gente sem evidenciar que eram capoeiras, como costumava fazer a partir da indumentária e das armas que remetiam diretamente aos capangas. Não eram os “tipos” que regavam o deputado, mas homens negros no sentido mais amplo.

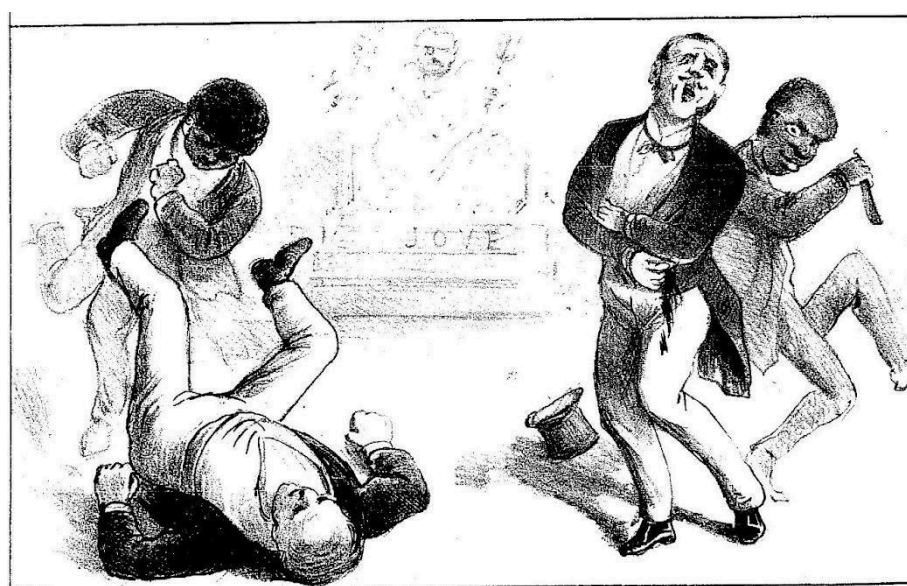
A cereja do bolo é que os personagens negros são justamente os responsáveis pelo crescimento — e até pela existência — da flor, já que são eles que a estão regando. Ainda que haja uma certa inocência atribuída pelo olhar, eles foram representados como o fator principal para a ascensão do deputado conservador. Contudo, atendendo a uma característica desse tipo de fonte, a imagem é ambígua. Por um lado, ela expressa a capacidade de arregimentação e controle exercido por homens como Duque-Estrada, visível no olhar de admiração e encantamento dos personagens negros. No entanto, a caricatura também permite a leitura de que esses indivíduos, supostamente enfeitiçados pela flor, detinham a capacidade de proporcionar um crescimento político para os atentos à sua presença. Assim, pauta-se não apenas as relações de controle e dependência características de uma sociedade escravista, mas também a força política que esses sujeitos estavam adquirindo. Neste ponto reside a ambiguidade inquietante da gravura. Ela está ligada à presente tensão nas relações sociais do período, derivada dos debates sobre a questão servil, que se intensificam durante a Guerra do Paraguai (1864 - 1870) e, especialmente, durante o debate, aprovação e implementação da Lei do Ventre Livre. Subjaz nessas imagens uma tensão ao mesmo tempo sutil e explícita, dada por uma ideia de raça que apontava para o perigo que os habilidosos capoeiras representavam tanto pela violência de que eram senhores, mas por serem pessoas nada confiáveis.

Na caricatura publicada na *Semana Ilustrada*, uma das revistas com maior circulação e renome do período, podemos observar uma sátira à relação dos capoeiras com Duque-Estrada. Este se encontra levemente apagado no fundo da imagem, observando a cena à distância, como uma espécie de deus romano que assiste aos conflitos humanos. Tanto o tridente, quanto a inscrição “JOVE”, fazem referência à mitologia, transformada em um espaço de construção de significado. Mais que uma denúncia da presença de homens perigosos no processo eleitoral, a caricatura se insere no conjunto de críticas sobre a relação de Duque Estrada com

---

<sup>50</sup> SOARES, 2004. Op cit.

os capoeiras, gente temida na cidade havia décadas e sempre entendida como pessoas homens “de cor”. A frase inscrita em caixa alta na parte inferior, “AS ARMAS NACIONAIS”, ironiza o protagonismo desses personagens em um “episódio eleitoral”. No canto esquerdo da gravura, observa-se o “soberbo efeito” de uma cabeçada bem aplicada por um capoeira. Ainda na posição de aplicação do golpe, deixou caído e de pernas para o ar um burguês. Já no canto oposto, outro cidadão abastado agoniza, pressionando a barriga para não perder mais sangue, enquanto uma figura sombria e malévola esboça um riso de canto de rosto ao exhibir a navalha que abriu a pança da vítima.



AS ARMAS NACIONAIS  
(Episódio eleitoral)  
Foi de soberbo efeito a cabeçada Mas produziu maior a navalhada.

Figura 3 - As armas nacionais

Fonte: A Semana Ilustrada n. 617, novembro de 1872.

Legenda: AS ARMAS NACIONAIS (Episódio eleitoral). Foi de soberbo efeito a cabeçada. Mas produziu a maior navalhada.

Conforme demonstrou Marcelo Balaban, caricaturas de personagens com as barrigas abertas pelas navalhas dos capoeiras eram uma forma de construir uma imagem de que eles eram violentos e brutais por natureza.<sup>51</sup> A risada do personagem também é parte do esforço de desumanização, representando o sadismo, a satisfação e o prazer de agredir as pessoas. Ironicamente, portanto, essas eram as armas nacionais: a cabeça e a navalha do capoeira.

As caricaturas foram ferramentas eficazes na desumanização e criminalização do outro. Tanto na Inglaterra do final do século XVIII e início do XIX quanto nos EUA do pós

<sup>51</sup> BALABAN, Marcelo. “Quem tem... barriga tem medo”: imagens de capoeiras na imprensa ilustrada da corte. Afro - Ásia, n° 51, 2015, pp. 175-221.

Guerra de Sesseção (1865), os personagens negros frequentemente eram representados como incapazes, preguiçosos ou criminosos, reforçando a ideia de que não eram aptos para a cidadania plena.<sup>52</sup> Os caricaturistas utilizavam a pseudociência da fisionomia como um guia para exagerar certos traços faciais que eram supostamente indicativos de características morais, intelectuais ou de caráter, contribuindo assim para a construção de estereótipos raciais e outras formas de “alteridade”. Essa noção associava certas características físicas a níveis de inteligência e moralidade, e até mesmo ligava a beleza à superioridade moral.<sup>53</sup> Os caricaturistas se apropriaram dessas ideias, exagerando traços faciais considerados típicos de certos grupos raciais ou nacionais, para reforçar estereótipos e provocar o riso. Essa exageração de diferenças fisionômicas raciais tornava a diferença do “outro” mais visível e acentuada para o público branco, consolidando a noção de que esses grupos eram fundamentalmente diferentes, o que correspondia a afirmar que eram inferiores.<sup>54</sup> Assim, as caricaturas foram mecanismos de construção do racismo no Brasil e as caricaturas sobre a Flor da Gente são exemplo.

O bilhete que inspirou o nome da malta foi publicado no jornal *A Reforma*, que era uma espécie de porta-voz do partido liberal, ou seja, uma folha completamente inserida naquela disputa eleitoral. É importante destacar que foi nessa mesma edição de publicação do bilhete que o humor foi mobilizado para criticar a aliança entre o deputado conservador:

**Carta negra.** — Encontrou-se na rua uma carta do juiz de paz da Glória o Sr. Duque-Estrada enviando a FLOR DE SEUS CAPANGAS para vencer a eleição do Espírito Santo.<sup>55</sup>

O título do documento sugere que a questão racial era central na polêmica. Embora o termo “negra” pudesse ter sido usado de forma pejorativa, dada a natureza do bilhete, é difícil ignorar a referência à “gente” mencionada no texto. Além disso, esta não foi a primeira vez que *A Reforma* denunciou os capangas de Duque Estrada. Em 6 de agosto, antecipando a violência eleitoral que assolaria a Corte, o jornal já se referia a eles como “a gente do Sr. Duque Estrada”, identificando-os como capoeiras. Essa caracterização pode ter origem no fato de que “Duque Estrada frequentemente se referia à 'sua gente’”.<sup>56</sup> Por conseguinte, as piadas

<sup>52</sup> ODUMOSU, Temi. Africans in English caricature 1769-1819 black jokes, white humour.

<sup>53</sup> CHALHOUB, Sidney Chalhoub. Para que servem os narizes?: paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis. In: ARTES e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Organização de Sidney Chalhoub *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

<sup>54</sup> HART, Katherine. James Gillray, Charles James Fox, and the Abolition of the Slave Trade: Caricature and Displacement in the Debate over Reform. P. 77. In: No laughing matter: visual humor in ideas of race, national identity, and ethnicity, 2015.

<sup>55</sup> A Reforma, 21 de agosto de 1872, nº 190, p. 2.

<sup>56</sup> NOGUEIRA, Almeida Nogueira. A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências. Estudantes, estudantões, estudantadas. São Paulo: Primeira Série, 1907, v. 1, p. 205.



começaram já no periódico reformista, revelando a centralidade da questão racial, que seria ainda mais explorada pelas caricaturas.

A malta da Glória ganhou as páginas dos jornais e revistas da Corte por conta da proximidade com a política imperial, mais especificamente pela atuação dos capoeiras como capangas nas eleições de 1872. Porém, esse tipo de atuação dos capoeiras não era novidade e estava entre as muitas possibilidades de agência social e política que esses personagens das ruas construíram ao longo do século XIX. Desse modo, analisaremos os processos eleitorais da década de 1860 e os indícios do surgimento da malta da Glória. As fontes desse período ajudam a compreender um tema caro para a historiografia: a capangagem política e a sua relação com a capoeiragem. Isso demanda uma reflexão sobre quem eram os capoeiras e os capangas, assim como uma discussão sobre as disputas partidárias e o complexo funcionamento das eleições. Assim, faz-se necessário retroceder alguns anos, analisando um dos espaços de aparição por excelência desses personagens: os processos eleitorais. Tal análise possibilitará não apenas verificar a hipótese de que já existia uma malta da Glória atuante nas eleições, mas compreender o pleito de 1872 como parte de um processo histórico mais amplo.

## 1.2 - As raízes: os capoeiras e as eleições na década de 1860

Conforme observou Marcos Luiz Bretas em artigo pioneiro, “em torno de uma questão como ‘quem são os capoeiras’, nenhuma resposta satisfatória pode ser construída”, pois, de acordo com o autor, “existe uma diversidade espacial e temporal que permite a convivência de muitas realidades envoltas sob o mesmo conceito”.<sup>57</sup> Entretanto, pela centralidade da questão, ela precisa ser discutida. Além da imprensa, dicionários são fontes para acessar a forma como a palavra era utilizada no período. Na 8ª edição do *Diccionario da lingua portugueza* de Antonio Moraes Silva, de 1890, podemos observar uma atualização na palavra capoeira. Agora, além das definições anteriores, como o cesto de galinhas, capoeira significava:

Espécie de jogo atlético para defesa e ataque corporal, predileto das últimas camadas sociais, e que consiste em rápidos movimentos de mãos, pés, cabeça, acompanhados de pau ou navalha, de que resulta muitas vezes na morte de um ou mais dos lutadores. — s. m. O que faz uso do jogo da capoeira. Os que são conhecidos por esta designação são verdadeiros assassinos; matam só pelo prazer de matar, servindo-se para esses crimes da navalha de barba; tendo exercido o ofício de

<sup>57</sup> BRETAS, Marcos Luiz Bretas. O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, 1991, p. 240.

capangas foram por muito tempo estes miseráveis protegidos pelos antigos chefes políticos, que deles faziam seus agentes eleitorais;<sup>58</sup>

Primeiramente, a capoeira é descrita como um jogo das classes baixas, dos mais pobres, caracterizada por determinados movimentos, como a cabeçada e os pontapés, mas também o uso de armas, como a navalha. A definição associa “os que são conhecidos por esta designação” aos capangas protegidos por políticos que atuavam como agentes eleitorais. Chama atenção o terror que cerca essa figura quase mítica das ruas, afinal, eram descritos como verdadeiros assassinos que matavam pelo prazer de matar. Desse modo, a definição do dicionário é bastante próxima das caricaturas, que destacam a relação dos capoeiras com a política, o uso da cabeçada e da navalha como características, além de reforçarem o temor por meio da representação medonha do capoeira.

Trata-se de uma leitura que brutaliza os indivíduos, demonstrando que, assim como as caricaturas, os dicionários estão longe de uma descrição objetiva. A definição está inserida nos discursos que criminalizaram esse tipo social das ruas, o qual também é encontrado em obras de folcloristas e memorialistas, como Sílvio Romero:

Os capoeiras, que ainda hoje existem nas maiores cidades, sobretudo na do Rio de Janeiro, constam serem uma espécie de instituição política, sob as ordens de grandes magnatas. Com eles é que se vedam o ingresso dos adversários nas matrizes em dias de eleições e obtém-se a vitória nas urnas. São uma tropa ambulante dividida em diversas maltas nas diferentes freguesias da capital. Cada malta tem seu chefe, que obedece por sua vez a um chefe geral. A polícia nunca pôde extirpar este cancro. Os capoeiras usam de navalhas como armas e sabem um jogo de pulos, pontapés e cabeçadas todo original. Um bom capoeira bate dez homens.<sup>59</sup>

Novamente, destaca-se a semelhança dessa descrição, de uma instituição política que interfere no processo eleitoral sob a ordem de figuras importantes, com as caricaturas. De acordo com Romero, os capoeiras tinham um papel central nas eleições, capaz de definir o resultado. Também chama atenção a menção às maltas, que, nas palavras de Romero, se dividiram de acordo com as freguesias e tinham uma espécie de hierarquia. Malta, por sua vez, aparece no *Grande Dicionário Portuguez* de Vieira Domingos simplesmente como “multidão de gente”. O exemplo apresentado, contudo, é elucidativo do caráter pejorativo da palavra: “uma malta de ladrões”.<sup>60</sup>

<sup>58</sup> No texto da edição anterior não havia menção aos capoeiras. SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da linguaportugueza. 8. ed. Rio de Janeiro: EmprezaLitteraria Fluminense, 1890. p. 406.

<sup>59</sup> ROMERO, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos. Estudos sobre a poesia popular do Brazil (1879-1880). Rio de Janeiro : Typ. Laemmert & C. 1888, P. 38.

<sup>60</sup> VIEIRA, Domingos. Grande diccionario Portuguez; ou, Thesouro da lingua Portugueza. V. 4, 1871, p. 66.

O folclorista Alexandre Mello de Moraes Filho, em clássico livro sobre as tradições brasileiras do final do oitocentos, cita o nome de diversas maltas:

Cada malta tem sua denominação: a Cadeira da Senhora é da freguesia de Santana, Três Cachos, freguesia de Santa Rita; Franciscanos, de S. Francisco de Paula; *Flor da Gente*, freguesia da Glória; Espada, do Largo da Lapa; Guaiamu, da Cidade Nova; Monturo, da Praia de Santa Luzia, etc.<sup>61</sup>

A Flor da Gente, portanto, era da freguesia da Glória, reduto eleitoral de Duque-Estrada. Em artigo publicado em 1906 na revista Kosmos, fica evidente como a Flor da Gente conquistou uma fama considerável, que atravessou décadas.

Esta última, na sua época áurea, a mais terrível, teve foros de verdadeira *instituição política*. Célebre parlamentar, hoje falecido, chamava a mesmo de “Flor de minha gente” e nela tinha, sob sua chefia, um terrível exército eleitoral.<sup>62</sup>

O autor afirma que esse exército eleitoral, que tinha seu reduto na Glória, era a mais terrível entre as maltas do período. Demonstrando a fama do poder político que se cristalizou na memória fluminense, ele reforça a teoria de que a carta negra teria sido a origem do nome. A malta da Glória é descrita como um “exército eleitoral” e, portanto, uma “instituição política”, reforçando a conexão dos capoeiras com a capangagem. No entanto, essas fontes são do final do século XIX, quando a imagem da Flor da Gente já havia se consolidado no imaginário carioca. É bem possível, que os eventos das eleições de 1872 reforçado essa imagem do capoeiras como capangas. Entretanto, queremos encontrar as raízes dessa relação entre a capangagem e os capoeiras, especialmente os da Glória.

No romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, Manuel Antônio de Almeida constrói um detalhado perfil do capanga profissional ao descrever o personagem Chico-Juca.

O Chico-Juca era um pardo, alto, corpulento, de olhos avermelhados, longa barba, cabelo cortado rente; trajava sempre jaqueta branca, calça muito larga nas pernas, chinelas pretas e um chapelinho branco muito à banda; ordinariamente era afável, gracejador, cheio de ditérios e chalaças; porém nas ocasiões de sarilho, como ele chamava, era quase feroz. Como outros têm o vício da embriaguez, outros o do jogo, outros o do deboche, ele tinha o vício da valentia; *mesmo quando ninguém lhe pagava*, bastava que lhe desse na cabeça, armava brigas, e só depois que dava pancadas a faltar é que ficava satisfeito; com isso muito lucrava: não havia taverneiro que lhe não fiasse e não o tratasse muito bem.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> FILHO, Alexandre de Melo Moraes. Capoeiragem e capoeiras célebres. Festas e Tradições Populares do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial,. 2002, p. 327.

<sup>62</sup> Kosmos, n.º 3, p. 58, março de 1906.

<sup>63</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. Memórias de um Sargento de Milícias. Livraria Martins, São Paulo, 1941, p. 39.

Publicado nos folhetins do periódico fluminense *Correio Mercantil* entre 1852 e 1853, essa é uma das primeiras descrições de um capoeira que atuava como capanga, o qual lucrava por conta da sua valentia. Essa última, é alçada à condição de vício característico e incontrollável do personagem, que precisava dar cabeçadas e rasteiras para se satisfazer. Por outro ângulo, a passagem reconhece a racionalidade do suposto vício, afinal, proporciona muito lucro para Chico-Juca. Como muitas vezes acontece nas fontes oitocentistas, embora ele não seja descrito explicitamente como um capoeira, alguns elementos citados permitem a associação, especialmente a habilidade com as “cabeçadas e pontapés”, a forma de vestir, com a jaqueta branca, as calças largas e “o chapelinho muito à banda”, e a própria valentia. Conforme a historiografia tem demonstrado, faz mais sentido pensar os capoeiras como um tipo social com características em comum, entre elas a destreza com movimentos corporais, mas também a forma de vestir, agir e falar. Assim, por mais que o enredo do romance esteja ambientado no período joanino, o tipo de Chico-Juca é idêntico ao do capoeira de meados do século XIX.

Outro caso de capanga com perfil parecido descrito na literatura é o famoso capoeira Corta Orelha, que teria atuado como guarda-costas de José Bonifácio de Andrada e Silva durante o período da independência. Em “*A Marquesa de Santos*”, de Paulo Setúbal, Corta Orelha foi detalhadamente descrito.

Joaquim Inácio da Costa Orelha, por corrutela o "Corta-Orelha", era um mulataço entroncado, a cara larga, trinta e dois branquíssimos dentes, ar encarvoado de chimpanzé. Capoeira famigerado, tipo acabado de facínora, ninguém melhor do que ele sabia as tricas da Corte. Enfronhava-se de tudo. Andava por tudo. Esmerilhava tudo. E aí por 1822, capanga já célebre, o jeitoso mulato tinha este ofício do mais alto destaque: era guarda-costa do velho Andrada.<sup>64</sup>

Assim como o texto de Almeida, o perfil do capoeira traçado pelo Setúbal parece estar mais relacionado ao momento em que foi escrito do que ao período do qual esse romance histórico trata. Entretanto, este é um caso interessante, pois Soares encontrou registros que atestam a existência de Corta Orelha, descrito como pardo na documentação.<sup>65</sup> Se a fama de capanga estiver correta, demonstra que, desde o início do século, os capoeiras eram pagos por políticos por conta das suas habilidades, valentia e capacidade de se movimentar pelas ruas da Corte, graças ao conhecimento das “trincas” da cidade.

Esses dois casos, porém, são de indivíduos contratados possivelmente para resolver conflitos de políticos ou taberneiros, e não de malta de capoeiras associadas a políticos para interferir no processo eleitoral, como ocorreu na eleição de 1872 com a Flor da Gente. Casos

<sup>64</sup> SETÚBAL, Paulo. *A Marquesa de Santos*. São Paulo, SP: Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, 1925.

<sup>65</sup> Soares, op. cit. 2004, p. 528.

assim podem ser observados na imprensa ao menos desde a década de 1860. A leitura de alguns impressos demonstra que a violência eleitoral com envolvimento de capoeiras não foi uma particularidade das eleições da década seguinte.



Figura 4 - A eleição correu regularmente

Fonte: A Semana Ilustrada, n° 1, janeiro de 1861.

Legenda: A eleição correu regularmente!

Não sem motivo, a primeira edição da revista *A Semana Ilustrada*<sup>66</sup>, que se tornaria a revista de maior prestígio na Corte durante anos, publicou uma série de caricaturas dedicadas às eleições realizadas no final do ano anterior. Enquanto as outras imagens da página denunciam a coação de empregados públicos, a inação das forças de segurança e a presença dos chamados “fósforos eleitorais”, a figura 4 critica a presença de capangas.

Em primeiro plano, um homem feroz de cartola segura violentamente a vítima pelos cabelos. Ao fundo, no canto superior esquerdo, podemos observar a intervenção da tropa como geralmente era descrita na imprensa: truculenta. Outros personagens um tanto borrados completam o cenário caótico. E, vale destacar, em meio a cena desenhada de maneira propositalmente confusa, no qual vê-se antes vultos, traços um tanto dispersos feitos com o fito de revelar a confusão, sem destacar indivíduos, a única figura que possui contornos menos embaçados é um aparente capanga, com traços violentos no rosto, nariz largo, indicativo da sua cor.

<sup>66</sup> O semanário ilustrado pioneiro e longevo de Henrique Fleuss, que saía para os assinantes aos domingos entre 1860 e 1876, iniciou o projeto editorial seguido por muitas outras revistas na sequência, com uma publicação *in-quarto* (28x23cm), contendo geralmente quatro páginas ilustradas e quatro escritas.

A legenda, por meio da ironia, dá a graça da imagem ao afirmar de maneira contraditória que “a eleição ocorreu regularmente!”. Neste caso, a ironia estaria sustentada por um estranho expediente: mostrar cena corriqueira, familiar aos leitores. Logo, a cena usual, regular, serve de mote para mostrar algo que não devia acontecer. Esse tipo de ironia faz parte da lógica satírica que pretende passar a impressão de um observador imparcial, capaz de analisar de maneira objetiva os vícios da sociedade.<sup>67</sup> Aquela primeira edição da revista, portanto, satiriza o processo eleitoral como espaço de violência, estabelecendo um padrão de criticar a fraude, a violência e a corrupção eleitoral.<sup>68</sup> Assim, entrega aquilo que promete por meio da expressão latina estampada na primeira página de todas as edições seguintes: *ridendo castigat mores*, máxima utilizada pela revista para se definir, logo, rir do costume da violência nas eleições seria maneira de questionar a prática.

Embora não seja nosso objetivo analisar detalhadamente o processo eleitoral daquele ano, vale contrapor a leitura do caricaturista da *Semana Ilustrada* a ao menos uma outra interpretação. Escrevendo décadas depois, Joaquim Nabuco de Araújo Filho argumenta que aquela eleição foi um “triunfo democrático”, uma “revolução pacífica”.

No Rio de Janeiro a campanha foi ardente, entusiasta, popular como ainda não se vira outra; a mocidade tomou parte nela, o comércio subscreveu generosamente, o povo dirigia-se de uma para outra freguesia capitaneado por Theophilo Ottoni, cujo lenço branco figura constantemente nos epigramas políticos da época.<sup>69</sup>

A ideia de democracia defendida por Nabuco no final do século, com ardente participação popular — que parece um tanto exagerada —, certamente não era o modelo de eleição defendida naquele semanário. Conforme argumentou Aline dell’Orto, a *Semana* transmite a ideia de que o povo não era confiável para a escolha de seus representantes.<sup>70</sup> Por mais óbvio que seja, é preciso observar que a leitura que os atores fazem das eleições depende do seu ponto de vista, especialmente quando temos disputas partidárias em jogo. Nesse sentido, o bom desempenho de figuras políticas liberais, como Ottoni, faz com que Nabuco veja positivamente aquele processo. Já para uma revista com uma perspectiva mais conservadora, essa poderia ser justamente uma prova de não confiabilidade das eleições. A própria ideia de legitimidade do processo eleitoral, a premissa mesmo daqueles pleitos, é

<sup>67</sup> NERY, Laura. *Revistas Ilustradas: Modos de ler e ver no Segundo Reinado: Modos de ler e ver no Segundo Reinado*, p. 179.

<sup>68</sup> Dell’Orto. op. cit. 2024, *Les réseaux de sociabilités des caricaturistes*.

<sup>69</sup> FILHO, Joaquim Nabuco de Araújo. *Um estadista no Império*. Nabuco de Araújo. Tomo II 1857 - 1866. Rio de Janeiro. Garnier. p. 74

<sup>70</sup> Dell’Orto. 2024, op. cit.

posta em questão, fosse por questionar a atuação do governo intervindo para decidir os pleitos, fosse por questionar a validade deles por conta da incapacidade dos votantes.

Além disso, tais leituras sobre processo eleitoral estão intimamente conectadas aos diferentes projetos de organização das eleições debatidos na esfera pública. Conforme demonstra a historiografia, as reformas eleitorais são um caminho interessante para compreender os debates e as expectativas que circundam essa questão.<sup>71</sup> Discutir esses projetos, ainda que superficialmente, permitirá uma análise mais precisa do envolvimento dos capoeiras e dos primeiros indícios sobre a Flor da Gente.

Primeiramente, é preciso observar que a Constituição de 1824 instituiu o sistema indireto de seleção, no qual os cidadãos de primeira instância elegiam os eleitores de segunda instância, os quais, por sua vez, podiam ser eleitos e eram responsáveis por escolher os deputados. A Constituição também estabeleceu os critérios fundamentais para a qualificação de um indivíduo como votante ou eleitor, adotando um padrão baseado em critérios censitários. Além disso, ela proibia que libertos tivessem acesso ao eleitorado de segunda instância e impedia que estrangeiros naturalizados, assim como aqueles que não professavam a fé católica, pudessem se candidatar ao Parlamento, entre outras disposições.<sup>72</sup>

Entretanto, no segundo gabinete após a Maioridade, os conservadores promovem, por meio do Decreto nº 157, de 4 de maio 1842, algumas mudanças importantes, como o alistamento eleitoral, realizado por uma junta, a qual deveria ser formada pelo juiz de paz como presidente e o subdelegado como fiscal. Desse modo, conferiu ao Gabinete o poder de intervir nas eleições por meio de um membro que controlava os trabalhos da Junta Qualificadora e da Mesa, o subdelegado escolhido pelo Ministro da Justiça. O decreto seria criticado pelos próprios conservadores, caindo em 1846, quando foi aprovado o primeiro projeto de autoria do legislativo sobre o tema. Dessa forma, o propósito da lei de 1846 era justamente reduzir a interferência do governo nas eleições. Para tanto, buscou garantir que a Junta Qualificadora e a Mesa atuassem com autonomia e participação da minoria. De acordo com Fernando Limongi, embora essa lei não tenha atingido seu propósito fundamental de impedir interferência do governo, ela promoveu alterações relevantes, tornando a disputa eleitoral mais complexa, especialmente por meio da valorização da política local.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência, Lua Nova (91), São Paulo, 2014. DOLHNIKOFF, Miriam. Governo Representativo e Eleições no Século XIX. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 178(474): 15-46, maio/ago. 2017; MOTA, Kátia Sausen da. Eleições no Brasil do Oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881). Tese, Vitória, 2018.

<sup>72</sup> Constituição Política do Império do Brasil jurada a 25 de março de 1824. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm).

<sup>73</sup> LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014.

No contexto da Conciliação partidária, encabeçada por Honório Hermeto Carneiro Leão, foi realizada outra reforma importante. A escolha do Marquês de Paraná para o cargo de Presidente do Conselho de Ministros pelo imperador visava, entre outras coisas, garantir a participação da oposição e, portanto, quebrar o domínio conservador que vigorou até 1853. Nesse sentido, Paraná tinha entre suas tarefas mais difíceis reduzir a influência do governo na formação da Câmara. Os ministros controlavam a burocracia judiciária e policial e, assim, detinham o poder de interferir nas eleições. Astuto, o arquiteto da conciliação recuperou um projeto liberal, de autoria de Francisco de Paula Souza. Essa reforma, que entrou em vigor em 1856, conhecida como a Lei de Círculos, limitou a atuação de funcionários públicos e introduziu o voto por distrito com o objetivo de descentralizar a eleição. Até aquele momento, as províncias eram a circunscrição eleitoral, o que favorecia as elites provinciais e nacionais e excluía a representação local. A criação dos círculos, portanto, permitiu a representação de lideranças locais e de uma bancada liberal expressiva nas eleições que se seguiram à morte de Paraná. Entretanto, a lei foi criticada nas legislaturas seguintes e modificada em 1860. Essa reforma foi, como sugere Belisário Soares de Souza em seu clássico livro sobre as eleições, um compromisso moderado entre as tendências opostas de liberais e conservadores.<sup>74</sup> O resultado eleitoral, com a vitória inédita de um bloco de oposição liderado por Ottoni, surpreendeu e foi o marco da ascensão dos liberais, que a partir de uma união com conservadores dissidentes, como Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Thomaz Nabuco de Araújo Filho, conseguiram uma sequência de gabinetes progressistas.

A caricatura publicada na *Semana Ilustrada*, e tantas outras encontradas em folhas ilustradas, sugere alvitre oposto, que o *modus operandi* das eleições na Corte era a violência explícita, de sorte que a democracia alegada por Nabuco residia na celebração de um resultado que lhe era favorável, por isso definido como democrático. É importante ressaltar, contudo, que o capanga retratado na caricatura não apresenta os traços e símbolos que se tornaram comuns na representação dos capoeiras na imprensa ilustrada da década seguinte. Isso sugere que o tipo social, ao menos na imprensa ilustrada, não estava consolidado, mas em construção. Apesar disso, notícias publicadas na imprensa periódica sugerem que os chamados capoeiras estiveram envolvidos nos conflitos eleitorais ocorridos dias antes da publicação. No *Diário do Rio de Janeiro*, por exemplo, acusava-se os “conservadores da oligarquia, ajudados pelo ministério” de arregimentar “nas diversas paróquias os criminosos, vadios, capoeiras, desordeiros e faquistas para formarem uma guarda inexpugnável à roda da

<sup>74</sup> SOUZA, Belisario Soares de. O sistema eleitoral no Brasil: como funciona, como tem funcionado, como deve ser reformado. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1872.



mas mesas”.<sup>75</sup> Os capoeiras, assim, eram mais um entre os tipos marginais utilizados pelos políticos para fraudar a eleição.

Um dos políticos criticados naquele periódico por deturpar o processo eleitoral por meio da contratação de capangas na freguesia da Lagoa foi o “Sr. Muritiba”, figura da mais alta hierarquia da elite imperial. Manuel Vieira Tosta, então barão de Muritiba, “um dos caracteres mais probos de sua época”, ocupou a cadeira de presidente das províncias de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Sul, além de ser eleito deputado e senador, foi membro do Conselho de Estado, Ministro da Justiça e do Supremo Tribunal de Justiça, Ministro da Marinha e da Guerra em gabinetes diferentes.<sup>76</sup> Entretanto, para nós, interessa especialmente o fato do Marquês de Muritiba ser pai de D. Isabel Tosta, esposa de Duque-Estrada.

Os “muritibistas” da Lagoa eram apontados por levar “por capangas um rapaz português e um cocheiro”, que fizeram proezas.<sup>77</sup> Além disso, o Sr. Muritiba foi acusado de usar o recrutamento como arma política, ameaçando homens honestos. Portanto, o envolvimento do sogro do patrono da Flor da Gente com a capangagem nesse período é interessante e permite formular algumas hipóteses. Primeiro, deve-se considerar que esse tipo de acusação era algo comum no período. Porém, não podemos descartar a possibilidade de que Duque-Estrada tenha aprendido com o sogro as estratégias eleitorais. As evidências não são suficientes, especialmente sem outras fontes que reforcem as acusações feitas na imprensa.

Na edição de inauguração da revista *Bazar Volante*, no dia 27 de setembro de 1863, encontramos mais indícios de que a presença dos capoeiras nas eleições não era novidade da década seguinte. O semanário fundado por ex-colaboradores da *Semana Ilustrada* também abordou as eleições no seu primeiro número. A coluna “Catecismo Eleitoral” demonstra como aquelas revistas ilustradas pretendiam se posicionar no debate público como um instrumento de instrução do povo. Trata-se de um texto didático, que, por meio da ironia e do humor, apresentava o funcionamento das eleições, os personagens envolvidos e os interesses em jogo.

Motivado pelos recentes acontecimentos nas eleições daquele ano, o texto apresenta um diálogo no qual o mestre faz perguntas sobre as eleições e o discípulo explica. O diálogo é aberto pela pergunta básica: “O que é uma eleição, politicamente falando?”. A resposta, porém, surpreende. Para o sábio discípulo, trata-se de “uma operação pela qual se pode fazer (...) de quem é coisa nenhuma, um homem de muita importância”.<sup>78</sup> Ou seja, era a

<sup>75</sup> Diário do Rio de Janeiro, n. 274, 20 de dezembro de 1860.

<sup>76</sup> BLAKE, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, 1900, V. 6, p. 210.

<sup>77</sup> Diário do Rio de Janeiro, n. 1, 01 de jan. de 1861.

<sup>78</sup> Bazar Volante, n. 1, 27 de agosto de 1863.

oportunidade para os homens sem importância ganharem protagonismo. Contraditoriamente, na fase primária da eleição, cabia ao votante simplesmente “receber a lista da mão daquele, sob cuja dependência por qualquer modo esteja, e conservá-la fechada depositando-a respeitosamente na urna quando for chamado”. Conforme veremos, essa descrição se assemelha às denúncias sobre a forma como Duque-Estrada atuava nas eleições.

O discípulo ainda descreve um perfil parecido com o do patrono da malta da Glória. Para ele, as “influências paroquiais” se dividem entre as urbanas e as rurais. As urbanas “variam quanto ao físico e profissão: em geral (...) são pela maior parte médicos ou advogados”.<sup>79</sup> No caso de Duque Estrada, como veremos no próximo capítulo, era a segunda opção. Essas influências paroquiais, “aproximando-se, porém, a época da eleição, não é raro ver-se a noitinha rodeado desses mesmos que desprezavam, enfiarem-lhes o braço e conversarem como amigos íntimos.” No dia 5 de setembro de 1868, por exemplo, dois dias antes da eleição daquele ano, Duque-Estrada organizou um encontro social com seus apoiadores, onde manifestou seu apoio ao imperador, à constituição e ao partido conservador. Após essa reunião, o candidato percorreu o bairro com uma banda de música, enaltecendo os conservadores e provocando seus oponentes políticos.<sup>80</sup> É bem possível que nessa passeata pelas ruas da Glória a influência paroquial estivesse acompanhada de populares que se divertiam ao som da banda.

Após descrever figuras abastadas do processo eleitoral, o autor se concentra em outros personagens. O fôsforo eleitoral, por exemplo, é descrito como um “falso votante, indivíduo que se apresenta com o nome de um votante já morto, ou ausente”. Sobre a admissão de fósforos, o discípulo explica que ele “é ou não admitido, conforme é ou não do agrado ou conveniência do grupo que é mais poderoso na ocasião”.<sup>81</sup> O mestre logo associa esse momento de discussão sobre a admissão do fôsforo como propício para os conflitos, nos quais “emprega-se a força armada”, conforme demonstra a figura 4.

A semelhança com a caricatura do semanário concorrente não para por aí. Em seguida, o mestre pergunta “quando é que se pode dizer que uma eleição correu regularmente?”. Para o discípulo, “quando, durante os dias do pleito tem havido pelo menos duas ou três cabeças quebradas, várias descomposturas dentro da igreja, encapelações e vaias”. Desse modo, assim como afirma a caricatura da revista de Fleiuss, a violência é tomada como costume do

---

<sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> Jornal do Commercio, n. 249, 7 de set. de 1868.

<sup>81</sup> Bazar Volante, n. 1, 27 de agosto de 1863.

processo eleitoral. Além disso, é difícil não lembrar, ao ler sobre as cabeças rachadas, do capanga agarrando o crânio do adversário nas páginas da *Semana Ilustrada*.

É logo após essa reflexão que o mestre toca no assunto central para nós: “o que são capangas eleitorais?” O aprendiz afirma que “são *capoeiras* e outros indivíduos que não tendo ofício, nem benefício, formam a guarda de honra das influências paroquiais, e tem ordinariamente por distintivo um nodoso cacete”.<sup>82</sup> Perceba que os capoeiras são colocados aqui como o principal tipo entre os desordeiros que compunham o diverso perfil da capangagem. Essa associação entre capangagem e capoeira é mais assertiva, por exemplo, que a descrição de Belisário de Souza, para quem o capanga é

[...] um indivíduo que se lança nas lutas eleitorais em busca de salário, e muito mais ainda por gosto, por deleite próprio. [...] Os capangas são o ponto de apoio dos cabos de eleições; sustentam suas opiniões, atordoam os adversários, intimidam-nos, dão coragem, força e energia aos partidários.<sup>83</sup>

O discípulo vai ainda mais a fundo, explicando como identificar um capanga: “pelo traje, quase sempre safado, fisionomia ‘bachica’, e a constante exclamação proferida com voz muito arrastada: — voto é livre.” Embora genérica, a descrição ao menos sugere que, por meio de “alguns sinais”, é possível identificar os capangas. Tais sinais, curiosamente, se confundem com o estereótipo do capoeira.

Obviamente, esse texto publicado no *Bazar Volante* estava conectado aos acontecimentos recentes. Dias antes daquela publicação, um texto impresso nas páginas do *Jornal do Commercio* denunciava “os cativos armados às portas do templo, os capangas de casa e os capoeiras de fora, impunham a lei, tinham o bastão do chefado, eram os ministros do dia!”.<sup>84</sup> Por conseguinte, assim como nas eleições anteriores, em 1863, a presença dos capoeiras entre os capangas eleitorais foi denunciada na imprensa. Os indícios a respeito da Flor da Gente, porém, só aparecem nas narrativas sobre as eleições de 1868.

### 1.3 Primeira Florada: Eleições do Pagode e os primeiros indícios da malta da Glória

Nas eleições municipais daquele ano de 1868, marcadas para o dia de comemoração da independência brasileira, as críticas às fraudes se intensificaram. Na antevéspera, dia 5 de setembro, a revista *A Vida Fluminense*<sup>85</sup> dedicou quase uma edição inteira para o tema,

<sup>82</sup> Ibidem. Grifo nosso.

<sup>83</sup> SOUZA, Belisário Soares de. op. cit., p. 23-4.

<sup>84</sup> *Bazar Volante*, 27 de agosto de 1863, n. 1.

<sup>85</sup> Circulando entre 1868 e 1875, a revista era publicada aos sábados em formato de oito páginas, 25 por 33 centímetros. Propriedade de Antônio Pedro Marques de Almeida, Augusto de Castro e Angelo Agostini, o

procedimento nada usual para semanários ilustrados que, o mais das vezes, tratavam de temas os mais variados em cada edição. As páginas centrais daquele número apresentam uma espécie de crônica ilustrada satírica, na qual uma sequência de caricaturas tematizam a fraude, a corrupção e a violência eleitoral, como demonstra o título “Viva a liberdade de voto!”.



Figura 5 - Soberania popular

Fonte: A Vida Fluminense, nº 36, 5 de setembro de 1868.

Legenda: As inúmeras cortesias que recebo hoje compensam bem o desprezo com que me tratam durante o ano!

Uma das caricaturas daquela edição chama especial atenção. Na parte inferior da página, um homem negro está sentado sobre a urna eleitoral, “o trono do povo”. Com calças remendadas, paletó rasgado e chapéu de banda, no qual se lê “chapa”, ele segura um grosso porrete. Ao redor do capanga, curvam-se os políticos em sinal de deferência àquele representante da “soberania popular”. O próprio personagem explica a situação na legenda: “as inúmeras cortesias que recebo hoje, compensam bem o desprezo com que me trataram durante todo o ano”. O sentido é bem semelhante àquela fala do discípulo no *Bazar Volante*, na qual afirmava-se que o votante só ganha importância no período eleitoral, momento em

---

impresso tinha sua redação localizada na rua do ouvidor nº 52. Foi espaço de trabalho de grandes caricaturistas do período, como V. Mola, Flumen Junius, Cândido Aragonez de Faria, Pinheiro Guimarães, Antônio Alves do Valle e Angelo Agostini.

que as influências paroquiais os procuram para bajular.<sup>86</sup> Se normalmente o votante se curva aos governantes, no período da eleição, esse papel se inverte e o votante ganha protagonismo.

O desenho em questão demonstra como a questão da cidadania poderia ser abordada por um prisma racial. A imagem do homem negro acima da urna segurando um porrete, símbolo da violência eleitoral, reverenciado por homens brancos da política imperial, é bem significativa, mas não tão simples de ser decifrada. Caricaturas são por excelência fontes ambíguas, capazes de condensar “uma cadeia de ideias dentro de uma imagem inventiva”.<sup>87</sup> A ideia de soberania popular parece ser a questão central da gravura. Uma interpretação aceitável é que o trono do povo estava ocupado por homens violentos, que não seriam dignos e estariam deturpando a soberania popular. Entretanto, se o personagem negro sentado na urna representa o povo e, ao mesmo tempo, com um porrete na mão, representa a violência, parece transmitir a ideia de que o povo é violento, o que torna a soberania popular indesejável. Seria, nesse sentido, um argumento fortemente racializado em defesa da restrição do voto, ou seja, uma defesa da restrição da cidadania para homens negros.

Essa é uma leitura possível quando analisamos as tensões que envolviam o debate sobre a escravidão naquele momento. O Brasil estava em uma situação sensível especialmente por conta da Guerra do Paraguai, deflagrada em 1864, exigindo do Estado Imperial uma série de ações que geraram insatisfação e instabilidade política. Além disso, a partir do ano seguinte, com a aprovação da Décima Terceira Emenda nos Estados Unidos, o Brasil se encontrava na posição incômoda de único Estado Nacional que sequer tinha se comprometido oficialmente em tratar a questão da escravidão. É certo que, a partir de 1866, a questão era debatida de maneira legítima e alguns projetos que visavam encaminhar uma solução ao que era denominado de questão do elemento servil circularam entre os ministros e conselheiros de Estado. Respondendo a uma petição do Comitê Francês para a Abolição da Escravatura, o Gabinete Imperial, então liberal, por meio do ministro das relações exteriores, afirmou que a emancipação dos escravos era uma questão de meios e oportunidade.<sup>88</sup>

<sup>86</sup> A semelhança encontrada entre as publicações do *Bazar Volante* e de *A Vida Fluminense* pode estar relacionada à conexão entre as duas revistas. Conforme constava na sua edição de apresentação ao público carioca, *A Vida Fluminense* era uma continuidade de outra revista, *O Alerquim*, a qual, por sua vez, era a sequência do *Bazar Volante*. Balaban demonstra que uma das principais novidades da revista, que assumia um caráter distinto da sua antecessora, era a presença do autor da figura 6, Angelo Agostini, um dos sócio-proprietários. Segundo Aline dell’Orto, a existência de tantas revistas seria uma estratégia editorial de atrair novos assinantes, tarefa árdua no período. De qualquer modo, a ligação entre essas revistas também pode ser percebida no conteúdo. O diálogo entre o discípulo e o mestre no *Bazar Volante* foi assinado por um “A. de C.”, iniciais do editor e um dos proprietários da *Vida Fluminense*, o jornalista Augusto de Castro. BALABAN, Marcelo, 2009, op. cit. ROMON, Aline dell’Orto, 2022, op. cit.

<sup>87</sup> GOMBRICH, Ernest H.. O arsenal do caricaturista. In: *Meditações sobre um cavaleiro de pau*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 130

<sup>88</sup> Ver: BARMAN, Roderick J.. *Imperador Cidadão*. Editora Unesp, 2012.

No fala do trono de 1867, o monarca chamou atenção, ainda que com ressalvas, para a necessidade de que fossem “atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação”.<sup>89</sup> Necessidade e oportunidade se combinaram para promover as primeiras medidas nesse sentido e, para suprir a necessidade de soldados, “escravos da nação” foram “libertos” para a guerra. Além disso, muitos homens escravizados eram libertados para servir de substitutos para pessoas recrutadas. Membros da Guarda Nacional podiam, e muitas vezes eram encorajados, a comprar e libertar escravos para servir no seu lugar, operação que é facilmente encontrada nos inúmeros anúncios publicados nos classificados dos jornais da Corte vendendo escravos para servir de substitutos. Conforme observou Ricardo Salles, essas medidas expuseram a fragilidade do Estado Imperial, intensificando as tensões a respeito da escravidão.<sup>90</sup>

Balaban abordou as críticas de Agostini às medidas adotadas pelo governo brasileiro durante a guerra, especialmente no que se refere ao recrutamento forçado. O caricaturista italiano expressou uma forte preocupação com o destino desses libertos, demonstrando que essa solução do Estado, na sua visão, só criava mais incertezas e tensões.<sup>91</sup>



Figura 6 - Preto é branco

Fonte: A Vida Fluminense, nº 36, 5 de setembro de 1868.

Legenda: No dia di zeleição, tudo zi preto é branco.

<sup>89</sup> Falla do trono, 22 de maio de 1867.

<sup>90</sup> SALLES, Ricardo, O Brasil Imperial. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, V. III, 2011.

<sup>91</sup> BALABAN, Marcelo. Poeta do Lápis: Sátira e Política na Trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864 - 1888). Unicamp. 2009.

Outra imagem daquela mesma página deixa explícita a visão de que as eleições geravam uma reversão da ordem das coisas. Nela, dois homens negros, com cigarro à boca, chapéu de banda e roupas bem arrumadas se encaram, quase como se tivessem analisando um o traje do outro. O da esquerda, de peito estufado e segurando o paletó com as duas mãos, reforça essa aparência. É possível que, naquela sociedade escravista, marcada por divisores raciais que se tornavam cada vez mais confusos e complexos, apenas essa cena fosse tratada como algo cômico. Certos espaços, formas de agir e vestir não eram vistas como abertas para homens e mulheres negras. A roupa, nesse sentido, é um elemento de distinção social. A cena de homens negros utilizando a roupa supostamente para homens brancos era uma subversão da ordem das coisas. Tal inversão parece incomodar o artista, que utiliza a legenda também para zombar do dialeto desses personagens, como se não fosse condizente com o figurino. Entretanto, a legenda demonstra que a inversão mais problemática estava ligada à eleição, um espaço de brancos, mas incômodamente ocupado por homens negros capoeiras.

Embora novamente não haja nenhuma referência explícita que comprove que o caricaturista quis representar especificamente os capoeiras nessas imagens, o personagem desenhado é muito semelhante aos modelos utilizados ao longo dos anos seguintes para denunciar aquele tipo das ruas. Além disso, diferentemente das eleições anteriores, foi possível encontrar indícios mais consistentes sobre a ação dos capoeiras, inclusive na Glória, liderados por um candidato daquela freguesia.

Assim como na eleição de 1863, aquela área da cidade se destaca pelas denúncias de ameaças de recrutamento, porém, agora, terceirizadas. No dia 2 de setembro, antes das eleições, Polydoro José da Costa denunciou que estava “sendo ameaçado pelo Sr. Duque-Estrada Teixeira de ser agarrado e metido para o sul se trabalhar a favor dos liberais nas eleições”. Para colocar ainda mais medo no “honesto cidadão”, ele ameaçou entregá-lo “ao seu sogro, o Sr. ministro da guerra a fim de embarcar imediatamente para o Paraguai, não lhe dando tempo de justificar isenção”.<sup>92</sup> Trata-se da acusação mais contundente sobre a aliança entre o genro e o sogro. Tal acusação permite refletir se Duque-Estrada não teria aprendido os procedimentos eleitorais com o sogro, acusado de utilizar capangas nas eleições da freguesia da Lagoa, vizinha da Glória, ainda no início da década de 1860.

No primeiro dia da eleição, 7 de setembro, “uma malta de capoeiras expedida do quartel eleitoral da polícia na Glória, arrastando cacetes e levantando algazarra, pretendeu obrigar os mesários liberais a aceitarem lista de um ébrio não qualificado”.<sup>93</sup> Os indícios da

<sup>92</sup> *Diário do Povo*, n. 204, 2 de set, de 1868.

<sup>93</sup> *Diário do povo*, n. 267. 13 de nov. de 1868.

existência de uma malta do bairro da Glória são evidentes. Acusava-se o juiz de paz daquele bairro de ser o mandante. No dia 12, três cidadãos pacíficos teriam sido agredidos por “uma malta de 12 a 14 capangas do Dr. Duque-Estrada Teixeira, armados de cacetes e canivetes de mola”. A confusão sobrou ainda para “um pobre guarda urbano velho, que precisou ser encaminhado para a farmácia do Sr. Esteves e Araujo”. Segundo o jornalista, não satisfeitos em agredir as pessoas, os capoeiras teriam depredado aquela farmácia, quebrando os vidros das janelas. O mais interessante dessa notícia, contudo, é a citação do nome dos personagens à frente da malta, “os célebres Novaes e Basílio, capoeiras de profissão”. Apesar de não fornecer o nome completo, o jornalista argumenta que eles respondiam “à processos instaurados nas freguesias da Lagoa”.<sup>94</sup>

O primeiro ponto a ser observado é que essas notícias sugerem que os capoeiras não estariam mais atuando de maneira isolada, mas mobilizando a estrutura das maltas para agir. Ademais, essas notícias comprovam que o surgimento da Flor da Gente não se deu em 1872, quando ela recebeu o famoso nome. Ao menos desde 1868, já existia na Glória, “capoeiras de profissão” que atuavam em favor do juiz de paz Duque-Estrada.

#### **1.4 “Ou a Reforma ou a Revolução”: os periódicos liberais e os capoeiras.**

Antes de finalizarmos o capítulo, é preciso discutir sobre os jornais em que os capoeiras são denunciados. Existe uma ligação entre *O Diário do Povo* e *A Reforma* que merece atenção. A leitura daquele periódico deve ser cuidadosa, pois depende da compreensão do contexto político em que ele estava inserido e buscava agir. Não podemos deixar de refletir sobre as pessoas que fizeram parte da redação do periódico e observar as transformações que ele sofreu ao longo do tempo. Jornais eram empresas complexas, com múltiplos discursos que mudavam com os anos e de acordo com os eventos políticos. A estratégia da folha liberal de associar os conservadores aos capoeiras e à violência nas eleições é, nesse sentido, elemento de reflexão uma vez que embaça nossa capacidade de aprender algo a respeito dos acontecimentos narrados e dos personagens neles envolvidos. Entre parcialidades e imparcialidades, resta observar aquilo que é intenção política e buscar identificar o que sobre.

*O Diário do Povo* começou a circular em julho de 1867. Impresso na tipografia de Francisco Sabino de Freitas, na rua do Ouvidor n.º 148, o periódico contou com a colaboração de liberais como Joaquim Manoel de Macedo, Francisco Octaviano de Almeida Rosa e

---

<sup>94</sup> *Diário do Povo*, 13 de set. de 1868.



Aureliano Cândido Tavares Bastos — aquele que publicou a carta negra na imprensa anos depois. Na primeira edição, afirmou-se “essencialmente monarquista”, mas, um ano depois, no mesmo dia “em que a ditadura assumiu o ceptro”, a folha foi adquirida por Honório Francisco Caldas, que escolheu com muito orgulho o liberal radical, futuro republicano, Lafayette Rodrigues Pereira.<sup>95</sup> Por ditadura assumindo o cedro, referiam-se a queda do Gabinete progressista Zacarias de Góis e Vasconcelos e a ascensão do conservador Itaboraí. Trata-se, em resumo, de uma crise ministerial derivada da instabilidade gerada pela Guerra do Paraguai. O comandante geral do exército brasileiro naquele conflito, o conservador e marechal do exército, o Marquês de Caxias, insatisfeito com os ataques da imprensa liberal e da falta de confiança do gabinete, ameaçou renunciar. Embora o imperador e o Conselho de Estado tenham se esforçado para manter um gabinete liberal enquanto a condução da guerra estava nas mãos de um conservador, o empenho não logrou sucesso. Depois da escolha do Torres Homem para o senado, o gabinete progressista, já pressionado e enfraquecido, renunciou. O problema maior, entretanto, foi a escolha dos conservadores para substituir, tendo em vista que a câmara era comandada por uma maioria liberal, que deu voto de desconfiança ao novo governo. Para piorar, em vez de cair o ministério, dissolveu-se o parlamento, convocando novas eleições com o Gabinete Itaboraí no poder. Para os liberais em geral, mesmo que divididos entre progressistas e radicais, o ato foi visto como autoritário, uma usurpação do poder moderador e um rompimento da ordem.

Conforme argumentou o proprietário na edição de estreia da nova aquisição, defendendo a necessidade de união, aquele jornal se pretendia uma espécie de porta-voz do partido liberal que, naquele momento, ainda se reformulava.<sup>96</sup> É provável que isso tenha sido acertado na reunião convocada na casa de Nabuco de Araújo para discutir a nova situação, após a ascensão dos conservadores. Contudo, desde o princípio, havia dificuldade de acomodar as diferentes correntes em apenas um partido. A ala mais radical, que fez oposição ao Partido Progressista nos anos anteriores, passou a defender com mais firmeza, por exemplo, o fim do poder moderador, fundando ainda em 1868 o Clube Radical. A ala mais moderada, liderada por Nabuco de Araújo, entretanto, não pretendia questionar o poder da coroa, unindo-se na defesa de reformas, objetivo primordial da fundação do Clube da Reforma.

A folha, assim, parece refletir os conflitos internos existentes naquele momento de tentativa de união entre radicais e moderados. Ainda na edição estreante, o redator mostrou

---

<sup>95</sup> *Diário do Povo*, n. 01, de julho de 1867.

<sup>96</sup> *Diário do Povo*, n. 01, 12 de julho de 1868.

sua orientação mais crítica em relação à monarquia, responsabilizando a coroa por acumular poder, subverter o sistema representativo e favorecer a extinção dos partidos por meio do poder moderador. Contudo, o que parece ter unido Lafayette aos mais moderados era a defesa de uma bandeira principal: a reforma eleitoral.

Durante as eleições municipais de 1868, portanto, os liberais defenderam fortemente a necessidade da reforma, unindo-se na oposição contra o ministério conservador e contra a condução do processo eleitoral. Como veremos a seguir, as acusações realizadas pela folha de envolvimento do Ministro da Guerra com um esquema de aliança entre o seu genro e capoeiras do bairro da Glória, portanto, estavam inseridas numa disputa derivada dessa grave crise política e na sustentação de um argumento contra as eleições. Justamente por isso, elas precisam ser questionadas, pois fazem parte de uma estratégia que buscava desacreditar não apenas o partido rival, mas o sistema representativo como um todo.

Na visão dos liberais, as eleições daquele ano tomaram “o caráter de um pagode”.<sup>97</sup> No segundo dia do pleito, o *Jornal do Commercio* publicou um *A Pedidos* “Ao povo fluminense” com o seguinte informe:

A conselho nosso, o partido liberal abandonou as eleições começadas no dia 7 de setembro.  
A ostentação da força e o seu emprego desde as vésperas, e com escândalo logo no primeiro dia do processo eleitoral;  
(...) A intervenção armada, exercida por turbulentos e criminosos célebres nesta capital;  
(...) As desordens seguidas de ferimentos com que ontem começou a revelar-se a intenção de aterrar as mesas paroquiais e o povo;  
Tornaram impossível a liberdade de voto.  
Nestas circunstâncias só resta ao partido liberal  
Ou repelir a força com força;  
Ou abandonar a eleição.  
Tomamos a responsabilidade de aconselhar o abandono da presente eleição.<sup>98</sup>

A recomendação foi assinada por 13 lideranças liberais, entre as quais Zacarias de Góis e Vasconcelos, Nabuco de Araújo, Joaquim Saldanha Marinho e Tavares Bastos.<sup>99</sup> Assim, sob a justificativa de uso da violência, desordens e intervenções feitas por criminosos célebres, liberais mais moderados, como Zacarias, e mais radicais, como Saldanha Marinho, se uniram no movimento de retirada da eleição.

Entretanto, nem todos na imprensa concordavam com a atitude dos líderes liberais. O já mencionado Augusto de Castro, proprietário e principal redator d'*A Vida Fluminense* naquele período, criticou as razões para tal retirada. Segundo ele, “correram pacíficas as

<sup>97</sup> Diário do Povo, n. 211, 9 de setembro de 1868.

<sup>98</sup> Jornal do Commercio, n.251, 9 de setembro de 1868.

<sup>99</sup> Também assinaram Bernardo de Souza Franco, F. Otaviano, Theophilo Ottoni, Cristiano Ottoni, Francisco José Furtado, Joaquim Manoel de Macedo, Antonio P. C. da Gama, Barão de Prados e José Liberato Barroso.

eleições no município neutro, apesar do protesto dos magnatas oposicionistas, que tentaram disfarçar sua fraqueza com o transparente manto de uma retirada em boa ordem”.<sup>100</sup> O posicionamento de Castro difere da versão apresentada nas imagens de Angelo Agostini, para quem as eleições teriam sido marcadas pela violência de sempre. Isso demonstra a pluralidade de discursos que fluíram num mesmo periódico e a dificuldade de saber o que houve.

Além disso, nem todos do partido aderiram à estratégia. O liberal e pioneiro do espiritismo no Brasil, Bezerra de Menezes, optou por permanecer disputando a eleição na freguesia de S. Cristóvão sob o argumento de que seus adversários “não tinham usado de violências”, apenas “de um ou outro meio, que todo e qualquer governo costuma empregar para fazer triunfar a chapa de seus amigos”.<sup>101</sup> Talvez a escolha tenha partido de uma percepção da capacidade de disputar as eleições.

Conforme observou Limongi,

Eleições eram, portanto, muito próximas à guerra. Ainda assim, não eram necessariamente resolvidas empregando-se violência. Se as forças em disputa tivessem como avaliar seu “poder de fogo”, o confronto não ocorria. O mais fraco se retirava da disputa, não sem alegar que o fazia porque coagido a tanto.

Desse modo, ao perceber que não podiam competir com a força do Gabinete empossado, lideranças do partido decidiram abandonar as eleições como estratégia, inclusive para deslegitimar o processo eleitoral. Os impressos, nesse sentido, surgem como espaço de disputa políticas que poderiam acontecer em torno da própria redação.

No caso do *Diário do Povo*, é de suma importância considerar as transformações no posicionamento do periódico. A mudança do proprietário, como aconteceu em julho de 1868, exemplifica bem isso. A partir daquele momento, o jornal procurou se posicionar como representante dos liberais. Entretanto, essa tentativa fracassou. Na primeira edição de 1869, declarava-se que, “tendo organizado definitivamente esta redação sob bases mais largas, o Sr. Lafayette pensou que era chegado o momento de tirar ao Diário do Povo o caráter de opiniões individuais”, defendendo, portanto, “o direito de afastar-se, em certas questões e expedientes de partido” e a necessidade de independência dos “chefes liberais” apesar de manter a identificação, “a confiança e simpatia.”<sup>102</sup> De fato, o periódico, apesar de não ter mais Lafayette como redator naquele ano, permaneceu alinhado ao partido. Publicou, inclusive, trechos do Manifesto do Centro Liberal, longo texto que justificou a abstenção daquele grupo

<sup>100</sup> Vida Fluminense, n. , 12 de setembro de 1868.

<sup>101</sup> Diário do Povo, n. 218, 17 de setembro de 1868.

<sup>102</sup> Diário do Povo, n. 215, 01 de jan. de 1869.

político nas eleições gerais de janeiro.<sup>103</sup> A explicação, segundo o documento, estava justamente nas violências cometidas pelos conservadores no processo municipal de 1868. Porém, os liberais se reuniram em outro projeto editorial, nosso conhecido *A Reforma*, uma fonte central para compreender o surgimento da Flor da Gente, que precisa ser analisado com ainda mais cuidado, considerando essa cadeia histórica que o liga ao *Diário do Povo*. Para isso, voltemos ao cinquentenário da independência.

No dia 7 de setembro de 1872, dois eventos mobilizaram a população da Corte. O primeiro foi a inauguração da estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva. Com mais de 2 metros de altura e 18 toneladas, o evento atraiu o povo em direção ao Largo de S. Francisco de Paula para a comemoração dos 50 anos da independência do Brasil. No festejo, “estava a praça lindamente enfeitada” para receber a “compacta multidão” com “as simples casacas pretas ao lado dos ricos fardões e das severas togas”.<sup>104</sup> Os olhos da multidão estavam voltados para o monumento imponente, quando, na presença do Imperador, o pano que misteriosamente cobria a estátua foi retirado e os canhões posicionados no morro de Santo Antônio começaram a troar, os sinos das igrejas repicaram e as centenas de rojões estouraram.<sup>105</sup> Para o redator do *Jornal do Commercio*, aquele dia ficaria “eternamente gravado na memória dos brasileiros”.<sup>106</sup>

O outro evento, o início da eleição municipal, direcionou os eleitores para as igrejas das freguesias nas quais escolheriam os vereadores e os juizes de paz, não sem muitos e já costumeiros tumultos e conflitos. No dia 10 daquele mês, o jornal escreveu um artigo de primeira página criticando as atrocidades que ocorreram na cidade. Sob o título “Mais orgia!”, seguem denúncias de “cidadãos expelidos para o meio da rua”, de “sangue liberal salpicando os templos” e, enfim, dos “capangas viajando pelas paróquias, e tendo sua catedral na matriz da Glória”. Por conseguinte, essa edição como tantas outras chamou a atenção para a atuação do “reforço da gente de lei” ou seja, “a flor da malta” da Glória.<sup>107</sup>

Conforme demonstrou Carlos Eugênio Líbano Soares, essas denúncias realizadas pelo impresso liberal ajudam a compreender a atuação dos capoeiras nas eleições. O autor ressalta a riqueza da cobertura realizada pelos jornalistas:

<sup>103</sup> O manifesto foi publicado em trechos a partir do dia 20 de março de 1869 no *Diário do Povo* e vendido na Tipografia Americana, na rua dos Ourives, n. 19.

<sup>104</sup> *Jornal do Commercio*, 09 de set. de 1872.

<sup>105</sup> KRAAY, Hendrik. A Inauguração Da Estátua De José Bonifácio Na Visão De Um Correspondente Estrangeiro, Em 7 De Setembro De 1872. *Revista Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 447, 2010.

<sup>106</sup> *Jornal do Commercio*, 09 de set. de 1872.

<sup>107</sup> *A Reforma*, 10 de set. de 1872.

Através das páginas do jornal *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal, podemos acompanhar *todo* o desenrolar da dramática disputa eleitoral de agosto de 1872. Por este jornal, um magnífico *panorama* se desenha, em *ricos detalhes* reveladores de uma portentosa luta que passa muito além de simples rusga eleitoral.<sup>108</sup>

Entretanto, aquele “panorama” desenhado pelo periódico liberal foi duramente criticado pela revista *O Mosquito*.<sup>109</sup> Diferentemente de revistas mais dissimuladas, *O Mosquito* adotou uma estratégia de combate mais explícita, colocando-se como um “jornal caricato e crítico”, não se escondendo completamente por trás da ambiguidade.<sup>110</sup> Por intermédio das caricaturas e de personagens narradores na abordagem satírica dos debates políticos, a revista buscava legitimidade por meio de afirmar sua liberdade de tecer críticas, sua independência, argumento que poucos anos depois serviria para legitimar a sua *Revista Illustrada*, a folha mais conhecida do artista italiano.

Assim, na edição 157, a mesma que fez graça com a estátua inaugurada no dia 7 de setembro, Agostini criticou a cobertura do diário reformista sobre as eleições. Na capa, um europeu lê o jornal *A Reforma* ao lado do líder conservador Visconde do Rio Branco e se choca com as notícias do jornal, demonstrando pena do Brasil, afinal, a partir da leitura, a conclusão não poderia ser outra: “brazilian government manda assassine people”. O político, por sua vez, questiona a qualidade da “papelucha”, mas o estrangeiro garante que “este estar jornal seria”. Assim, por meio do humor, o italiano ironiza não apenas o sotaque de estrangeiros, mas especialmente a repercussão internacional das notícias do jornal, questionando a imagem que *A Reforma* estava levando para o exterior.<sup>111</sup>

Nas páginas centrais, Agostini desenhou “A Reforma Illustrada”, construindo uma crônica a partir “das frases do artigo editorial da reforma”, publicado no dia 10 de setembro. Cada quadrinho correspondia a uma frase do editorial “Mais orgia!”. Conforme as denúncias, corpos de liberais na frente de igrejas foram desenhados. Agostini representou por meio da caricatura aquilo que foi narrado no jornal de modo a demonstrar como soam exageradas as publicações. Para fechar a crítica, ele zombou: “E o órgão democrático passa por ser um jornal sério”.<sup>112</sup>

<sup>108</sup> Soares, op. cit., p. 199. Grifo nosso.

<sup>109</sup> O semanário ilustrado, fundado em 1869 pelo caricaturista Cândido Aragonez de Faria e pelo editor Manoel Rodrigues Carneiro, estava sob a direção de Angelo Agostini desde 1871, quando este saiu d’*A Vida Fluminense*.

<sup>110</sup> BALABAN, Marcelo. Poeta do Lápis: Sátira e Política na Trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864 - 1888). Unicamp. 2009.

<sup>111</sup> O Mosquito, n. 157, 15 de setembro de 1872, p. 1.

<sup>112</sup> Ibidem.

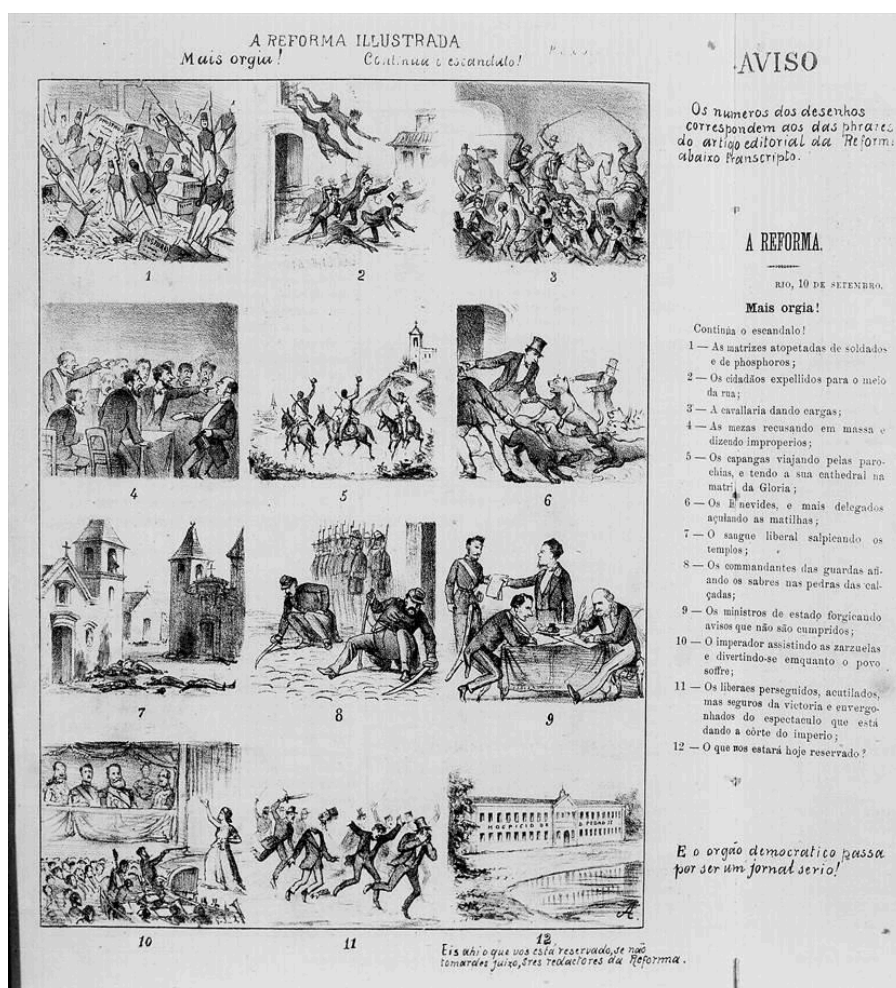


Figura 7 - “A Reforma Illustrada”

Fonte: O Mosquito, n. 157, 14 de setembro de 1872

Esse diálogo exhibe como o processo criativo da caricatura muitas vezes é feito a partir dos textos publicados na imprensa. O próprio Agostini admitiu buscar inspiração nas folhas diárias para os seus desenhos.<sup>113</sup> Portanto, como, antes de tudo, assíduos leitores de jornais e revistas, os caricaturistas transformam a linguagem jornalística na crônica visual, relendo a realidade descrita nas mídias, proporcionando novas leituras e interpretações. Conforme observou Marilda Lopes Pinheiro Queluz, “na releitura dos fatos jornalísticos e das notícias, a caricatura apresenta inversões nas quais os acontecimentos são revistos como uma afirmação e uma negação da história a um só tempo”.<sup>114</sup>

O mais interessante do desenho em questão, contudo, é a repercussão. Na edição seguinte, transcreveu-se nas páginas da revista uma carta recebida pela redação que repudiava as caricaturas de Agostini, acusando o número anterior da “mais deplorável parcialidade” por criticar a cobertura dos liberais. Casos assim demonstram como a redação dessas revistas não

<sup>113</sup> ROMON, 2022, op. cit.

<sup>114</sup> QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. Humor e política nas caricaturas de Aluísio Azevedo. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 134 - 153. maio/ago. 2016.

estavam isoladas da opinião dos leitores que, por meio de intervenções, poderiam nortear a produção das folhas como consumidores, dando vida aos periódicos. Existia uma espécie de tribunal público, que também era responsável por aquilo que era dito.<sup>115</sup>

A carta “causou profunda impressão em dois homens: Angelo e na desconhecida individualidade que escreve essas linhas”.<sup>116</sup> A necessidade de responder demonstra que aquela não era uma opinião isolada, mas que provavelmente era compartilhada por outros leitores liberais adeptos da estratégia da folha reformista. Assim, em resposta, o autor desconhecido — que poderia ser o próprio Agostini — afirma que os artigos publicados n’*A Reforma* “fazem crer que na corte o partido liberal está sendo metralhado nas ruas por um governo sanguinário e que não recua perante atrocidade alguma”. Ou seja, discordava da forma como “o órgão liberal toma a atitude de vítima”, sendo que “dos motins que as eleições deram lugar, é muito difícil decidir quem tem mais culpa”. Portanto,

Na forma, o órgão liberal presta-se tanto à caricatura, que o desenho do n. 157 do Mosquito é apenas uma ilustração literal d’um artigo de fundo da Reforma. Não se lhe alterou uma letra. (...) Aquele desenho não é um original, é uma tradução. Não é uma caricatura, é um artigo de fundo.<sup>117</sup>

Em resumo, acusava-se o jornal *A Reforma* de construir uma narrativa exagerada e distorcida da realidade, quase uma caricatura, ao menos na forma, o que fazia do desenho uma mera ilustração. A resposta à carta não representou uma negação da violência eleitoral, apenas relativizou a posição vitimista dos liberais, ressaltando que os dois partidos eram responsáveis. Esse posicionamento desvinculado dos partidos está em consonância com o projeto editorial daquele semanário, que buscava se colocar como independente, crítico a todos os lados, a favor apenas do progresso. A análise comparativa dos dois periódicos demonstra o cuidado necessário com as narrativas impressas, guiadas por intencionalidades político-partidárias, econômicas e ideológicas. Fica evidente a complexidade dos debates na imprensa, que fogem da concepção binária entre folhas de oposição e governistas que muitas vezes é utilizada pela historiografia como chave para interpretação dos textos.

No capítulo “Da Flor da Gente a Guarda Negra: os capoeiras na política imperial”, do livro *Negregada Instituição*, Soares demonstra a importância dos registros jornalísticos d’*A Reforma* para compreender a relação entre as maltas de capoeiras e os partidos políticos do império. Mesmo com um recorte temporal amplo, o autor analisou um grande volume de notícias especificamente sobre o processo eleitoral de 1872. Por meio do método

<sup>115</sup> ROMON, 2022, op. cit.

<sup>116</sup> O Mosquito, n. 158, 21 de setembro de 1872.

<sup>117</sup> Ibidem.

comparativo, ele apresenta um interessante debate entre diferentes fontes, cruzando informações não somente entre os impressos, mas entre estes e outros registros, o que permite apontar diferentes problemas nas narrativas liberais sobre a capoeira. Soares localizou o panorama mais amplo no qual o periódico se inseriu, especialmente na tensão relacionada aos debates sobre o fim da escravidão. Ele argumenta, por exemplo, que existe um caráter racial nas denúncias feitas pelo jornal *A Reforma* em relação ao envolvimento dos capoeiras, ou seja, que a narrativa impressa está relacionada ao medo da participação dos homens negros no processo eleitoral.<sup>118</sup>

Para o jornalista e historiador do século XX, Manoel José Godin da Fonseca, *A Reforma* foi “sem dúvida o melhor jornal político do seu tempo”.<sup>119</sup> A mesma estima teve esse periódico por Nelson Werneck Sodré, que o considerou o “mais prestigioso de sua época”.<sup>120</sup> Argumenta-se que Soares reproduz, até certo ponto, essa leitura idealizada do periódico. A cobertura da folha reformista sobre os conflitos eleitorais, de fato, constitui uma importante fonte para compreender aquele processo. Não obstante, é preciso observar que “o magnífico panorama” desenhado no impresso está completamente imerso na “portentosa luta” sobre a qual ele trata.<sup>121</sup> Nessa linha, o jornal não permite acompanhar “todo o desenrolar” das eleições de 1872 como afirma Soares, mas apenas parte daquele processo. Embora tentem passar um verniz de imparcialidade, é preciso levar em conta que a comissão formada para acompanhar e reportar a eleição tinha o objetivo de agir, intervir e transformar aquele processo. Muitos eram candidatos e estavam lutando na eleição. Reconhecer a agência do jornal no processo histórico que ele supostamente “relata” é fundamental por dois motivos. Primeiramente, permite ressignificar o papel da fonte histórica, compreendendo-a também a partir de sua relevância nos eventos. Os textos publicados no jornal sobre a Flor da Gente são importantes para acessar as diferentes narrativas, muitas vezes conflitantes, que contribuíram para construir a imagem pública daquela malta. Por outro lado, identificar a forma como aqueles textos reforçaram e se inseriram nas disputas políticas do processo eleitoral é fundamental para analisar as narrativas sobre os capoeiras. Isso porque criticar e denunciar as atitudes ilegais dos adversários, como o uso de capangas e capoeiras, fazia parte do jogo político. Os “ricos detalhes”, nas palavras de Soares, revelados pelos jornalistas, na verdade, são cuidadosamente escolhidos para reforçar a narrativa de oposição. Da mesma maneira, outros tantos são omitidos ou manipulados para não enfraquecer os aliados liberais. Assim, se

---

<sup>118</sup> SOARES, 1994, op. cit., p. 201 - 4.

<sup>119</sup> FONSECA, Godin. Biografia do Jornalismo Carioca, p. 338.

<sup>120</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. RJ, Civilização Brasileira, 1966, p. 242.

<sup>121</sup> SOARES, 1994, op. cit. p. 203.



quisermos compreender o envolvimento dos capoeiras, especialmente da Flor da Gente, nas eleições de 1872 a partir das narrativas jornalísticas, inclusive as ilustradas, é necessário analisar as particularidades daquele periódico.

A folha intitulada *A Reforma: órgão democrático* começou a circular em 12 de maio de 1869. Composto por quatro páginas de relativa qualidade, no formato 1,20 cm, custava \$100 na versão avulsa e 5 mil na assinatura trimestral.<sup>122</sup> Como outras folhas políticas, sobrevivia também de anúncios e especialmente do financiamento de apoiadores. Nos primeiros anos, a impressão era realizada na rua do Ouvidor n. 148, tipografia de Francisco Sabino de Freitas Reis, que, segundo Joaquim Manoel Macedo, foi fundador, gerente e administrador, tendo sacrificado além de dinheiro na empreitada, boa parte de seu tempo para garantir o sucesso.<sup>123</sup> Contudo, a folha era obra de diversas mãos liberais, como Joaquim Nabuco, Sousa Franco, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Benedito Otoni, Afonso Celso, José Cesário Alvim, Tavares Bastos e Francisco Otaviano.

Este último, articulador do jornal, em carta para Martin Francisco, afirmou que ele, Lafayette Pereira e Tavares Bastos deixaram uma outra folha, o *Diário do Povo*, com o objetivo de criar “uma folha de maior vulto” para ser dirigida pelo Clube da Reforma.<sup>124</sup> Assim, teria o objetivo de ser o meio de comunicação oficial daquele Clube e do Centro Liberal, de defender as principais pautas, expressas no nome do próprio jornal. Conforme defendido por Nabuco de Araújo, a concretização das reformas era o único caminho de salvação.

Ou a reforma  
Ou a revolução.  
A reforma para conjurar a revolução.  
A revolução, como consequência necessária da natureza das coisas da ausência do sistema representativo, do exclusivismo, e oligarquia de um partido.  
Não há que hesitar na escolha  
A reforma!  
E o país será salvo!<sup>125</sup>

Assim, a folha vinha como tradução da retórica política defendida pelos liberais agrupados após a crise política de 1868. No programa do partido, publicado nas dez primeiras edições do periódico, duas reformas se destacam, a eleitoral e a emancipação dos escravos. A reforma mais urgente era a eleitoral, que deveria ser acompanhada de outras que poderiam

<sup>122</sup> Era um valor superior às baratas folhas da Grande Imprensa, como *Diário do Rio de Janeiro* e a *Gazeta de Notícias*.

<sup>123</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de Macedo, *Memórias da Rua do Ouvidor*. RJ: Typ. Perseverança, 1878.

<sup>124</sup> Silvio Romero e João Ribeiro. *Suplemento Literário de 'A Manhã'*, Ano II, 22 de agosto de 1943, p. 103. Apud in: Vera de Oliveira Dias. *A imprensa da Corte nos anos de 1860 e 1870*. Rio de Janeiro, 2008, p. 57.

<sup>125</sup> ARAÚJO, José Thomas Nabuco de. *O Centro Liberal*. Brasília: Senado Federal, 1979. Apud In: MOMESSO, Beatriz Piva. *Letras, ideias e culturas políticas: os escritos de Nabuco de Araújo (1843-1876)*. 2015. p. 64

garantir um funcionamento mais justo do sistema representativo, como a abolição da Guarda Nacional e a reforma policial e judiciária. A defesa da emancipação consiste “na liberdade de todos os filhos de escravos, que nascerem desde a data desta lei e na alforria gradual existente”.<sup>126</sup>

A ausência de uma análise mais consistente dos jornais faz com que ele seja tomado como um relato fiel dos acontecimentos. A relação do *A Reforma* com o *Diário do Povo* demonstra a construção de uma estratégia de cobertura das eleições que recorria aos capoeiras como argumento de comprovação da falta de legitimidade do processo eleitoral. Isso não significa, porém, que a fonte não sirva para compreender o processo histórico. Pelo contrário, é justamente essa imersão na realidade que se representa que torna o documento relevante.

O fato de a notícia publicada no *Diário do Povo* mencionar nominalmente os supostos chefes da malta, Novaes e Basílio, permite um exercício metodológico comparativo para verificar a autenticidade das denúncias. Utilizando outros relatos parecidos do mesmo periódico, podemos perseguir os rastros desses personagens tanto na imprensa quanto na documentação policial.

Esses capoeiras estavam presentes num “espetáculo” ocorrido durante as eleições na freguesia da Lagoa. Segundo o jornalista, havia “de um lado um grupo de olhar sinistro, pareciam tigres sedentos de sangue, a espera da vítima, do outro, dez ou doze capangas jogando a *cabriola* ou capoeira, como por exercício, fazendo cair descuidadamente de seus bolsos as navalhas e os punhais”.<sup>127</sup> O indício de que as maltas jogavam capoeira “como por exercício” nas ruas e largos perto de onde atuavam como capangas é importante. Por mais que possa ser interpretado como uma ameaça, pode ser que eles estivessem de fato exercitando a capoeira, o que já era suficiente para causar medo em determinados setores da sociedade. Essa última hipótese sugere uma correspondência entre o aspecto lúdico de folguedo, com a capangagem política.

---

<sup>126</sup> *A Reforma*, n. 1, 12 de maio de 1869.

<sup>127</sup> S. f. salto de cabra. § Satlo concertado, que se dá dançando. § fig. Salto desconcertado de quem folga. SILVA, Antonio Morais, *Dicionário de Língua Portuguesa*, 1890, p. 374.



Figura 8 - Viva a liberdade do voto

Fonte: A Vida Fluminense, n. 36, 5 de setembro de 1868

Legenda: Viva a liberdade do vo...vo...o...to...to!

De qualquer modo, aquela mesma notícia informa que os capoeiras Novaes e Basílio foram vistos “distribuindo garrafas de cerveja e dando vivas e morras”. Primeiro é preciso perceber que a menção ao nome dos personagens é justamente uma estratégia de dar maior credibilidade à notícia. Ademais, a associação entre a capoeira e a bebida é comum, construindo a ideia de que esses personagens eram vadios e ébrios por excelência. Nas eleições, esse se tornava um ingrediente a mais desses perigosos personagens, como demonstra a Figura 8, outro recorte da crônica sobre as eleições feita por Agostini n’ *A Vida Fluminense*. Há uma certa semelhança com a notícia, afinal, além do elemento alcoólico, o comportamento de dar “vivas” também aparece na legenda da caricatura.

Apenas com essas informações, não foi possível encontrar nada sobre o dito Novaes, somente algumas denúncias parecidas naquele mesmo periódico. Com relação ao outro capoeira, temos um número interessante de fontes, que serão analisadas no terceiro capítulo. Adianta-se que são consistentes os registros sobre sua atividade como capoeira desde o início da década de 1860. Essa notícia do *Diário do Povo*, por exemplo, reforça a hipótese de que ele seria um dos líderes da malta, tanto por aparecer antes na documentação, quanto por estar conduzindo a distribuição de bebidas para os apoiadores. Fato é que, nas eleições de 1872, Basílio foi novamente mencionado nos conflitos eleitorais do bairro da Glória. O jornal *A Reforma* o citou numa lista dos que “fazem parte conspícua da malta que ameaça e procura intimidar os votantes liberais”. De acordo com o periódico, eles “andam armados à vista de

todos na freguesia”.<sup>128</sup> Assim, não há dúvidas que Basílio fosse da malta que ficaria conhecida como Flor da Gente. Capoeira célebre da Corte desde 1860, ele é a principal evidência de que associados ao político conservador Duque-Estrada atuavam no processo eleitoral na Glória ao menos desde 1868.

Embora a malta já existisse desde a década anterior, é nos anos 70 que a imagem dela se consolida na Corte. Argumenta-se que isso é, em grande medida, por conta da cobertura impressa. Assim como as eleições de 1868 foram para o *Diário do Povo*, as eleições de 1872 eram visadas pela *Reforma* como evento capaz de provar a necessidade do atendimento das pautas defendidas pelos liberais. Dessa vez, mais experientes e preparados, não foram pelo caminho da abstenção. Pelo contrário, buscaram o enfrentamento e, especialmente, a publicização do processo eleitoral na imprensa como meio de alcançar os objetivos. Tanto que o Clube da Reforma estabeleceu uma comissão responsável por acompanhar e expor de maneira detalhada todos os acontecimentos eleitorais daquele ano. A cada edição lançada durante os processos, havia na primeira página um relatório feito por essa comissão, que muitas vezes também era publicado no “A Pedidos” do *Jornal do Commercio* para dar ainda mais publicidade. Muitos casos envolvendo capoeiras no processo eleitoral foram narrados nesses relatórios.

O acirramento dos debates sobre o fim da escravidão e da crise partidária que levou a convocação das eleições de 1872 ajuda a entender esse florescimento a malta. Esse contexto efervescente, do qual os jornais e revistas são produtos e produtores, fez com que os capoeiras fossem ainda mais visados como exemplo de que a extensão do voto era algo perigoso, especialmente após o escândalo da Carta Negra. Embora a polêmica tenha sido apresentada e reforçada pelo periódico reformista, ela foi amplificada pela forma como os caricaturistas exploraram nas eleições que ocorreram de agosto a novembro, o que provavelmente fez com que o nome da malta se popularizasse. Assim, a Flor da Gente é também formada na imprensa, em especial a ilustrada.

---

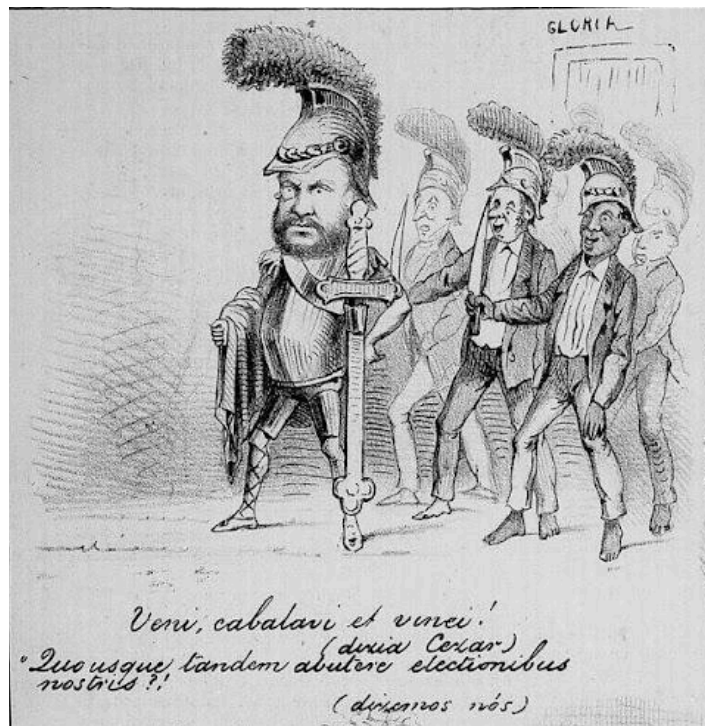
<sup>128</sup> A Reforma, n. 185, 17 de agosto de 1872.

## CAPÍTULO 2 - O JARDINEIRO DA FLOR DA GENTE

Do Duque-Estrada a gente destemida  
 Estava firme e leza na estacada  
 A flor da malta, a troça mais querida,  
 O reforço de lei, tudo em parada!  
 Traz aquele uma faca bem comprida,  
 Este vem com a navalha descascada,  
 Outro faz da cabeça bombardeira,  
 Todos trazem por armas a rasteira!<sup>129</sup>

### 2.1 - Um Catilina dos trópicos: a trajetória política de Duque-Estrada

Não apenas as caricaturas, mas as notícias, crônicas e até os poemas, como a epígrafe deste tópico, colocam o juiz de paz como líder da Flor da Gente. Na verdade, o poema atribui ao Duque-Estrada o status de dono daquela gente destemida. Trata-se de uma operação semelhante àquela que Angelo Agostini fez ao caricaturar Duque-Estrada como “a flor da sua gente”. No entanto, será que essas piadas são confiáveis? Ou seja, qual era o papel do político na malta e como ele construiu essa relação? Neste capítulo investigaremos a trajetória desse indivíduo supostamente capaz de comandar uma malta de capoeiras de maneira a explicar se e como ele liderava sujeitos descritos como tão perigosos.



<sup>129</sup> Folhetim, A Capangada IV. *A Reforma*, n. 212, 15 de setembro de 1872.

Figura 9 - Veni, cabalari et vinci!

Fonte: A Vida Fluminense, n.º 244, 24 de Agosto de 1872.

Legenda: Veni, cabalavi et vinci! (diria César) Quo usque tandem abutere electionibus nostris?! (diríamos nós).

Na semana de publicação da “carta negra”, documento que deu origem ao nome da malta da Glória, o caricaturista Cândido Aragonez de Faria desenhou Duque-Estrada liderando uma legião com capacetes ornados com grandes cristas. Como indicado no alto da imagem, pertenciam à freguesia da Glória. Trata-se de uma das primeiras gravuras sobre a Flor da Gente que, como outras, possui significados mais profundos que aparentam.

Arnaldo Lucas Pinheiro argumenta que “o sentido de uma imagem não é um dado, ele é resultado de uma interação comunicativa” que precisa levar em conta diversas variáveis, como o contexto e a motivação do produtor da imagem, mas também o contexto e motivação do observador da imagem.<sup>130</sup> Assim, o sentido de uma caricatura é distinto dependendo do observador. Na figura em questão, por exemplo, o caricaturista recorre ao passado romano como espaço de construção de significado, utilizando símbolos e referências com o propósito de transmitir uma mensagem para os leitores da revista. Entretanto, a forma como esses homens e mulheres do século XIX interpretavam esses códigos é distinta da maneira como nós, pessoas do século XXI, o fazemos. O passado romano possui e produz um sentido específico naquela sociedade que não é igual ao atual. Desse modo, a caricatura constitui uma espécie de enigma histórico que precisa ser desvendado por meio da análise, sustentada na comparação com outras fontes, mas também por meio de imaginação histórica.

É bem provável que os assinantes da revista e eventuais curiosos que encontrassem aquela edição disponível para a leitura em algum estabelecimento da Corte reconhecessem de pronto que os personagens na imagem não eram de uma legião qualquer. Empunhando facas compridas, embora utilizem o capacete romano, constituem o estereótipo do capoeira nas revistas. Isso era óbvio também pelos acontecimentos recentes, afinal, “a gente” do Duque-Estrada estava em todos os jornais, e decerto era assunto nas tantas rodas de conversa da cidade. Chama atenção, porém, o fato de estarem descalços como se fossem cativos. Portanto, essa certamente não era uma cena heroica. É como se Duque Estrada estivesse liderando um batalhão de escravizados armados e, por consequência, perigosos.

Paulo Knauss de Mendonça esclarece que “a análise das revista ilustradas demanda uma abordagem intertextual que procure evidenciar como escrita e desenho se combinam, ou como leitura e olhar se complementam”.<sup>131</sup> Dessa forma, a legenda, mesmo que em outra

<sup>130</sup> JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires. *A Imprensa em Guerra*, UFRJ, 2015. Quadro 1.

<sup>131</sup> KNAUSS, Paulo. et. al. (organizadores). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. p. 7.

língua, ajuda a desvendar possíveis significados da imagem. A primeira parte, “*Veni, cabalavi et vinci!*”, do latim, provavelmente significa vim, cabalei (usei cabalas, conluíus eleitorais), e venci, certamente alude à famosa frase “*veni, vidi, vici*”, que significa “vim, vi, venci” atribuída a Júlio César. Há, portanto, uma comparação de Duque-Estrada com Júlio César. Este, porém, pode ser compreendido tanto como um general vitorioso, como um ditador.

Além disso, a segunda parte da legenda fornece um sentido diferente para a caricatura. Ela faz referência a outra frase latina conhecida — “*Quo usque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?*”, ou seja, “até quando abusarás da nossa paciência, Catilina?” —, que abre o famoso discurso do orador e político romano Marco Túlio Cícero contra o senador Lúcio Sérgio Catilina.<sup>132</sup> Trata-se de um texto citado ao longo dos séculos, tido como exemplo de oratória, muitas vezes utilizado no ensino do latim. O autor, porém, também adapta a frase, direcionando-a ao político carioca e sua atuação nas eleições: “*Quo usque tandem abutere electionibus nostris?!*”, quer dizer, “até quando abusarás das nossas eleições?”. Nesse sentido, há uma comparação de Duque-Estrada com Catilina, que se tornou sinônimo de vilão na tradição ocidental.

Catilina foi um político e militar de destaque da República Romana, parte de uma notável e antiga família, cuja linhagem poderia ser rastreada até a fundação de Roma. Seu avô, por exemplo, foi um herói da guerra contra Hannibal. Com os privilégios de um patrício, Catilina teve um início de carreira promissor, sendo eleito para diversos cargos políticos. Porém, envolveu-se em polêmicas e suspeitas bizarras, falindo por volta dos anos 60 a.C.<sup>133</sup> Seus problemas financeiros eram, em parte, consequência das tentativas de vencer as eleições para cônsul, o cargo político mais importante de Roma. Em 64 a.C, ele foi derrotado e Cícero, que não tinha a vantagem de fazer parte de uma família tradicional, mas foi escolhido como um dos cônsules. Eles concorrem novamente ao cargo, quando Cícero, sabendo de um golpe envolvendo Catilina, aparece em público acompanhado da guarda armada e vestindo um peitoral militar por baixo da sua toga. Essa tática, juntamente com a campanha de Catilina, a qual anacronicamente poderíamos chamar de populista, pois era voltada para os desfavorecidos e insatisfeitos em detrimento dos mais ricos que garantiam a vitória eleitoral, resultou na reeleição de Cícero.

Logo após eleito, o cônsul recebeu mais informações de uma rebelião liderada por Catilina em curso. Aliando-se a jovens nobres e plebeus, que Cícero descreveu como

<sup>132</sup> AMAYA, Lucas. *quo usque tandem abutere, Capitu, patientia nostra*. Rev. Let., São Paulo, v.60, n.2, p.69-86, jul./dez. 2020.

<sup>133</sup> Foi acusado de assassinar a própria esposa e o filho.

depravados e desocupados, o patrício fomentou a sublevação, buscando, inclusive, o apoio militar de uma tribo gaulesa para o sucesso de sua revolta. Entretanto, esses gauleses teriam denunciado todo o plano a Cícero, que utilizou cartas enviadas por Catilina como prova da conspiração. Nesse contexto, foi em discurso no senado que o orador teria dito a famosa frase a qual a caricatura se refere. O traidor teria, então, se juntado a um exército no norte, enquanto os conspiradores que ainda estavam em Roma foram presos e executados sumariamente. O fim de Catilina não tardou. Foi morto à frente de seus homens em combate, derrotados pelas legiões enviadas por Cícero.

É de se observar algumas semelhanças dessa história com a apresentada pela caricatura de Faria, especialmente o fato da trama estar ligada ao processo eleitoral. A representação de Duque-Estrada com a armadura e a toga parece uma referência a forma como Cícero se apresentou durante a campanha de 63 a.C., combinando trajes civis e militares. Além disso, como veremos, a elogiada oratória do deputado do parlamento brasileiro poderia ser uma semelhança entre ele e o famoso orador romano. Entretanto, é evidente que a caricatura associa o deputado carioca ao senador derrotado na corrida pelo posto de cônsul. Um elemento que não pode passar despercebido é a coincidência envolvendo as cartas que incriminam Catilina e seus aliados e o escândalo da “carta negra”. Assim, mais que um general vitorioso ou um orador habilidoso, aos olhos do caricaturista, Duque-Estrada era um conspirador abusando da paciência eleitoral.

De fato, podemos encontrar algumas semelhanças nas trajetórias desses dois personagens históricos. Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira nasceu no Rio de Janeiro em 6 de junho de 1836, filho de Joaquim José Teixeira e de Rita Manuela Duque-Estrada Teixeira. Assim como Catilina, vinha de família tradicional e respeitada. O sobrenome materno, pelo qual era mais conhecido, foi passado de geração em geração por uma antiga linhagem portuguesa, que escreveu sua história no Rio de Janeiro desde o século XVII. Seu nome talvez homenageia o avô materno, Luiz Joaquim Duque-Estrada Furtado de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal de Justiça durante o Primeiro Reinado e senador a partir do Período Regencial.<sup>134</sup>

Do lado paterno, ele herdou uma trajetória acadêmica, profissional e política. Joaquim José Teixeira, filho do brigadeiro Domingos José Teixeira, foi bacharel em letras pela universidade de Paris e em direito pela faculdade de São Paulo. Poeta e advogado, foi sócio fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Instituto Histórico e Geográfico

---

<sup>134</sup> SANTOS, Lery. *Pantheon fluminense*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, 1880, p. 575 - 578.



Brasileiro, além de colaborador de diversos periódicos.<sup>135</sup> Como político, foi deputado provincial em várias legislaturas pelo Rio de Janeiro e deputado geral por Sergipe, província na qual atuou como presidente.<sup>136</sup>

Dessa forma, Duque-Estrada seguiu o caminho do pai, cursando Direito na Faculdade de São Paulo, onde produziu textos acadêmicos e também colaborou com alguns periódicos. Fundou a revista acadêmica *O Guayaná*, na qual publicou artigos sobre “os fundamentos do direito de punir”.<sup>137</sup> No periódico *Courrier du Brésil*, escreveu sobre a restauração da sala Othello no Teatro São Pedro de Alcântara.<sup>138</sup> Foi considerado pelo livro que recorda a história dos estudantes que passaram pela Academia de São Paulo, “da sua turma, uma das mais brilhantes inteligências ainda realçada por variada cultura literária e palavra fácil e imaginosa”. Além disso, “embora amigo de diversões”, nunca deixou de se dedicar aos estudos, “e assim foi sempre enumerado entre os melhores estudantes de direito”. Tanto que, “no ano seguinte ao da formatura, defendeu teses e obteve o grau de doutor”.<sup>139</sup> Escreveu sobre “a pena de multa com todas as questões teóricas e práticas que poderiam substituir os artigos 55, 56 e 57 do Código Comercial”.<sup>140</sup> Entretanto, como demonstra a ata de reunião do instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros de 1866, apresentaria outras teses, como “O que é coisa julgada, segundo o nosso direito criminal?; Comparação do nosso direito com o direito de outros países?; Influência recíproca da coisa julgada no cível e no crime?”.<sup>141</sup> Portanto, percebe-se que Duque-Estrada construiu uma trilha acadêmica e intelectual bastante promissora, garantindo conteúdo e habilidade para se tornar um político conhecido pela ilustração.

Em 1859, voltou à Corte para atuar como advogado com o pai em um escritório que ficava na rua de S. Pedro para a do Rosário n. 68, no qual trabalharam juntos ao longo de toda a vida.<sup>142</sup> No ano seguinte, ele apareceu entre a lista de eleitores da freguesia Glória.<sup>143</sup> Ao menos desde 1862, exerceu a função de secretário da irmandade do Santíssimo Sacramento daquela freguesia. Em pouco tempo, tornou-se membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria

<sup>135</sup> Jornal do Commercio e as revistas Minerva Brasiliense, Íris, Actualidade e Bazar Volante.

<sup>136</sup> SANTOS, Lery. op. cit.

<sup>137</sup> O Guayaná, n. 3, São Paulo, 30 de junho de 1856, p. 85.

<sup>138</sup> Courrier du Brésil, 25 de jan. de 1857, p. 5-6.

<sup>139</sup> NOGUEIRA, Almeida, A Academia de São Paulo : Tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas, São Paulo, 1907, p. 201.

<sup>140</sup> BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. Dictionario bibliographico brasileiro. 7v. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902, v.5, p. 422;

<sup>141</sup> Revista do Instituto da Ordem dos advogados brasileiros. Rio de Janeiro, 1870. Ano VIII. Tom. VII, v. 7-8, p. 148-149;

<sup>142</sup> Diário de Notícias, 1862, n. 54, p.3. Gazeta de Notícias, 1880 n. 33.

<sup>143</sup> Correio Mercantil, 1860, n. 359.

Nacional, que se orgulhava de ter entre os sócios “as pessoas mais respeitáveis do Brasil”, como conselheiros de Estado, ministros, senadores e deputados.<sup>144</sup> Nesta sociedade, ele pode ter debatido e se relacionado com grandes figuras do império e, quem sabe, ser notado pelo próprio imperador D. Pedro II, o qual participou diversas vezes das sessões do Conselho.

A entrada oficial de Duque-Estrada na política aconteceu em 1863, quando se filiou à Liga Progressista, que reunia dissidentes conservadores e liberais moderados. No ano seguinte, exibiu popularidade, sendo eleito o Juiz de Paz mais votado pela freguesia da Glória, cargo para o qual foi votado seguidamente até 1878, quando sofreu a primeira derrota política. Diferente dos dias de hoje, o cargo de Juiz de Paz era bastante relevante. O eleito era responsável por resolver conflitos entre moradores, garantir a ordem, a conservação de matas e florestas públicas, o controle dos vadios, a destruição dos quilombos e, mais importante, fazer o alistamento dos votantes da freguesia.<sup>145</sup> Era uma posição favorável à conquista de prestígio político na localidade, o que ajuda a compreender como, nas eleições de 1868, Duque-Estrada foi eleito deputado provincial, e nas de 1869, deputado geral.

Dessa forma, como Catilina, ainda jovem, Duque-Estrada teve uma carreira política bem sucedida. No início dos seus 30 anos, já havia sido eleito para o parlamento brasileiro, onde construiu uma influência relevante, tornando-se um dos rostos mais conhecidos do partido conservador. A imprensa ilustrada, nesse sentido, teve um papel central na construção da sua imagem política. Especialmente por conta da polêmica relação com os capoeiras, Duque-Estrada virou figura carimbada nas páginas de grandes revistas ilustradas.

A revista *A Vida Fluminense*, por exemplo, publicou um interessante texto que, marcado pela ironia, tão característica daquele semanário que se definia como “joco-sério”, assemelha-se a uma caricatura, porém escrita, detalhando e exagerando algumas de suas características físicas e traços de sua personalidade de maneira cômica:

Na Câmara, S. Ex. é um homem necessário. Bonitinho de cara, bigodinho matador, voz um pouco gutural, mas capaz de quebrar vidros quando lhe dá toda a força, frase na altura do gesto (em S. Ex. o gesto vem sempre adiante da frase), períodos humorísticos lardeando a sua lógica cerrada, lá de vez em quando uma inflexão nasal para mostrar que S. Ex. tem vontade de espirrar... contra os que não se lembraram ainda de confiar-lhe uma pasta... qualquer (S. Ex. julga-se apto para todas), uns certos meneios de cabeça degenerando na imobilidade estática de quem quer ver ao longe, o chic daquela luneta de solitário vidro, só empregada nos momentos em que é preciso dar ao semblante um aspecto irado e carrancudo – tudo isto não se encontra por aí aos pontapés, e são qualidades necessárias em qualquer Assembléia, onde os contrastes animam a discussão, variam o espectáculo, e divertem o povo.

<sup>144</sup> Raimundo José da Cunha Matos, primeiro secretário: Matos, 1837, p. 269. In: PENTEADO, David Francisco de Moura. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825-1904). Revista Brasileira de História da Ciência, 2022.

<sup>145</sup> NICOLAU, Jairo. Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais. Companhia das Letras, 2012.

Deixem-no, pois, onde o puseram. Eleva-o mais, seria, talvez... quebrar-lhe as pernas.<sup>146</sup>

Sem explicitar o quão irônica era a afirmação, o texto descreve o deputado como figura política necessária na Câmara por conta de suas qualidades. Estas iam além do rostinho bonito, sendo a oratória capaz de criar um espetáculo, animando e divertindo o público das galerias o elemento de maior destaque. Os meneios de cabeça e pontapés citados certamente não são fortuitos, mas uma discreta lembrança do envolvimento do político com a capoeiragem. Os gestos e as expressões se tornam alvo da pena do jornalista que caçoa da soberba do deputado que se acha capaz de assumir qualquer pasta, mas não consegue nenhuma. Trata-se de uma sugestão de que Duque-Estrada tinha ambição para além do parlamento, mas não encontrou apoio necessário. Talvez justamente pela imagem negativa que tinha na imprensa.

Essa imagem de um vilão ao nível de Catilina, contudo, não foi forjada apenas ao longo dos acontecimentos eleitorais. Como demonstra o texto, sua ativa participação no parlamento era notada pelos desenhistas. Tal participação, especialmente na batalha fratricida do partido conservador nos debates sobre a lei do Ventre Livre, contribui para desvendar os significados das caricaturas da Flor da Gente e, por seguinte, compreender a relação do deputado com os capoeiras.

## **2.2 “A liberdade é uma flor”: Duque-Estrada e a Lei do Ventre Livre**

A atuação do deputado em relação à chamada “reforma do elemento servil” foi um dos motivos que fizeram dele alvo dos caricaturistas. Duque-Estrada esteve entre os deputados conservadores que romperam com o chefe do gabinete conservador, fazendo oposição ao próprio partido nos acalorados debates sobre a aprovação da Lei do Ventre Livre. Apesar de jovem e sem experiência quando comparado a figuras carimbadas da chamada ala emperrada do partido, como Paulino Soares de Souza, José de Alencar e Perdigão Malheiro, ele foi um dos deputados que ativamente protestou contra o projeto emancipatório apresentado em 1871. Tendo em vista o impacto desses debates na experiência histórica de diversos setores sociais, analisar os discursos de Duque-Estrada é importante para compreender as caricaturas publicadas sobre ele e os capoeiras nos anos seguintes e, portanto, para compreender o processo de construção da imagem da Flor da Gente.

---

<sup>146</sup> A Vida Fluminense, 21 de setembro de 1872, p. 5.

Uma de suas primeiras e mais importantes intervenções foi realizada em 30 de maio de 1871 em resposta à Fala do Trono daquele ano, quando D. Pedro II anunciou reformas que deveriam ser implementadas, com destaque para a “reforma do elemento servil”. Desejando afirmar-se como orador habilidoso, o deputado abre o discurso citando o filósofo Pascal: “para bem apreciar-se um painel só há um ponto indizível, outro qualquer é muito perto, muito afastado, muito alto, muito baixo. Na arte da pintura a perspectiva o designa; mas para as questões sociais quem o determinará?”<sup>147</sup> A citação introduz uma reflexão sobre a perspectiva. Ele sugere que o Brasil ainda buscava um ponto de equilíbrio para entender e resolver a questão da escravidão, compreendida por ele como um “problema social” do mais importante para a nação e que, portanto, deveria ser tratado com muita cautela. Porém, ele deixa muito clara sua perspectiva sobre a forma do governo de conduzir a questão: era contrário e, portanto, um crítico da fala do trono e do projeto de lei do Ventre Livre.

Numa parte do discurso ele resume bem sua posição tradicionalmente conservadora:

Enfim, senhores, sobre o nosso *solo abalado, fofo e movediço* por tantas reformas, desconhecido por carência de dados estatísticos, pretende o governo assentar a grande, a temerosa reforma do estado servil! Digam o que quiserem os otimistas – o terrível problema social, cuja solução o governo acredita haver achado e até o quer precipitar, encerra em seu seio questões intrincadíssimas que, tendentemente, interessam quase todos os ramos de nossa vida social. Há de necessariamente produzir enorme comoção em todo o edificio social, comoção que será funesta se não houver da parte do legislador e do governo toda a calma, reflexão e prudência.”<sup>148</sup>

Essas passagens mostram que, segundo ele, a tentativa do governo de reformar o sistema servil de forma apressada seria como construir em terreno instável – poderia abalar todo o “edificio social”. Havia, portanto, essa percepção, compartilhada tanto por conservadores emperrados, moderados e liberais de que a escravidão estava intrincada “em quase todos os ramos de nossa vida social”. Porém, assim como outros dissidentes, ele era contrário à abordagem do Gabinete Rio Branco.

No dia 20 de julho, o deputado subiu novamente à tribuna, desta vez, munido de críticas mais materiais aos artigos do projeto de lei que vinham sendo debatidos nas últimas semanas e principalmente, com vigor para se defender da “pecha de escravocratas” que havia recaído sobre a oposição. A principal defesa do deputado é um tanto óbvia e amplamente repetida pela narrativa senhorial: o país não estava preparado para uma reforma tão profunda.

<sup>147</sup> Annaes do Parlamento Brasileiro. Tomo I [1871]. (Rio de Janeiro : Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & C., 1871) Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Sessão de 30 de maio de 1871. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/31d2f502-3b26-4a5f-9b37-3325f6898949>

<sup>148</sup> Annaes do Parlamento Brasileiro. Tomo I [1871], sessão de 30 de maio de 1871.

Duque-Estrada defendia a conclusão do censo antes da discussão do projeto emancipatório, para que ele estivesse de acordo com dados mais precisos. Entretanto, argumentou que qualquer reforma dessa magnitude fosse antecedida por nada mais nada menos que reformas na educação, na infraestrutura e na segurança do país. Portanto, ele mantém alarmismo de que a lei, como estava proposta, seria responsável por uma “formidável crise, pelo menos econômica”, mas que poderia ir muito além disso e — novamente — “afetar a base do nosso edifício social”.

Um ponto nevrálgico dos debates sobre a lei era a da intromissão do Estado nas relações privadas, pois “o projeto do governo, criando um juízo especial e atribuições novas, vinha trazer funesta perturbação nas relações dos senhores para com os escravos”. Provavelmente ele se referia ao direito ao pecúlio estabelecido pela lei. Eis aí um ponto de tensão fundamental, pois a busca pela liberdade desafiando a vontade senhorial quebrava o direito supostamente absoluto de propriedade. Desse modo, o deputado que reafirma diversas vezes seu empenho na defesa da lavoura, compartilha o sentimento de ameaça à “força moral dos senhores”.<sup>149</sup> Trata-se do medo da desorganização da ordem social hierárquica fundada pela lógica de domínio da escravidão, onde a figura do senhor de família detinha um poder quase ilimitado sobre seus dependentes. Ou seja, sua reação é típica da elite senhorial, para a qual a perspectiva de emancipação revela a imbricação entre o poder patriarcal e a escravidão. Assim, a emancipação poderia significar um rompimento indesejável nas relações de controle e dependência das quais o próprio deputado se beneficiava.

Seu discurso exemplifica uma visão comum a respeito dos escravizados, segundo a qual “o governo atira-os brutos desprevenidamente ao seio da nossa sociedade civil e política”. Ele cita uma frase atribuída a William Channing, o qual afirma “que é um ato de crueldade e não de bondade outorgar ao escravo uma liberdade cuja natureza e uso ele ignore”. Ainda mais, acusa “o governo de fazer dos libertadores homens políticos candidatos juridicamente aptos até para ministro de estado” sem o devido “ensino moral e religioso”. Citando outro abolicionista inglês, ele curiosamente afirma que “*a liberdade é uma flor* que só pode medrar em terreno preparado para recebê-la!”. Denúncia que “lança o governo esta semente com mão precipitada e cega”.<sup>150</sup> Portanto, são figuras de linguagem interessantes, pois reforçam que ele realmente pode ter chamado os capoeiras da Glória de “flor da minha gente” não apenas no bilhete, mas no dia-dia.

<sup>149</sup> Duque-Estrada cita inclusive um dos principais expoentes dessa crítica, o barão de Vila da Barra. Ver CHALHOUB, Sidiney. Machado de Assis, historiador, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>150</sup> Annaes do Parlamento Brasileiro, 1871, Tomo I. Sessão de 20 de julho.

Embora algumas manifestações durante o seu discurso sugiram que ele tenha sido ignorado pelos apoiadores da lei, que abandonaram a câmara durante a longa fala, ele foi amplamente aplaudido e cumprimentado pelos membros da oposição. Seus discursos frequentemente repercutiam nas páginas dos jornais diários com largos elogios a ilustração desse “jovem orador” que “promete muito”.<sup>151</sup> Embora fossem minoria, Duque-Estrada estava ao lado de figuras proeminentes da política imperial. Essa batalha certamente proporcionou prestígio político de pessoas poderosas.

Por outro lado, ele também ganhou adversários de peso. As duras discussões com o chefe do gabinete eram um prato cheio para os liberais. O periódico *A Reforma* afirmou que “O Sr. deputado Paranhos esteve em vésperas de atracar-se com o Sr. Duque-Estrada Teixeira”, o que foi rechaçado pelo próprio Rio Branco numa publicação “A Pedido” que botava panos quentes na polêmica.<sup>152</sup> Entretanto, como veremos, quando da dissolução do parlamento no ano seguinte, Duque-Estrada não contou com o apoio do governo como estava acostumado, afinal, estava entre os dissidentes que o governo queria eliminar por meio das eleições.

De qualquer forma, sabemos que as eloquentes intervenções durante esses debates colocaram Duque-Estrada Teixeira no radar dos satiros. Evidência disso é a peça intitulada “A moça de Juca Rosa ou a Feiticeira da Corte”, a qual tem entre os personagens um deputado chamado Teixeira da Estrada. Escrita por J.J. de P.M e publicada no Rio de Janeiro em 1871, a comédia típica de costumes de teatro de revista da época surge durante o julgamento do curandeiro negro Juca Rosa. Acusado de estelionato, José Sebastião da Rosa foi um personagem célebre pelo suposto uso da feitiçaria na Corte, procurado por pessoas de todas as classes sociais por seus serviços, rituais, cerimônias e curas. Entre os frequentadores das reuniões do “Pai Quilombo”, estavam os capoeiras.<sup>153</sup> Além disso, sua fama e respeito foram, em parte, atribuídos à proteção que recebia de pessoas influentes. O personagem Teixeira da Estrada era uma óbvia referência ao deputado conservador. No entanto, a relação de Duque-Estrada com Juca Rosa na história era de conflito.

A peça está centrada na personagem Suzana, uma senhora branca e abastada que buscou os poderes de Rosa para resolver os problemas com seu amante, o deputado Teixeira da Estrada, conforme explica ao feiticeiro: “S. O que me traz aqui é fazer com que o Senhor Doutor (meu moço), que anda metido com certos *meninos*, se esqueça das amizades novas e

<sup>151</sup> Ver Diário do Rio de Janeiro n° 209 e Jornal do Commercio n° 207.

<sup>152</sup> Jornal do Commercio n° 214, p. 1, 3 de agosto de 1871.

<sup>153</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. A História Do Feiticeiro Juca Rosa: Cultura E Relações Sociais No Rio De Janeiro Imperial. Tese, Unicamp, 2000.

torne para o seu antigo estado.”<sup>154</sup> Contudo, o deputado descobre que o feiticeiro “exigiu que ela fizesse sexo com ele, e que ela consentira”, prometendo vingança:

T.E. Não tem que ver, tomou ventura como todas as outras que aqui tem vindo!... Que miséria, meu Deus! Tão bonita, entregar-se a um negro estupidamente, só porque teve ciúmes de mim! (*alto*) Eu te ensino, rabudo do diabo; há de ser da penitenciária que tu hás de iludir mulheres brancas e inexperientes, para gozá-las por influência das tuas insinuações supersticiosas! Sim, malandro, eu te curo; tu te arrependerás de teu vil procedimento, tanto quanto te seja possível arrependeres. Eu te denunciarei tantos crimes que farei as autoridades, a população e até as pedras do Rio de Janeiro se conspirarem contra ti.<sup>155</sup>

Dessa forma, a peça, que aborda personagens a partir de estereótipos de raça e gênero, faz uma direta referência a relação de Duque-Estrada com os capoeiras, presente na reclamação de Suzane de que ele estava metido com “certos *meninos*”. A sátira atacava, portanto, diretamente a imagem do deputado. Não sabemos, contudo, o quanto essa peça foi conhecida no período, mas a aparente ausência de menções nos jornais indica que não teve uma recepção muito significativa.<sup>156</sup> De qualquer modo, ela demonstra como a relação de Duque-Estrada com os capoeiras vinha sendo tema de piadas na Corte, algo que, aumentaria significativamente no ano de 1872 após a polêmica da “carta negra”.

### 2.3 Nhô-Quim e Nhô nhô da Glória

O último capítulo de “*As Aventuras de Nhô Quim*”, um romance ilustrado publicado nas páginas da *Vida Fluminense*, fornece uma narrativa valiosa sobre a relação de Duque-Estrada com os capoeiras. Anacronicamente considerada a primeira história em quadrinhos publicada no mundo,<sup>157</sup> esse romance ilustrado foi um experimento iniciado por Angelo Agostini em 1869, mas finalizado por Cândido de Faria, após um hiato de 2 anos, em outubro de 1872, justamente com capítulo que satiriza a Flor da Gente. De maneira geral, o romance narra a história de um jovem senhor do interior de Minas Gerais que é confrontado pela realidade da Corte. Trata-se de uma sátira à classe senhorial que combina diversas características das caricaturas, como a crítica aos costumes, à higiene e aos tipos sociais da cidade. Porém, os capítulos de Faria fugiram da proposta inicial, descolando o protagonista da

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> P.M., J.J. de, A moça de Juca Rosa ou a feiticeira da Corte. Comédia em dois atos. Apud in: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. A História Do Feiticeiro Juca Rosa: Cultura E Relações Sociais No Rio De Janeiro Imperial. Tese, Unicamp, 2000.

<sup>156</sup> Encontramos apenas uma propaganda na sessão “Dramas a 5 R\$” no Jornal do Commercio, 18 de janeiro de 1872.

<sup>157</sup> Dell’Orto e Balaban questionam essa classificação argumentando que é mais interessante analisar a publicação como um experimento. dell’Orto e Balaban, *As Aventuras de Nhô-Quim*, 2024.

sua condição senhorial. Esse deslocamento permitiu que o caricaturista abordasse as eleições de 1872 a partir de uma perspectiva claramente liberal, que faz uma espécie de versão ilustrada de muitas das notícias publicadas no periódico *A Reforma*.

No penúltimo capítulo, o protagonista havia sido preso em uma confusão num casino. Assim, o número XIV da história, intitulado “Nhô Quim dá em fósforo eleitoral”, se inicia no xadrez, onde o personagem conhece capoeiras que o indicam um advogado acostumado a defender casos como o dele. Duque-Estrada aparece como advogado que usa seus conhecimentos do direito e, especialmente político que sua influência junto ao Chefe de Polícia, para libertar capoeiras da cadeia.

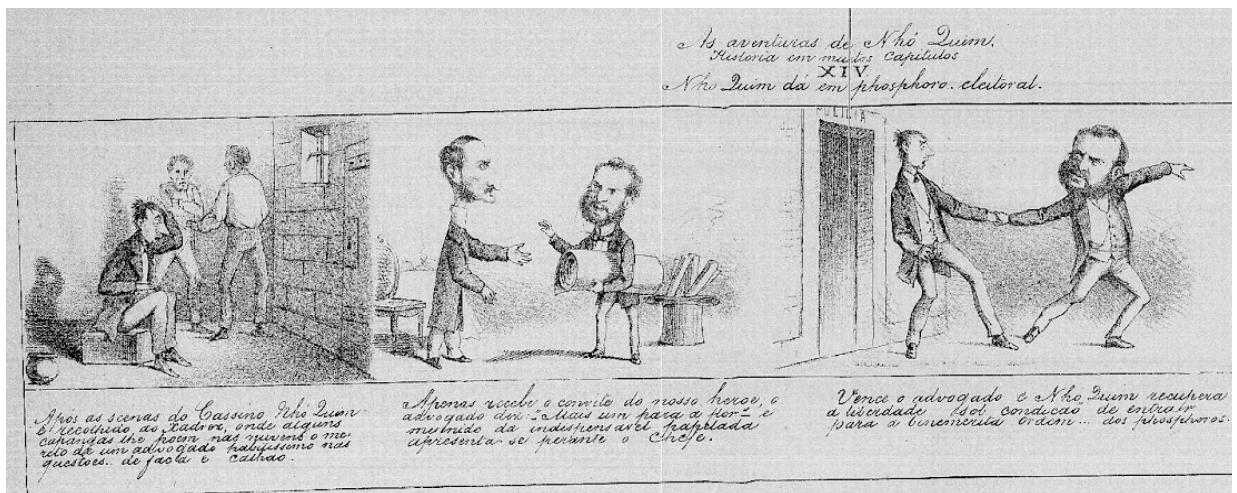


Figura 10 - Nhô Quim dá em fósforo eleitoral

Fonte: A Vida Fluminense - n. 250, 12 de out. de 1872.

Legenda: Após as cenas do Casino, Nhô Quim é recolhido ao xadrez, onde alguns capangas lhe põe nas nuvens o mérito de um advogado habilidoso nas questões.. de faca e calhau.

Apenas recebe o convite do nosso herói, o advogado diz: “Mais um para a flor” e munido da indispensável papelada apresenta-se perante o Chefe.

Vence o advogado e Nhô Quim recupera a liberdade sob condição de entrar para a benemérita ordem dos fósforos.

Embora a história de Nhô Quim apresente muitos exageros, alguns elementos são verossímeis e reforçam teses historiográficas. Segundo Carlos E. L. Soares, “longe de serem punição exemplar, as prisões eram espaço fundamental de reprodução da capoeiragem política”.<sup>158</sup> Assim, os locais de detenção eram também espaços privilegiados de iniciação de muitos no universo das maltas. A capoeira, como prática marginalizada e um instrumento de sociabilidade capaz de garantir a construção de laços de proteção entre indivíduos, constitui uma ferramenta importante para sobrevivência num contexto violento como o sistema prisional do século XIX.

<sup>158</sup> SOARES, op. cit. 1994, p. 216.



Por isso mesmo, é interessante que o primeiro contato de Quim com a Flor da Gente tenha ocorrido enquanto estava detido. O advogado recebeu a proposta para soltá-lo com entusiasmo, afirmando que seria “mais um para a flor”. Garantiu a liberdade do provinciano, mas “sob condição de entrar para a benemérita ordem dos fósforos”. Porém, será que Duque-Estrada realmente defendia os capoeiras como advogado? Por meio da imprensa, percebe-se que ele defendeu alguns acusados por pequenos delitos. Atuou, por exemplo, na defesa de Tavares, português, 32 anos, analfabeto, que foi acusado de, em 9 de abril de 1866, empregar em Souza “uma pancada na região torácica, resultando em grave incômodo de saúde”.<sup>159</sup> Seria uma cabeçada? Difícil dizer. Provavelmente esse detalhe não seria omitido pelo jornalista. Também agiu em defesa dos direitos de Francisco Antonio da Cunha, analfabeto, natural da Corte, 35 anos, oficial de pedreiro, “acusado de ferimentos leves”.<sup>160</sup> Francisco era um desordeiro conhecido da freguesia da Glória, tendo sido preso diversas vezes por brigas e confusões que fazem parte do contexto social das ruas, onde os capoeiras dominavam.<sup>161</sup> Por conseguinte, em seu ofício de advogado, Duque-Estrada certamente defendeu alguns capoeiras, que ficaram com dívida para com o deputado, exatamente como sugerem as caricaturas.

Tais imagens, como a figura 10, oferecem uma visão muito particular de como se construía a relação entre o advogado e os capoeiras. Nhô Quim, ao sair da polícia, apesar de resistir, com seu corpo inclinado para trás, é puxado por Duque-Estrada. O bacharel exige a entrada “para a benemérita ordem dos fósforos” em troca de ter libertado Quim. É interessante, contudo, que a expressão corporal do advogado na figura não é de quem força, mas de quem seduz o protagonista. Quim era um caipora, ou seja, “alguém pouco respeitado, constantemente exposto ao ridículo, digno de escárnio, risível (...) facilmente manipulável, sem capacidade de gerir o próprio destino”.<sup>162</sup> Essa característica aproxima o personagem dos capoeiras, tidos como marionetes sem qualquer agência. Nessa leitura, portanto, o caipora e os capoeiras são representados como sujeitos manipulados por um advogado ardiloso, que os utilizava de degrau para subir na política.

É exatamente isso que se diz num quadrinho seguinte, no qual o advogado afirma ao protagonista: “se o livreiro da masmorra, foi para que você me servisse de degrau, percebe?”.

<sup>159</sup> Correio Mercantil, 1866 n. 244.

<sup>160</sup> Esse caso foi detalhado na imprensa. Francisco, em seu testemunho, “declarou não se recordar de ter cometido o crime, que nesta ocasião estava alucinado, e nessa alucinação não soube o que fez”. A estratégia da defesa foi alegar falta de provas, buscando convencer o júri da necessidade de absolvição do acusado, preso por muito tempo. Diário do Rio de Janeiro, 1867 n. 112.

<sup>161</sup> Diário do Rio de Janeiro, n. 316, 17 de dez. de 1864.

<sup>162</sup> Aline dellOrto e Marcelo Balaban, op. cit. p. 106

Neste desenho, Nhô Quim veste outra roupa, mais apropriada para a atividade que desempenharia como integrante da Flor da Gente. Além disso, ele segura sem muita intimidade um rifle dado por Duque-Estrada, que manda passar fogo em que desafiar sua autoridade. Por sua vez, o político segura uma lâmina, enquanto aponta o dedo indicador para o seu soldado, como se estivesse ensinando uma lição. Talvez o caricaturista esteja sugerindo que Duque-Estrada de fato iniciava os capangas nas técnicas de combate.

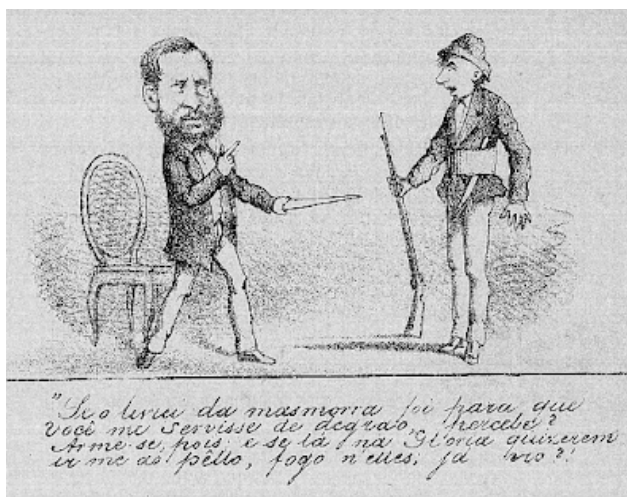


Figura 11 - Fogo neles

Fonte: A Vida Fluminense - n. 250, 12 de out. de 1872.

Legenda: “Se o livre da masmorra foi para que você me servisse de degrau, percebe? Arme-se pois; e se lá na Glória quiserem ir me ao pelo, fogo neles, já viu?”

Entre as fontes mais detalhadas sobre a vida de Duque-Estrada, está o livro de Almeida Nogueira sobre a Academia de São Paulo e os estudantes que passaram por ela, publicado em 1907. Nascido em 1851, Nogueira entrou na Faculdade de Direito alguns anos após a passagem do nosso personagem pela instituição. Eleito deputado pelo partido conservador, ele escreve como quem foi amigo pessoal de Duque-Estrada, revelando algumas informações privadas, como o desgosto pela baixa estatura e a intenção de disfarçá-la com o uso de saltos das botas e longas cartolas. Entretanto, o biógrafo reconhece a destreza física de quem era “um hábil atirador e conhecia teórica e praticamente a esgrima do florete, do sabre e até do cacete”.<sup>163</sup> Descreve alguém realmente engajado em “exercícios ginásticos”, que “quase diariamente ele conversava conosco sobre esgrima”. A maior revelação, contudo, é que

Desde a Academia, era o Duque apologista dos exercícios da capoeira. E não o supunham somente um capoeira teórico. Conhecia todas as regras da arte e as

<sup>163</sup> NOGUEIRA, J. L. de Almeida. A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências. Estudantes, estudantões, estudantadas. São Paulo: Primeira Série, 1907, v. 1, p. 204.

aplicava com extrema agilidade e o necessário atrevimento. Nesse tempo, estava a capoeira muito em honra entre os estudantes. Na gíria hodierna poder-se-ia dizer que estava — na ponta!<sup>164</sup>

Portanto, o interesse por exercícios corporais pode ter aproximado Duque-Estrada da capoeiragem. A agilidade necessária para aplicação de golpes com as pernas, cabeçadas e joelhadas devem ter despertado o interesse do jovem afeito às ginásticas. O historiador Carlos E. L. Soares demonstra como a capoeira encontrou adeptos entre membros mais abastados da sociedade carioca, especialmente jovens rebeldes.<sup>165</sup> Desse modo, não podemos descartar que o primeiro contato tenha ocorrido na sua cidade natal, onde se faziam exercícios nas ruas, praças e praias. Em São Paulo, então, ele teve a oportunidade de praticar com os colegas de forma mais amistosa ou mais violenta. Nogueira narra casos em que Duque-Estrada teve de enfrentar estudantes de maior estatura, o que não era incomum, com suas habilidades de cabeça e rasteira.<sup>166</sup>

O historiador Pedro da Cunha demonstra que a prática da capoeira por discentes daquela instituição pode ser rastreada até a primeira metade do século XIX, ligada ao divertimento, ao desafio às autoridades e especialmente ao “reconhecimento do valor específico da mesma enquanto arte marcial”.<sup>167</sup> Sobre esse último aspecto, o memorialista Almeida Nogueira explica melhor porque considera Duque-Estrada um “apologista” da capoeira:

Ouvimos, uma vez, do Duque-Estrada que a prevenção existente contra a capoeiragem era justificada pela degeneração dela. A verdadeira capoeiragem, explicava ele, não admite o auxílio de armas de qualquer natureza. O seu princípio básico é que — o homem deve empregar para a sua defesa, ou para o ataque, somente os órgãos que da natureza recebeu. E, com efeito, são eles mais que suficientes para a completa preservação da pessoa e para a subjugação do adversário, por mais temível que este seja, ou por mais armado que se apresente, uma vez que não conheça o segredo da arte ou não disponha da agilidade resultante do seu exercício.

Em seguida, expunha ele com método, com clareza, e de modo convincente, as funções agressivas ou defensivas da cabeça, das mãos, dos pés, das pernas e até dos joelhos, próprias a darem imediata superioridade no jogo da capoeira.<sup>168</sup>

Trata-se de um indício de que o patrono da malta da Glória era um conhecedor dos movimentos da capoeira e possuía uma interpretação marcial dela, algo raro no período. Por

<sup>164</sup> Ibidem.

<sup>165</sup> SOARES, 1994, op. cit.

<sup>166</sup> NOGUEIRA. A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências. Estudantes, estudantões, estudantadas. São Paulo: Primeira Série, 1907, v. 3, p. 218

<sup>167</sup> CUNHA, Pedro Figueiredo Alves da. Capoeiras e valentões na história de São Paulo (1830-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 110.

<sup>168</sup> NOGUEIRA, V.1, op. cit.

isso mesmo, é difícil dizer o quanto dessa memória de Almeida Nogueira é verídica. Conforme observou Cunha — ainda que timidamente —, há sinais de que seja mais uma interpretação do cronista que uma transcrição fiel.<sup>169</sup> A contraposição de uma capoeira degenerada, que faz uso de armas, e de uma “verdadeira capoeira” se assemelha muito mais à leitura nacionalista que se fez no início do século XX. Tal interpretação era compartilhada por intelectuais como Moraes Filho (1888), Lima Campos (1906) e Coelho Neto (1928). Assim, é bem possível que o autor tenha atribuído a Duque-Estrada um debate que estava em voga no período de escrita do livro, anos depois da convivência com o deputado.

Entretanto, não é improvável que Duque-Estrada tenha elaborado e compartilhado uma visão própria sobre capoeiragem e seus movimentos, afinal, ele era conhecido por abordar os mais diferentes assuntos com autoridade. Como alguém que conviveu com a capoeiragem por décadas e também praticava regularmente outras formas de combate, ele pode ter discutido sobre os métodos de prática da capoeira, porém, dificilmente nos moldes descritos pelo cronista. Nogueira argumenta que, convicto das suas ideias, Duque-Estrada incentivava a prática da capoeira por seus subordinados. “Exigia, porém, que não usassem de armas”.<sup>170</sup> No entanto, não há nenhum indício de que ele incentivasse a prática sem o uso de armas, afinal, os capoeiras da Flor da Gente quase sempre são descritos armados. Portanto, a versão de Almeida Nogueira sobre Duque-Estrada é intrigantemente favorável e claramente influenciada por debates contemporâneos a sua formulação, como a discussão nacionalista sobre a utilidade da capoeira e a necessidade de sua higienização.

Nogueira afirma que o deputado da Glória treinava esgrima com um “empregado da Câmara dos Deputados de nome Romualdo, seu protegido e a ele dedicadíssimo”.<sup>171</sup> Ou seja, praticava abertamente lutas com seus subordinados. Mais do que isso, Nogueira argumenta que “não somente não tolhia a arraia miúda dos seus partidários os exercícios da capoeiragem, como, ao contrário, os incitava a se aperfeiçoarem nela”.<sup>172</sup> É algo nesse sentido que a caricatura de Duque-Estrada com Quim transmite, do deputado iniciando o caipora na luta das ruas para defendê-lo nas eleições.

O memorialista ataca diretamente a questão de como Duque-Estrada construiu uma relação com esses capoeiras. De acordo com Nogueira, ele conquistou o respeito “sobre essa gente tão rude”, pois “sabia jogar capoeira e castigar fisicamente o mais temível nagoa ou

---

<sup>169</sup> CUNHA, Pedro Figueiredo Alves da Cunha. Capoeiras e valentões na história de São Paulo (1830-1930). 2011. p. 113.

<sup>170</sup> NOGUEIRA, op. cit. v. 1, p. 206.

<sup>171</sup> Ibidem. v. 1, p. 204.

<sup>172</sup> Ibidem.

guaiamu (...). Assim, “de tempo em tempo, para exercitar-se e lhe renovar o prestígio, passava ele, sob qualquer pretexto, uma rasteira ou dava uma cabeçada nalgum afamado capoeira adverso à sua gente”.<sup>173</sup> Essa valentia do deputado, segundo Almeida, resultou numa profunda adoração dos capoeiras pela figura de Duque-Estrada.

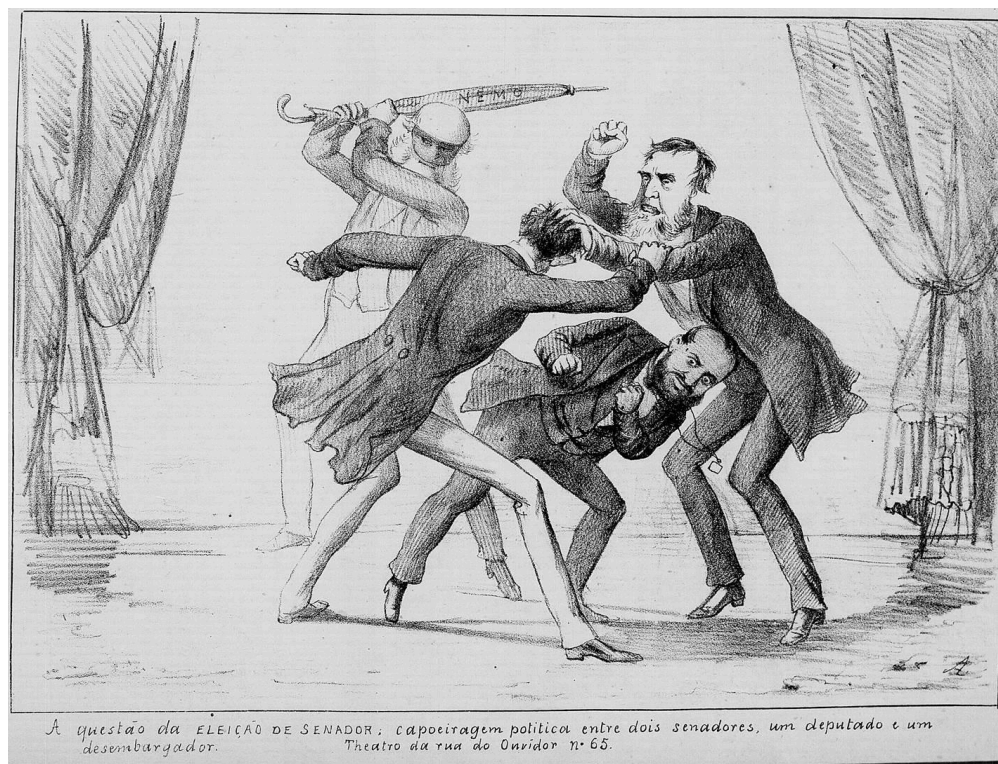


Figura 12 - Capoeiragem política

Fonte: O Mosquito n° 165, p. 4 - 1872

Legenda: A questão da ELEIÇÃO DE SENADOR. capoeiragem política entre dois senadores, um deputado e um desembargador. Theatro da rua do Ouvidor n.º 65.

Por conseguinte, o contato que Duque-Estrada teve com a capoeira ao menos desde a juventude acadêmica, além do interesse por outras lutas, pode ter sido o primeiro elo com os capoeiras da Glória, ou ao menos ter facilitado a relação. Algumas caricaturas, como a imagem publicada n' *O Mosquito*, abordam a suposta maestria do deputado na arte das cabeçadas. Na gravura, ele executa um golpe de cabeça na barriga de um senador. As cortinas ao fundo e a legenda “Theatro na rua do Ouvidor n.º 65” indicam que a cena é tratada como um espetáculo político. A política é apresentada como um teatro farsesco, com figurantes exaltados. Contudo, por mais interessante que sejam as caricaturas e o relato de Nogueira, é pouco provável que um político intelectual branco e de baixa estatura conseguisse o respeito

<sup>173</sup> Ibidem. p. 208.

dos temidos capoeiras apenas por conta da sua valentia. Embora ela possa ter ajudado, outras características de Duque-Estrada devem ter pesado mais nessa relação.

A atuação como juiz de paz certamente favoreceu o seu contato com os capoeiras da freguesia da Glória. Tendo entre as funções conciliar os litígios locais, manter a ordem em reuniões públicas, corrigir vícios e turbulências, assim como lidar com delinquentes, esse cargo sem dúvidas garantiu uma posição influente entre os capoeiras. Considerando o poder das maltas nas ruas, um bom relacionamento com esses bandos também poderia ser útil não apenas para ter algum controle não oficial da freguesia, mas para formar uma base popular sólida e leal, muito útil, por exemplo, nos períodos eleitorais.

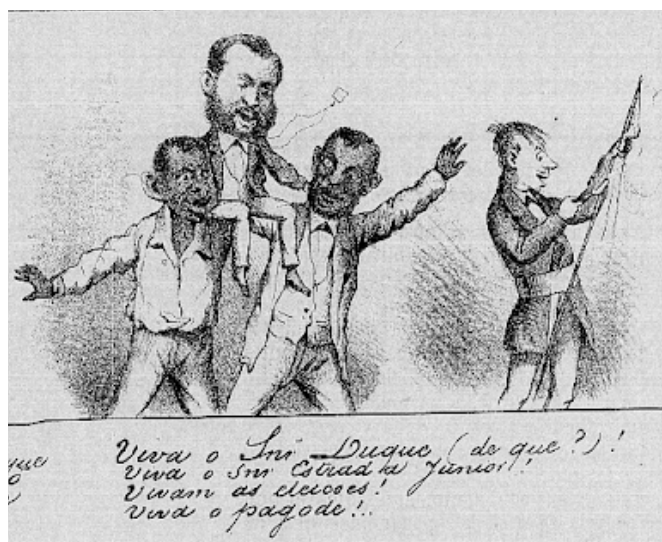


Figura 13 - Viva o Nhô Duque-Estrada

Fonte: A Vida Fluminense - n. 250, 12 de out. de 1872.

Legenda: Viva o Sm Duque (do que?)! Viva o sm Estrada Junior! Viva as eleições! Viva o pagode!

Faria caricaturou um desses episódios de apoio dos capoeiras ao candidato conservador, no qual ele é carregado por dois capoeiras. Além das roupas, que abordaremos no próximo capítulo, é preciso também dar atenção à posição, aos traços e à forma como os personagens são caricaturados, pois esses elementos dão sentido à imagem. Nas gravuras da história de Nhô Quim e outras sobre a Flor da Gente publicadas em 1872, Duque-Estrada está sempre acima dos capoeiras. Em uma das imagens, ele inclusive é carregado nos ombros desses sujeitos. Essa configuração, que constitui um padrão das caricaturas, não parece despreziosa, especialmente em relação aos personagens negros. Na figura 10, por exemplo, ele está abaixo do chefe de polícia, um homem branco de status na Corte, e praticamente na mesma altura de Nhô Quim, que, embora estivesse saindo da prisão e entrando para a Flor da Gente, era um personagem branco e representante da elite senhorial. Por último, na legenda da

figura 14, retoma-se ironicamente a ideia de que as eleições igualam os homens. Nesse sentido, é o próprio Duque-Estrada quem serve a bebida aos capangas, embora a imagem apresente ele servindo apenas Nhô-Quim. Desse modo, mantém a posição de superioridade. Apesar de em alguns momentos estar no mesmo nível que os capoeiras, nunca está abaixo. Assim, era uma forma de construir uma noção de hierarquia não apenas social, mas racial.

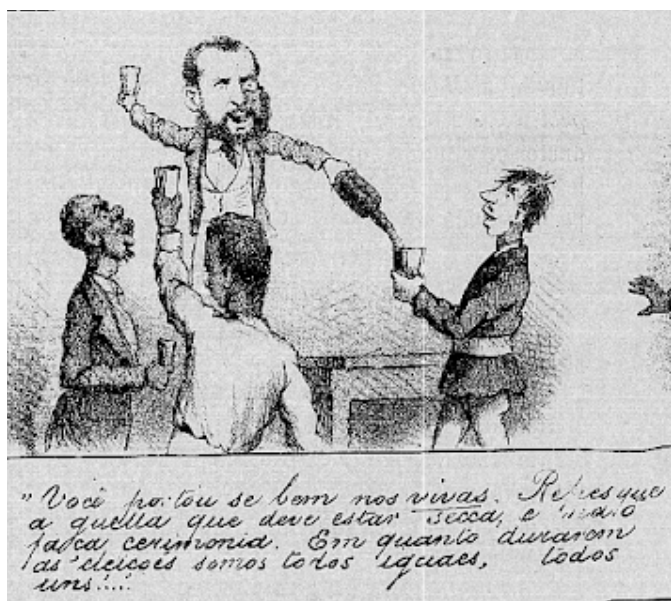


Figura 14 - Recompensa dos vivas

Fonte: A Vida Fluminense, n. 250, 12 de out. de 1872.

Legenda: Você se portou bem nos vivas. Refresque aquela que deve estar seca, e não faça cerimônia. Enquanto duram as eleições somos todos iguais, todos uns.

Portanto, é preciso ter cuidado com a visão construída pelas caricaturas. Elas precisam ser lidas dentro do contexto social, racial, político e, nesse caso específico, eleitoral no qual estão inseridas. Na figura 14, por exemplo, Duque-Estrada foi desenhado recompensando seus apoiadores pela atuação no dia de eleição, que, dando vivas, demonstraram lealdade ao deputado e ao partido conservador. Ao representá-lo distribuindo bebida como forma de recompensa, constrói-se a imagem de que os apoiadores do deputado eram capoeiras bêbados. Fica evidente, portanto, o esforço de deslegitimação do apoio que o deputado recebia nas ruas. Como sugerem outras fontes, Duque-Estrada era uma pessoa popular, que certamente tinha apoiadores do povo na sua freguesia, tanto que foi eleito diversas vezes, em diferentes modelos eleitorais. Entretanto, o fato de, entre esses, estarem homens pretos e capoeiras, era motivo para descredibilizar por completo aquele personagem político.

Já embriagado por tantos “vivas”, Nhô-Quim entra em conflito com um jornalista do periódico *A Reforma*, um paulista sedento por conseguir informações para as atas que eram

publicadas no jornal — era Tavares Bastos, autor do texto que divulgou a carta negra e tantas outras críticas à Flor da Gente. Assim, a caricatura também ironiza a cobertura dessa folha sobre a Flor da Gente, ao mesmo tempo que constrói a ideia de que os capoeiras, especialmente quando alcoolizados, eram perigosos para os jornalistas. Em todo caso, é interessante a representação um tanto plástica da execução de um movimento característico da capoeiragem carioca: a cabeçada. Ao performar com tanta maestria essa técnica, Nhô Quim demonstra que não é simplesmente um capanga, mas havia aprendido as habilidades secretas da capoeiragem. A caricatura reforça, portanto, a ideia de que a Flor da Gente não é simplesmente um bando de capangas quaisquer, mas de capoeiras, mestres nas cabeçadas.

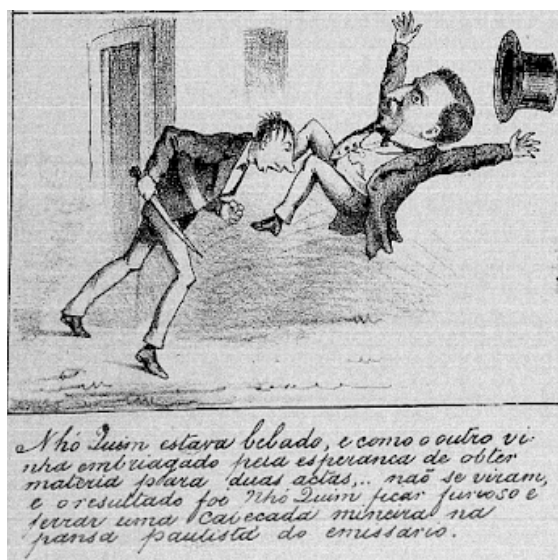


Figura 15 - Cabeçada mineira

Fonte: A Vida Fluminense, n. 250, 12 de out. de 1872.

Legenda: Nhô Quim estava bêbado, e como o outro vinha embriagado pela esperança de obter matéria para suas atas,... não se viram, e o resultado foi Nhô Quim ficar furioso e ferrar uma cabeçada mineira na pança paulista do emissário.

Não são poucos, podemos imaginar, os motivos para os capoeiras se aliarem a um político como Duque-Estrada, juiz de paz e deputado com forte influência no centro de poder, além de um advogado habilidoso. A relação que construiu como juiz de paz da Glória, por exemplo, deveria ser uma via de mão dupla, em que, para ter o apoio, ele teria que ceder às maltas, fazendo vistas grossas em relação aos ajuntamentos e as exhibições, parte da vivência dos capoeiras nas ruas. Para as maltas de capoeira, deveria ser importante esse canal com os juízes de paz das freguesias em que atuavam. Ter como aliado um deputado do calibre de Duque-Estrada certamente poderia abrir portas importantes para os sujeitos em uma realidade de poucas oportunidades. Assim, do ponto de vista dos capoeiras, trata-se de uma estratégia



vantajosa. Entretanto, a história de Nhô-Quim sugere o contrário, pois representa um membro da elite senhorial descendo a escada social e moral, tendo como último degrau a associação com a Flor da Gente.



Figura 16 - Mão do governo

Fonte: A Vida Fluminense, n. 250, 12 de out. de 1872.

Legenda: Irra com a tal polícia! Prender-me um gritador d'estrondo no dia em que preciso mandar a flor da minha gente para S. José! Aqui anda a mão do governo; olá se anda!..

Por conta da violenta cabeçada no jornalista, Nhô-Quim foi novamente detido pela polícia e jogado dentro do xadrez. No último quadrinho dessa história, portanto, Duque-Estrada foi caricaturado com uma grande cartola em frente à polícia para libertar o protagonista. Indignado, ele questiona como tiveram coragem de prender “um gritador de estrondo no dia em que eu preciso mandar a flor da minha gente para S. José!”. Dessa vez, o deputado usa a “mão do governo” para liberar Nhô-Quim. Desse modo, Faria sugere que Duque-Estrada utilizava não apenas sua habilidade como conhecedor do direito criminal, mas também sua influência política para liberar os capoeiras da prisão. Por conseguinte, essa história ataca diretamente a imagem pública de Duque-Estrada, representando-o como um político envolvido com a pior espécie de indivíduos da Corte, os capoeiras. Mais que isso, ele utilizava influência política como deputado conservador e colega do chefe de polícia para liberar esses personagens das prisões e manipulá-los para interferir nas eleições. Como Catilina e seus seguidores, a Flor da Gente deveria ser desmascarada e detida.

Analisando as *Catilinárias*, a historiadora Mary Beard questiona se aqueles que Cícero descreveu como vilões monstruosos eram realmente tão abomináveis assim. Ela demonstra os interesses que o cônsul romano tinha em construir inimigos naquele momento específico e

como isso pode ter afetado na representação de Catilina e seus apoiadores. Nesse sentido, a historiadora chama atenção para a necessidade de ler a história “*against the grain*”, ou seja, a contrapelo, utilizando os fragmentos e outras evidências para questionar se outros observadores poderiam ter interpretado os eventos de maneira distinta. Portanto, Beard argumenta que aqueles que Cícero descreveu como reprováveis, violentos e destituídos, na verdade, eram pessoas humildes em busca de uma mudança.<sup>174</sup> Assim, acreditamos que as caricaturas também precisam ser lidas a contrapelo, ou seja, “contra as intenções de quem o produziu”, especialmente em relação aos capoeiras.<sup>175</sup>

Porém, é válido considerar que a imagem de Duque-Estrada como um vilão que manipula pessoas perigosas para fraudar as eleições também é um tanto exagerada e constitui apenas um recorte da visão de parte dos jornalistas naquele momento. Criticado por seu posicionamento contrário à Lei do Ventre Livre e, principalmente, por sua aliança com os capoeiras, Duque-Estrada não agradava jornalistas e caricaturistas no início da década de 1870. Porém, ao longo dos anos, a imagem do deputado conservador foi alterada. Quando da sua morte, em agosto de 1884, jornais e revistas prestaram homenagens a um homem culto e leal, silenciando sobre o motivo que mais lhe rendeu críticas na imprensa ao longo dos anos — a relação com os capoeiras. Tais impressos destacaram a ilustração de Duque-Estrada, construindo uma memória que contrasta com a forma que ele foi representado nos periódicos ilustrados. Mesmo um semanário como a *Revista Illustrada*, responsável por críticas mordazes, lamentou a morte e enalteceu as qualidades do falecido.

#### **Sobre a morte de Duque-Estrada**

A morte continua a sua triste missão de ceifadora cruel. Desta vez foi no campo da política que escolheu para dar seu golpe. O Dr. Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, não podendo mais resistir à terrível enfermidade que desde algum tempo já o acambrunhava, sucumbiu. O partido conservador perdeu um dos seus membros mais distintos e mais dedicados. A ciência, as letras e as artes tinham nele um inteligente e ilustradíssimo amador e defensor. Amabilíssimo, da mais fina educação, d'uma ilustração variada, era um bom e agradável conversador, cheio de filosofia e belo humor. Distintíssimo sempre nas suas maneiras, cativando a todos com que tratava, amigo sincero e leal, o popular Dr. Duque-Estrada deixa decerto grande número de saudosos sinceros.<sup>176</sup>

A revista, que se colocava como incentivadora dessas áreas, ressalta justamente o papel de amante e defensor da ciência, arte e literatura, o que o tornava um dos mais distintos e dedicados do seu partido. Traço que também foi destacado pela *Gazeta de Notícias*, que não economizou tinta para prestar as homenagens àquele que, embora fosse “político sincero e

<sup>174</sup> BERARD, Mary. SPQR: a history of ancient Rome. New York: Liveright Publishing Corporation, 2015. p. 45.

<sup>175</sup> Carlo Ginzburg. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. Companhia das Letras, 2007 p. 11.

<sup>176</sup> Revista Illustrada, n.º 390, 13 de agosto de 1884, p.3.

intransigente do partido conservador”, defendia “algumas ideias libérrimas” e demonstrava “amor às letras, no apego ao estudo, na curiosidade com que seguia o movimento científico, na atividade com que acompanhava o movimento literário”.<sup>177</sup> Portanto, enaltece-se a memória de um político ilustrado, característica vista com admiração pelos homens da imprensa, mas também “popular”.

Escrevendo anos após o falecimento de Duque-Estrada, Almeida Nogueira também fornece uma interpretação distinta, especialmente sobre a sua relação com os capoeiras. Para o autor, o deputado era uma “influência benéfica e civilizadora” para esses sujeitos. Tanto que “a ‘sua gente’ era (...) respeitosa, a ponto de não falar senão de chapéu na mão a qualquer pessoa de trato superior. Era ordeira, e quase toda empregada em serviços públicos ou particulares”.<sup>178</sup> Trata-se de uma opinião diferente daquela que aparecia nos jornais. Para aqueles que escreviam durante o processo eleitoral de 1872, “a gente” do Duque-Estrada não tinha nada de ordeira, muito pelo contrário.

Uma imagem um tanto diferente daquela construída pelas caricaturas do início da década de 1870, a não ser no paternalismo marcante. Além de representarem o deputado como um vilão no nível de Catilina, seus apoiadores também são descritos como vagabundos e violentos. Comum nessas fontes é o completo apagamento da agência dos capoeiras, representados como personagens manipulados, meros degraus a serem escalados pelo político, ou flores cultivadas para servir aos seus interesses. No entanto, há décadas a historiografia questiona essa imagem ressaltando as diferentes motivações para os capoeiras se envolver nas disputas partidárias do império. Assim, desvendar a identidades dos personagens que fizeram parte da Flor da Gente é fundamental não apenas para comparar com as gravuras, mas criar uma imagem mais precisa dessa malta.

---

<sup>177</sup> Gazeta de Notícias, 10 de agosto de 1884, n. 254, p.1.

<sup>178</sup> NOGUEIRA, op. cit. p. 208.

### CAPÍTULO 3 - AS FLORES: os capoeiras da Glória

Do inferno si a porta fosse aberta  
Mostrará um quadro assim, melhor até!  
O Círculo fantástico se aperta...  
Ai, de quem se meter nesse banzé...  
Cá-te-Espero, Bijú e Morte-Certa  
E Manduca-Tambor e Lhagalhé,  
Vencem eles na fúria e reboição  
Os doze da Inglaterra e o seu Magriço.<sup>179</sup>

Elaborada por Cândido Aragonez de Faria<sup>180</sup> e publicada na revista *A Vida Fluminense* em novembro de 1872, a figura 17 satiriza a relação de Duque-Estrada com os capoeiras. Trata-se de uma caricatura composta por dois desenhos. Atentemo-nos inicialmente à primeira parte.

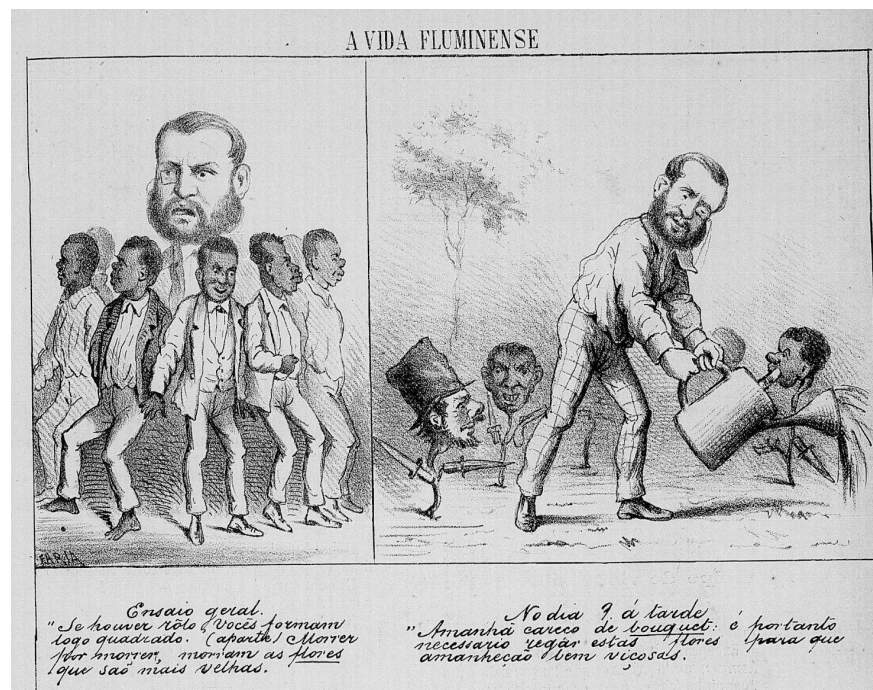


Figura 17 - Ensaio geral

Fonte: *A Vida Fluminense*, nº 255, 16 de nov. de 1872.

Legenda: Ensaio geral. Se houver rolo, vocês formam logo quadrado. (aparte). Morrer por morrer, morram as flores que são mais velhas. No dia 7 à tarde. "Amanhã careço de bouquet: é portanto necessário regar estas flores para que amanheçam bem viçosas".

<sup>179</sup> A Reforma n. 212, 15 de setembro de 1872.

<sup>180</sup> Ainda não há pesquisas inteiramente dedicadas a Faria, mas sabemos se tratar de um artista sergipano que perdeu os pais ainda na juventude. Estudou xilogravura no Imperial Instituto Artístico, de Henrique Fleuss e trabalhou em algumas revistas antes da *Vida Fluminense*, como *O Almanak da Semana Ilustrada*, *A Pacotilha*, *O Pandeku*. dell'Orto e Balaban, 2024, op. cit.

Com seu monóculo quadrado, o político, homem branco de cabelo liso e penteado para o lado, está acima e desproporcionalmente maior que os homens negros que o rodeiam numa espécie de “ensaio geral”, como explica a legenda. A desproporção da cabeça era utilizada pelos caricaturistas na representação de personagens reais e conhecidos, de modo a dar maior detalhamento dos traços do rosto, garantindo que os leitores reconhecessem o caricaturado. Observam-se ao menos cinco homens negros desenhados de forma mais nítida e duas sombras que dão a impressão de profundidade na imagem com mais personagens fechando o círculo. O artista os fez parecidos, mas com alguns aspectos distintivos, como o formato do crânio e do rosto, mas principalmente a vestimenta.

O personagem central se encontra mais bem trajado, com sapatos, calças e paletó em aparente bom estado. Chama atenção por ser o único de colete por baixo do paletó, demonstrando um certo refino. Desse modo, a roupa, assim como a posição central na gravura, serve como um marcador de relevância, indicando que aquele era o líder do grupo, abaixo apenas do deputado. Quanto mais avançamos para as extremidades, menos elaboradas são as roupas dos capoeiras. O personagem imediatamente à esquerda do chefe, com o crânio mais alongado e de braço flexionado, por exemplo, exibe um paletó, mas não possui colete como seu companheiro. Ainda mais simples é a roupa do sujeito seguinte, que sequer paletó possui. No entanto, os dois estão em melhor situação que o indivíduo à direita do personagem central, que embora vista uma casaca escura, encontra-se de pés descalços. Assim, por meio desses elementos, como as roupas, os traços fisionômicos, a posição, entre outros, o artista não apenas diferencia os personagens, mas atribui sentido para a imagem, criando uma hierarquia, do centro para a periferia da gravura, fornecendo uma ideia de importância associada à vestimenta dos personagens.

A configuração circular apresentada na primeira parte da caricatura, com o deputado no centro e acima dos capoeiras, é intrigante, pois eles formam algo semelhante a uma flor, ou seja, a Flor da Gente. Entretanto, a legenda aponta que estavam prontos para assumir outro tipo de formação em caso de “rolo”, quer dizer, conflito. Além disso, a predominância de personagens negros nessa imagem chama atenção, principalmente quando comparada com a segunda. Nesta outra parte da caricatura, o deputado conservador veste trajes mais simples e apropriados para a jardinagem: calça quadriculada e camisa mais folgada. Erguendo um regador com as duas mãos, ele molha flores um tanto bizarras. Conectadas ao solo por um fino caule que se ramifica em facas pontiagudas, ao menos três cabeças representam os capoeiras da Glória. A primeira flor, no canto esquerdo, é de um homem branco com barba

que usa uma cartola comprida, possivelmente representando um imigrante, que, como veremos, se inseriram na capoeiragem carioca de maneira marcante.

De modo geral, a caricatura coloca o político conservador em uma posição ambígua em relação aos capoeiras. Ele semeia e colhe esses homens perigosos para que eles sirvam ao seu propósito eleitoral. Portanto, os capoeiras são vistos como meras flores cultivadas para atender aos caprichos do seu jardineiro. Por outro lado, a expressão facial na imagem demonstra que não eram do tipo “flor que se cheire”, ou seja, eram perigosos por natureza e o cultivo pelo jardineiro era reprovável aos olhos do caricaturista e, por isso, motivo de piada e recriminação fortemente racializada.

Caricaturas como essa, além de permitirem um jogo interpretativo que especula possíveis significados, servem de munição para o levantamento de algumas questões pertinentes. Será que os capoeiras representados são inspirados em indivíduos reais ou são apenas fruto da imaginação do artista e das suas intencionalidades políticas? Eles se vestiam como o artista representou? Nessa linha, os capoeiras da Glória eram majoritariamente negros como sugere a primeira gravura? Se for o caso, e a presença do indivíduo branco, significa que também havia brancos entre os navalhistas daquela freguesia?

Um dos caminhos para enfrentar essas questões é por meio da análise das biografias dos capoeiras de carne e osso. Entretanto, justamente por serem marginalizados, seus nomes foram apagados da tradição e pouco ou nada sabemos sobre aqueles que compunham a Flor da Gente. A historiografia da capoeira avançou deveras na construção de métodos capazes de reconstruir biografias coletivas desses indivíduos com diferentes tipos de fontes. Isso é possível graças à atenção que receberam de jornalistas, caricaturistas, literatos, policiais e políticos do seu período, mesmo que com olhares preconceituosos e que apagaram sua agência. Por mais que, em grande medida, apresentem um discurso que contribuiu para a marginalização dos capoeiras, generalizando e brutalizando constantemente suas ações, esses registros revelam informações preciosas sobre alguns dos que fizeram parte da Flor da Gente. Portanto, tentaremos traçar algumas características dos capoeiras da malta da Glória, verificando, entre outras coisas, quais elementos das caricaturas são verossímeis, logo, se elas são uma boa fonte para estudar a capoeira e os capoeiras do período.

Entretanto, assim como argumentou Paula Juliana Foltran Fialho, “mais importante que definir nomes, comprovar referências ou reescrever o hall da fama da capoeiragem”, trata-se de compreender “o caldeirão discursivo que forneceu elementos para a construção de

uma identidade e de uma história para a Capoeira”.<sup>181</sup> Dessa forma, mais que recuperar alguns nomes, nossa análise busca reconstituir a lógica de funcionamento e de relações das maltas de capoeiras a partir do caso da Flor da Gente. Conforme temos discutido, muitos aspectos sobre a capoeiragem ainda são misteriosos. Investigar a formação, as tensões, contradições e rivalidades da Flor da Gente com as outras maltas e com o mundo político por meio dos discursos oitocentistas serve para desvendar esses mistérios, além de permitir formular novas perguntas.

### 3.1 - O príncipe da Lapa e Basílio Guilherme: os líderes da malta

No dia 18 de agosto de 1872, dia de eleição, no papel de juiz de paz e presidente da mesa eleitoral, Joaquim Duque-Estrada Teixeira começou a leitura da lei na Igreja Matriz da Nossa Senhora da Glória com um certo atraso, por volta das 10 horas e 30 minutos da manhã. Talvez a missa que antecede a abertura dos trabalhos da mesa tenha levado mais tempo que o usual. Se foi o caso, isso não impediu a profanação do templo, que seria manchado de sangue nas horas seguintes. De acordo com o jornal *A Reforma*, após o início dos trabalhos na igreja da Glória, um conflito ocorreu por conta da atuação dos chamados “fósforos”, fraudadores que tentavam votar no lugar das pessoas verdadeiramente qualificadas. Opondo-se à fraude, teria levantado a voz um jovem liberal pernambucano, Joaquim Nabuco de Araújo Filho, um dos colaboradores do periódico reformista. Segundo este jornal, Nabuco estaria respaldado pelo povo e pela maioria da mesa, “a exceção do Sr. juiz de paz, que apoiado na malta que pugnava pela admissão dos fósforos”, incentivava as fraudes. Assim, o presidente da mesa, “ladeado de capangas armados de navalhas” com o objetivo de impedir a fiscalização pela assembleia paroquial, foi o protagonista de um “triste espetáculo”, distribuindo cédulas preenchidas entre fósforos para serem depositadas nas urnas.<sup>182</sup> O auge do tumulto se deu quando um dos capangas do juiz de paz não apenas insultou os votantes liberais como investiu “empunhando uma navalha” contra o Sr. Dr. Guilherme Teixeira, que sobreviveu somente porque “entre o assassino e a vítima interpôs-se o cidadão votante Diogo Antonio da Silva Moreira”, o qual teve de ser imediatamente levado da igreja com uma grave ferida “no baixo ventre, com duas navalhadas”.<sup>183</sup>

---

<sup>181</sup> FIALHO, Paula Juliana Foltran. *Mulheres incorrigíveis: capoeiragem, desordem e valentia nas ladeiras da Bahia (1900-1920)*. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019, p. 112.

<sup>182</sup> *A Reforma*, nº 187, 19 de agosto de 1872, p. 2.

<sup>183</sup> *Ibidem*.

Entretanto, de acordo com o “noticiário” do *Diário do Rio de Janeiro*, que apresenta uma visão menos apocalíptica do conflito, os Drs. Ferraz e Visconde da Silva examinaram as vítimas e declararam que os ferimentos, na verdade, foram leves e “de pouca importância”.<sup>184</sup> Assim, observa-se um tom crítico do jornal liberal *A Reforma* a conduta dos conservadores em geral, mas particularmente direcionado para ao Duque-Estrada, que conduzia os trabalhos da mesa eleitoral na igreja acompanhado de homens descritos como capangas.

Independentemente da gravidade dos ferimentos dos liberais, os jornais afirmam que o autor das navalhadas conseguiu fugir da cena do crime, porém, levou o conflito para o adro da igreja, onde mais pessoas teriam sido agredidas. Já na parte externa do templo, o esguio capanga aproveitou o momento oportuno para fugir em um “tibury”, espécie de carruagem leve. Entretanto, para o escárnio dos liberais, ele retornou a Nossa Senhora da Glória posteriormente como se nada tivesse acontecido. Argumentando que não havia flagrante, ao chegar no local, o 2º delegado não atendeu às reclamações de prendê-lo, a fim de “não haver maior exaltação”.<sup>185</sup> Provavelmente o delegado não quis enfrentar a ira dos capangas e do deputado conservador, que deram proteção ao agressor, identificado célebre capoeira e chefe da malta daquela freguesia.

De acordo com essas notícias, o autor das navalhadas conseguiu fugir da cena do crime, porém, levou o conflito para o adro da igreja, onde mais pessoas teriam sido feridas. Já na parte externa do templo, o esguio capanga aproveitou o momento oportuno para fugir em um tibury, espécie de carruagem leve. Entretanto, para o escárnio dos liberais, ele retornou a Nossa Senhora da Glória posteriormente como se nada tivesse acontecido. Tendo em vista que os ânimos na igreja ainda estavam aflorados e que não havia flagrante, ao chegar no local, o 2º delegado não atendeu às reclamações de prendê-lo, a fim de “não haver maior exaltação”.<sup>186</sup> Provavelmente o delegado não quis enfrentar a ira do bando e do deputado conservador, que deram proteção ao capanga.

Augusto César de Lima, capoeira envolvido no conflito na igreja matriz da freguesia da Glória no primeiro dia das eleições de 1872, era apontado pelo jornal *A Reforma* como chefe da Flor da Gente. Esse célebre capoeira era acusado de capitanear outros indivíduos perigosos, citados nominalmente pelo periódico.

João Maximiano da Cruz, por alcunha de *Lhagalhé*, José Joaquim de Oliveira, conhecido por *Chenchen* e por faquista de profissão, David de tal, cognominado *Rio Comprido*, Basílio Guilherme e Carlos da Silva, ambos soldados, desertores, ambos,

<sup>184</sup> Diário do Rio de Janeiro. n° 225, 19 de agosto de 1872, p. 2.

<sup>185</sup> Ibidem.

<sup>186</sup> Ibidem.



fazem parte conspícua da malta que ameaça e procura intimidar os votantes liberais. Esses capoeiras andam armados à vista de todos na freguesia e são capitaneados pelo mais famoso entre quantos se conhece, o célebre Augusto Cesar de Lima.<sup>187</sup>

Com esses nomes, é possível rastrear e analisar informações sobre esses personagens apontados como componentes da malta da Glória. Por intermédio do método de “ligação nominativa”, podemos “seguir as picadas de vidas individuais e, assim, trilhar biografias coletivas”.<sup>188</sup> Além das notícias diárias, os registros da Casa de Detenção da Corte e os processos criminais são muito úteis para este propósito. Conforme observou Soares, a documentação da Casa de Detenção constitui “talvez o mais impressionante conjunto de dados individuais de membros das camadas populares do Rio de Janeiro”, contendo informações preciosas para comparar com registros qualitativos.<sup>189</sup> Neles, encontram-se informações valiosas, como o nome completo, data e motivo da prisão, idade, profissão, origem, estado civil, cor, residência, destino, autoridade que fez a prisão e a que remeteu para a casa, altura, barba, rosto, nariz, roupa que usava, além da condição, escravo ou livre. Já nos processos criminais, encontramos versões policiais sobre os capoeiras, com maiores detalhes sobre as suas atitudes frente às autoridades. De acordo com Antônio Liberac Simões Pires, “a documentação policial permite ver ações e reações de indivíduos”.<sup>190</sup> Assim, ao comparar os diferentes testemunhos históricos, podemos formar uma imagem mais completa da Flor da Gente e da capoeiragem carioca.

Começemos pelo dito líder do bando, Augusto Cesar de Lima. Trata-se de um personagem conhecido da historiografia.<sup>191</sup> A quantidade de notícias envolvendo o capoeira ajuda a entender porque era tão célebre. Embora encontremos alguns indícios da sua presença nas ruas durante os anos 1860, é a partir da década seguinte que eles ficam mais consistentes.<sup>192</sup> No dia 31 de maio de 1870, Augusto Cesar de Lima foi preso “por capoeira”, um motivo ambíguo que guarda muitos mistérios.<sup>193</sup> Foi preso por praticar capoeira ou por ser capoeira? Não teríamos como dizer. Embora não fosse um crime previsto no código criminal,

<sup>187</sup> A reforma, n.º 186, 18 de agosto de 1872, p. 3.

<sup>188</sup> Robert Slenes. In: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, prefácio.

<sup>189</sup> SOARES, Carlos E. L. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890)*. RJ, 1994, p. 100.

<sup>190</sup> PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)*. p. 100.

<sup>191</sup> Ver SOARES, 1994, op. cit. ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, *Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art*. First published 2005 by Routledge, an imprint of Taylor & Francis, 2005.

<sup>192</sup> Em 1862, um marinheiro com o mesmo nome foi preso “por embriaguez e promover desordem”. Nesse caso, é difícil determinar se era o mesmo indivíduo, pois nenhuma outra fonte indica que ele tenha sido marinheiro (*Diário do Rio de Janeiro*, 1862, n. 228). Talvez esse seja, na verdade, o homônimo português que foi detido em 1867 por embriaguez, uso de arma defesa e ferimento”. *Diário do Rio de Janeiro*, 1867, n. 183.

<sup>193</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, n. 150, 2 de junho de 1870.

“capoeira” ou “capoeiragem” eram motivos para centenas de detenções na Corte. No ano seguinte, ele foi novamente detido, dessa vez em uma situação reveladora.

Na freguesia do Sacramento (1º distrito): Januário, preto mina, que diz ser livre, Israel e Pedro, escravos, Aprígio José de Souza e Augusto Cesar de Lima, crioulo, por serem encontrados em jogo proibido, em uma casa denominada zungú.<sup>194</sup>

De acordo com Soares, a freguesia do Sacramento se destaca pela concentração de ocorrências envolvendo zungus, que eram ponto de apoio para população negra, “um referencial de identidade coletiva, um espaço de solidariedade (...)”.<sup>195</sup> Além disso, o autor destaca o papel dos africanos minas, como Januário, que eram temidos por liderar uma rede subterrânea de apoio aos cativos fugidos. Soares também argumenta que “o zungu era um ponto central para toda a comunidade negra e escrava na cidade do Rio do Século XIX, e os capoeiras formavam apenas uma parcela desta comunidade”.<sup>196</sup> Não sabemos qual exatamente era o “jogo proibido” que ocorria na casa de zungu, mas é possível que fosse a capoeira. De qualquer modo, chama atenção a ligação de Augusto César, chefe dos capoeiras da Glória, com esses espaços de solidariedade negra, demonstrando como as maltas faziam parte desse universo oculto. Era uma realidade encoberta, que os homens da imprensa e da polícia muitas vezes não compreendiam, mas certamente prestavam muita atenção. Dessa forma, ao longo daquela década, esse célebre capoeira apareceu nos jornais diversas vezes, sendo detido e condenado a meses de prisão por “quebrar o termo”, tornando-se réu por homicídio, entre outras infrações.<sup>197</sup>

Entretanto, foi uma detenção em dezembro de 1881 que nos permitiu encontrar um documentos mais completos sobre aquele indivíduo. O *Jornal do Commercio* anunciou que “Augusto Cesar de Lima, vulgo *príncipe da Lapa*, preso por ter ferido o guarda urbano Francisco Tavares da Luz”, seria processado.<sup>198</sup> A partir dessa notícia foi possível encontrar o registro da Casa de Detenção da Corte e o processo crime por desordem.<sup>199</sup>

No primeiro documento, consta que, no dia 24 de dezembro de 1881, na freguesia da Glória, Augusto César de Lima foi detido por quebra de termo de bem viver. Natural do Rio de Janeiro, ele morava na rua Carvalho de Sá, próximo dos arcos da Lapa, ou seja, na freguesia da Glória, onde viveu e aprontou por todos esses anos. Porém, trabalhando como cocheiro, conforme informa o registro, provavelmente tinha acesso a uma carruagem ou

<sup>194</sup> Diário do Rio de Janeiro, n. 75, 17 de março de 1871.

<sup>195</sup> SOARES, 1994, op. cit., p. 215.

<sup>196</sup> Ibidem, p. 216.

<sup>197</sup> Jornal do Commercio, n 198, 1874 e n 119, 1879.

<sup>198</sup> Jornal do Commercio, n. 358, 25 de dezembro de 1881.

<sup>199</sup> O registro foi encontrado no Arquivo Público do Rio de Janeiro e o processo no Arquivo Nacional.

tibury que lhe permitia se locomover por toda a Corte. O documento o descreve como pardo, com 1 metro e 74 de altura, rosto comprido, olhos pretos, nariz regular, cabelos carapinho. Como vimos, ele já havia sido classificado como crioulo.<sup>200</sup> Em outra detenção, de 1886, ele foi descrito como preto. Isso demonstra os diferentes marcadores raciais utilizados para classificá-lo. Além disso, infere-se que, mesmo durante os conflitos eleitorais, ele já era um capoeira experiente, tendo nascido na década de 1840.

1885 — 3 de Agosto

1.24540 Augusto Coração de Lima

Substituto de... natural... filho de...

11 de Agosto de 1885 por... em... a disposição de...

Por ordem da... Subdelegado... com offíci de...

ma... Subdelegado...

Entrou no dia acima declarado com as condições e signaes seguintes

Subdelegado	Idade	25 annos	Olhos	escuros
respectivo	Estado	solteiro	Nariz	regular
	Morada	Quarta da Corte	Bocca	regular
	Ocupação	Capoeira	Dentes	regulares
	Altura	1 met. 74 cent.	Barba	curta e branca
	Posto	Comprimado	Callos	ausentes
	Côr	preto	Semblante	ausente
	Trajando Camisa branca, calção preto, paletot preto e chapéu preto.			

Figura 18 - Ficha de detenção

Fonte: Casa de Detenção da Corte, livro , n, 4646.

Outra informação interessante desses documentos é a roupa que o sujeito utilizava no momento da prisão. Quando detido, ele trajava uma calça escura, camisa, paletó e chapéu preto. Embora a descrição do escrivão da polícia não seja idêntica, há uma certa semelhança com as roupas desenhadas nas caricaturas, as quais ironizam essa forma de vestir, como se fosse uma contradição. O já mencionado Almeida Nogueira, por exemplo, afirma que a flor da gente era, “além disso, asseada, trazendo cortados os cabelos à escovinha”. Não são raras as descrições dos capoeiras que destacam a forma de se vestir como uma característica marcante daqueles personagens. As roupas eram um elemento de construção de identidade

<sup>200</sup> Casa de Detenção da Corte, livro, n. 6250, 24 de dezembro de 1881.

para as maltas. Dessa forma, as caricaturas reforçam e exageram a imagem construída nas ruas pelos próprios capoeiras, produzindo estereótipos e conferindo sentido. Ao fazer isso, serviam aos próprios capoeiras, que, como demonstraremos mais à frente, buscavam o reconhecimento.

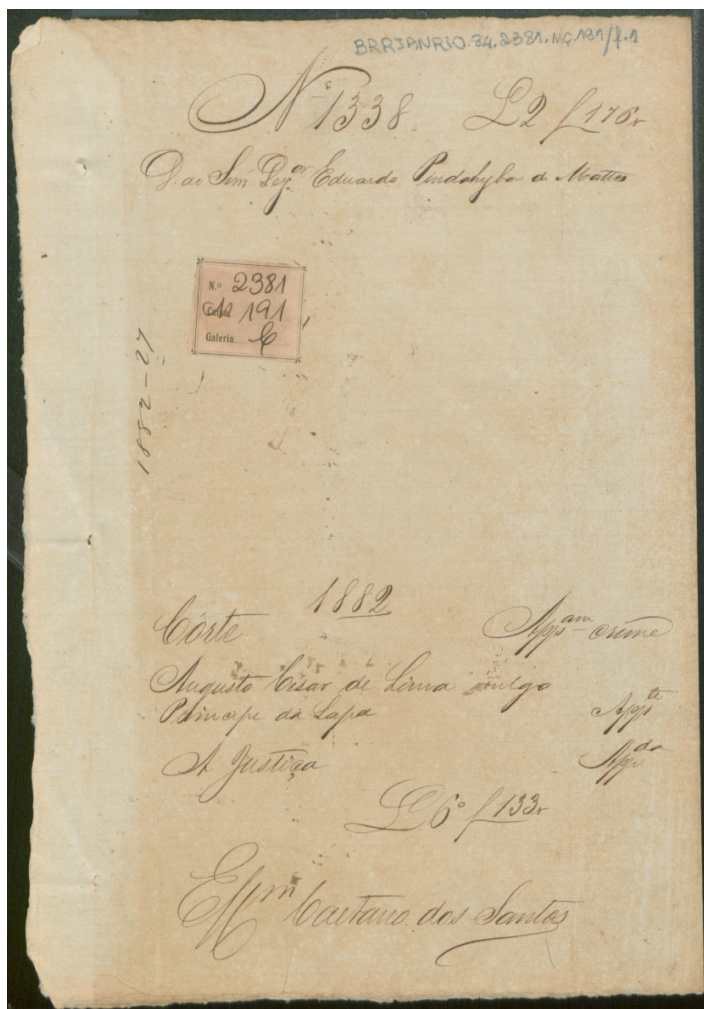


Figura 19 - Apelação do Príncipe da Lapa

Fonte: Apelação criminal - Augusto Cesar de Lima, vulgo Príncipe da Lapa - Apelante. A justiça - Apelada.

O mencionado processo judicial contém mais detalhes sobre o cotidiano de Augusto César de Lima, reconhecido na capa do processo como “príncipe da Lapa”. De acordo com testemunhas inquiridas no processo, às 8 horas do dia 23 de dezembro de 1881, Francisco Tavares da Luz “guarda urbano de reconhecida providência”, quando passava na rua do Catete, foi ofendido, insultado por palavras e agredido, “metendo-lhe as mãos violentas e

inesperadamente, de modo que o agredido teve de cair ao chão”.<sup>201</sup> Além da agressão, pesava a embriaguez e a desordem, algo repetitivamente confirmado nos testemunhos. O príncipe da Lapa ainda tentou recorrer da decisão da justiça, apelando para a segunda instância. No entanto, na conclusão do processo ele foi considerado reincidente em quebrar o termo de bem viver, mostrando-se incorrigível, sem ocupação honesta, vivendo duvidosamente, frequentemente embriagado e a fazer desordens, sendo condenado a três meses de prisão.

Outro provável líder da Flor da Gente é o já mencionado Basílio, também classificado pelos jornais como um capoeira célebre, com diversas detenções e menções na imprensa diária. Basílio Guilherme Carlos da Silva, natural do Rio de Janeiro, preto, livre, caixeiro, filho de Guilherme Carlos da Silva e Maria Rita do Livramento, 23 anos, morador da rua do Livramento, vestindo uma camisa de riscadinho, calça azul, paletó preto e chapéu de lebre, foi preso por ser vadio e capoeira em outubro de 1861.<sup>202</sup> O registro demonstra que não apenas pelos olhos dos jornalistas, mas também da polícia, o capanga envolvido com Duque-Estrada em 1868 era reconhecido como capoeira.

Aquela não foi a primeira detenção de Basílio no ano. Menos de um mês antes, em setembro de 1861, ele já havia sido preso por desordem. Dessa vez, no entanto, o escrivão registrou que ele tinha 25 anos, era correeiro e morador da rua do Lavradio.<sup>203</sup> Essas dissonâncias demonstram o cuidado necessário com os registros policiais, repletos de inconsistências. Dados aparentemente objetivos, como a idade, podiam ser anotados de maneira equivocada ou o próprio detento passava a informação errada, muitas vezes por não saber a própria idade. Quanto à moradia, além da possibilidade de equívoco, não descartamos que, depois da prisão em setembro, quando foi documentado que morava na rua do Lavradio, ele tenha se mudado para a casa dos pais, ou ao menos perto da mãe, “Maria Rita do Livramento”, na freguesia de Santana.

A lista de detenções de Basílio publicadas na imprensa é extensa. Aconteceu novamente em 1863 “para averiguações sobre furto”. No dia 22 de agosto daquele ano ele responderia pelo crime na justiça. De acordo com o *Diário de Notícias*, “o réu Basílio Guilherme Carlos da Silva, natural do Rio de Janeiro, com 27 anos de idade, solteiro, cocheiro, analfabeto” era acusado de arrombar um baú da “preta Joaquina”, o qual estava guardado na casa do preto mina Affonso Henrique.<sup>204</sup> É interessante observar essas relações,

<sup>201</sup> Apelação contra a sentença proferida pela Justiça. Augusto Cezar de Lima (Vulgo príncipe da Lapa) (Apelante) e a Justiça (Apelada). 1881 - 1882, Arquivo Nacional, Relação do Rio de Janeiro - 84, Apelação Criminal - ACR. Cód. de Referência: BRRJANRIO 84.2381.MÇ.191

<sup>202</sup> Casa de detenção, livro 2788, n. 2149.

<sup>203</sup> Casa de detenção, livro 2620 n. 1983.

<sup>204</sup> Diário do Rio de Janeiro, n. 230, ago. de 1863.

muitas vezes conflitantes, entre homens livres, como Basílio, e pessoas escravizadas, como provavelmente era o caso dessas pessoas citadas pela notícia.

Nos jornais diários também podemos encontrar informações interessantes sobre esse personagem. Uma pequena nota no tradicional *Diário do Rio de Janeiro* colocava “o tambor Basílio Guilherme” entre aqueles do corpo de artífices da corte “para sentenciar”.<sup>205</sup> É um indício de que o capoeira estava nas forças armadas como tambor, ou seja, parte da percussão da banda militar. Outro indicativo é a própria menção do jornal reformista já citada, de que “Basílio Guilherme e Carlos da Silva, ambos soldados, desertores, ambos, fazem parte conspícua da malta que ameaça e procura intimidar os votantes liberais”. Curioso que o jornalista se confunde com o nome de Basílio como se o sobrenome Carlos da Silva fosse outra pessoa. De qualquer forma, a relação dos capoeiras com as forças militares não é novidade. Muitos entre os capoeiras eram recrutados. No caso de Basílio, parece se tratar de alguém que desertou.

Em 1867 ele foi preso, mas declarado inocente logo em seguida. Entretanto, abriu uma queixa criminal contra Jeremias Brandão, por tê-lo chamado de “negro ordinário” e outras ofensas verbais.<sup>206</sup> É interessante que um capoeira célebre tenha recorrido à justiça contra o que hoje classificamos como injúria racial, talvez por a ofensa ser uma forma de aproximá-lo do mundo da escravidão, que o perseguia. Em 1872, por exemplo, foi novamente detido de maneira equivocada, dessa vez, por “suspeita de ser escravo fugido” na freguesia da Lagoa. Desfeito o “pequeno mal entendido”, o qual demonstra a fragilidade da liberdade experienciada por pessoas negras durante o período da escravidão, Basílio foi classificado como crioulo livre.<sup>207</sup> O uso do termo crioulo, sugere que sua mãe, Maria Rita do Livramento fosse uma africana escravizada ou mesmo liberta.

A partir de 1868, as menções a Basílio demonstram que ele vivia e atuava em torno das freguesias da Glória e da Lagoa, um indicativo de que ele fazia parte de alguma malta da região. Preso em 1870, o documento de entrada da Casa de Detenção aponta que morava na rua do Catete. O registro policial também reforça a volatilidade dos marcadores raciais, pois, nessa ocasião, ele foi considerado pardo, e não preto como geralmente era descrito nas notícias.<sup>208</sup> Assim, na casa dos 30 anos de idade, vivendo na rua do Catete, passagem pelas forças armadas, atuação em diferentes eleições e com uma longa lista de detenções, Basílio

<sup>205</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, n. 148, 1860.

<sup>206</sup> Queixa por Injúrias Verbais, 3825, maço 855, 1867, Juízo Municipal da Segunda Vara do Rio de Janeiro - ZV, Arquivo Nacional. Código de Referência: BRJANRIO ZV.3825.MÇ.855.

<sup>207</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, n.º 204, 24 de julho de 1872.

<sup>208</sup> Em 1870, por exemplo, ele foi detido por ser vagabundo na freguesia da Lagoa. Foi descrito como preto livre. *Diário do Rio de Janeiro*, n.º 278, 1870.

era um dos capoeiras mais experientes da Flor da Gente, que não abaixava a cabeça perante perseguidores e repressores, se utilizando também de meios institucionais como resposta.

Um aspecto curioso dessas biografias é a ausência de qualquer indício de relação com o deputado Duque-Estrada ou mesmo com outros membros da Flor da Gente. Ao contrário do que sugerem as notícias, as caricaturas e biografias, a liderança de Duque-Estrada não parece ser tão efetiva ou presente. Na verdade, algumas notícias permitem a leitura de que o político não tinha controle sobre esses capoeiras da Glória. Sem dúvidas ele deveria ter alguma importância, especialmente durante as eleições, mas a imagem do líder ou do jardineiro não parece se confirmar nas biografias.

### 3.2 - Chem-Chem e Lagalhê: os capoeiras e a imprensa

Entre os personagens citados pelo *A Reforma* na denúncia sobre os capoeiras que aterrorizavam votantes na freguesia da Glória estava “José Joaquim de Oliveira, conhecido como Chemchem”.<sup>209</sup> O nome comum demonstra como enfrentamos alguns desafios no método de ligação nominativa. Nos registros de entrada da Casa de Detenção, encontramos três indivíduos com o mesmo nome, um português, “mendigo”, de 31 anos, detido por embriaguez e desordem em 1861; um baiano, 28 anos, moreno, marítimo, morada na Ladeira do Livramento, preso para assinar termo em 1877; e um natural do Rio de Janeiro, carpinteiro, morador da Travessa da Lapa, preso por ofensas físicas, capoeiragem e desordem em 1870 e por cúmplice em homicídio em 1871.<sup>210</sup> Por ter sido detido por capoeiragem e também por morar perto da freguesia da Glória, é mais provável que este último seja o capoeira citado pelo jornal. Portanto, vale olhar com mais atenção para os seus dados.

José Joaquim de Oliveira, filho de Joaquim José de Oliveira e Jesuína Joaquina de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, solteiro, era carpinteiro e morava próximo à rua da Lapa, na freguesia da Glória. O documento de 7 de dezembro de 1870 afirma que ele tinha 19 anos, enquanto a ficha de 21 de janeiro de 1871 declara 18. Por mais que seja uma diferença mínima, é importante para destacarmos a imprecisão dos dados desse tipo de documentação. Imprecisão que pode estar tanto na informação dada pelo detido, quanto pelo registro do escrivão. Outro dado contrastante está na cor registrada pelos agentes da Casa de Detenção, pois o primeiro declarou José como “moreno”, enquanto o segundo, como branco. É curioso que, quando preso por capoeiragem, ele não foi considerado branco. Talvez, além do motivo

<sup>209</sup> A reforma, n.º 186, 18 de agosto de 1872, p. 3.

<sup>210</sup> Casa de Detenção, livro 4052, n.º



que o levou para a detenção, isso esteja relacionado à vestimenta no momento do encarceramento. Foi lido como branco quando trajava roupas mais elegantes: “camisa branca, calça dito, colete e paletó preto e chapéu alto”. Sem dúvidas a composição com o colete e o chapéu alto era mais refinada do que a roupa utilizada no dia que foi considerado “moreno”: “camisa de chita de cores, calça branca, paletó preto e chapéu de lebre preto”. Portanto, o fato de ser preso por capoeiragem e vestir roupas menos elaboradas pode ter colaborado para que não fosse considerado uma pessoa branca. Isso também reforça nosso argumento sobre a roupa dos capoeiras na caricatura de Cândido de Faria, na qual o uso de determinadas peças sugere uma certa hierarquia.

O apelido “Chemchem” acrescenta outro elemento interessante no debate sobre a identidade racial de José Joaquim de Oliveira. Em recente livro sobre o ativista negro e capoeira Manoel Benício do Passos, conhecido como Macaco Beleza, Walter Fraga argumenta que os apelidos carregam significados profundos.<sup>211</sup> O historiador enumera algumas possibilidades de explicações para as alcunhas dos capoeiras. Muitas referem-se ao território de pertencimento, aos instrumentos de trabalho, às características físicas, às circunstâncias marcantes ou até aos animais, como parece ser o caso de “chemchem”. Em *Scenas da Vida Amazônica*, uma obra literária publicada em 1886 que fala das linguagens, crenças e costumes das populações indígenas e mestiças da Amazônia paraense, José Veríssimo menciona “urubus famintos” que “brigando entre si a bicoradas fortes, grasnando o seu enfadonho *chem-chem*, sustentando-se no ar com as negras asas abertas” disputavam a carniça.<sup>212</sup> Outro José, o quilombola Mestre Camito, ao relatar os seus tempos de “moleque”, explica o racismo sofrido: “chamava de ‘nêgo urubu’ com esse ‘chém chem’ porque nós era raça negra mesmo né?”.<sup>213</sup> Nesse ínterim, o apelido pode ter surgido como insulto ou zombaria ligada à cor da pele de José, reforçando a leitura do escrivão que o descreveu como “moreno” na sua ficha de detenção em 1870.

Ainda sobre o apelido Chemchem, ele nos faz questionar uma interpretação disseminada no mundo da capoeira contemporânea. Conforme demonstrou Luiz Renato Vieira e Matthias Rohrig Assunção em artigo clássico sobre a capoeira, a prática contemporânea é repleta de mitos. Mesmo décadas após a publicação daquele artigo, ainda é possível dizer que “a história da capoeira, tal como ela é contada nas academias, ou mesmo em muitos livros, continua veiculando uma estranha mistura de mitos e semi-verdades que se mostra muito

<sup>211</sup> FRAGA, Walter. Longe, muito longe. Manoel Benício dos Passos, um capoeira no pós-abolição. 2024.

<sup>212</sup> José Veríssimo. *Scenas da Vida Amazonica*, 1889, p. 52.

<sup>213</sup> Mestre Carmito, 2018, Apud In: Ygor Saunier Mafra Carneiro Monteiro Marambiré do Pacoval: estudo da performance percussiva de uma congada amazônica. São Paulo – SP, 2019.



reticente à autocorreção”.<sup>214</sup> Tais mitos, como defendem os autores, geralmente cumprem funções discursivas, simplificando e purificando a história da capoeira.<sup>215</sup> Nessa linha, é comum ouvir nas rodas e treinos que os capoeiras antigos utilizavam apelidos para se ocultar dos repressores, como uma estratégia de não serem identificados pelas autoridades. Segundo Frede Abreu, “o apelido sobrepunha-se ao nome civil, explicado pelo mestre Bimba, como despiste dos antigos capoeiras perseguidos, para confundir a polícia e proteger sua pele”. O autor, porém, chama atenção para o caráter mítico dessa interpretação, que deve ser compreendida “como algo próprio do cismado mundo dos capoeiras, cujos códigos e interditos muitas vezes se explicam mais pela aparência do que pela evidência”.<sup>216</sup> É difícil imaginar que haveria um único motivo, e um tão assertivo, para explicar algo tão banal quanto a utilização dos apelidos na capoeira. Essa é uma das dificuldades com os mitos, pois raramente são “mera invenção”.

É imperioso observar que essa explicação, do apelido como codinome para se proteger das autoridades, fornece um caráter heroico para justificar a manutenção do costume. Na tradição da capoeira, os apelidos são elementos importantes para a construção da identidade individual e coletiva, o fortalecimento da coesão grupal e da camaradagem, e o reconhecimento de habilidades e características distintivas dos membros de grupos. Receber um apelido é um rito de passagem e um marcador de pertencimento, perpetuando uma cultura rica em símbolos e significados. Em grande medida, isso cabe para os apelidos dos capoeiras do séc. XIX. Porém, a ideia de que eles eram para a proteção e ocultação dos indivíduos é reducionista, pois compreende a capoeira como intrinsecamente uma luta de resistência, interpretando as ações dos capoeiras sempre numa lógica de luta de classes, de oprimido contra opressor. Assim, soa a explicação especulativa, apesar de fincada em uma rica tradição oral.

O uso de apelidos era disseminado na capoeiragem carioca e os capoeiras passaram a ser conhecidos muitas vezes por essas alcunhas. Entretanto, quando eram citados nos jornais, quase sempre o nome não parecia ser um mistério. O apelido, nesse sentido, era algo que ajudava a identificar o sujeito. Não era qualquer José Joaquim de Oliveira que estava entre os capoeiras da Glória, mas o Chemchem. Por conseguinte, em algumas situações o apelido não parece ser o elemento que oculta, mas que ressalta a identidade do capoeira. Tal hipótese ganha mais força quando analisamos determinados comportamentos sociais dos capoeiras, como as aparições públicas.

---

<sup>214</sup> VIEIRA, L. R. & ASSUNÇÃO, M. R.. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. *Estudos Afro-Asiáticos* (34):81-121, dez. de 1998.

<sup>215</sup> The competing master narratives of capoeira history, in: ASSUNÇÃO, 2005, op. cit..

<sup>216</sup> ABREU, Frede. 2005, p. 137.

No dia 9 de outubro de 1871, no *Jornal da Tarde*, relatou-se que “na rua da Constituição próximo à rua do Regente, por ocasião de passar a procissão, o capoeira José Joaquim de Oliveira, por antonomásia Chemchem, feriu na perna esquerda a Manoel Joaquim de Siqueira, caixeiro, e que ali pacificamente se achava”.<sup>217</sup> O confronto, na freguesia do Sacramento, ocorreu durante a passagem de uma procissão, uma situação repleta de significados no universo secreto da capoeiragem, assim como a saída de uma banda de música. Plácido de Abreu, jornalista de origem portuguesa que conheceu a capoeira por dentro, afirma que estes desfiles eram um dos momentos prediletos que envolviam as tradições dos capoeiras.

“A notícia da saída de uma banda de música corre com rapidez de relâmpago entre os bandos de capoeiras. Desde logo, começam a reunir-se nas fortalezas à espera da hora em que devem tomar a frente do batalhão ou sociedade (...)”<sup>218</sup>

Uma caricatura de Aluísio de Azevedo,<sup>219</sup> publicada na revista *O Mequetrefe* ilustra um desses confrontos entre capoeiras, algo parecido ao conflito entre Carapicus e Cabeças-de-Gato que escreveria anos depois em seu célebre livro *O Cortiço*. No centro inferior da imagem, destaca-se um homem de cartola, que poderia ser identificado como um pai de família, sendo pisoteado por capoeiras descalços. Sua esposa, uma senhora espavorida em trajes pomposos, tenta protegê-lo, mas sem êxito. No canto direito, a criança do casal aparece abandonada à própria sorte. Punhais, facas e navalhas, corpos em queda e pernas erguidas compõem um cenário de desordem, reforçando a ideia de selvageria e de ameaça à família tradicional brasileira. A posição do patriarca, literalmente aos pés dos capoeiras, é particularmente simbólica. Dessa forma, as caricaturas davam forma ao temor da população branca da corte, construindo e ampliando o medo em relação aos capoeiras.

Alexandre Mello de Morais Filho fornece uma descrição bastante semelhante: “às vezes, interrompendo a marcha de uma procissão, o desfilar de um cortejo, ouvia-se, aos gritos das senhoras correndo espavoridas, das negras levando os senhores moços no colo, dos pais de família pondo abrigo a mulher e os filhos, o horroroso Fecha! Fecha!”.<sup>220</sup> Curiosamente, a cena representada na caricatura apresenta situação análoga, embora ainda mais caótica.

<sup>217</sup> *Jornal da Tarde*, n. 235, 1871.

<sup>218</sup> Plácido de Abreu. *Os capoeiras*. Rio de Janeiro: tip. Seraphim Alves de Britto, 1886. p. 5.

<sup>219</sup> A autoria é indicada pelo último desenho daquela edição, assinado por “Asmodeu”, um dos pseudônimos de Azevedo. Ver biografia da BNDigital. <http://bndigital.bn.gov.br/aluisio-azevedo/>

<sup>220</sup> MORAIS FILHO, Alexandre Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2002, p. 330.

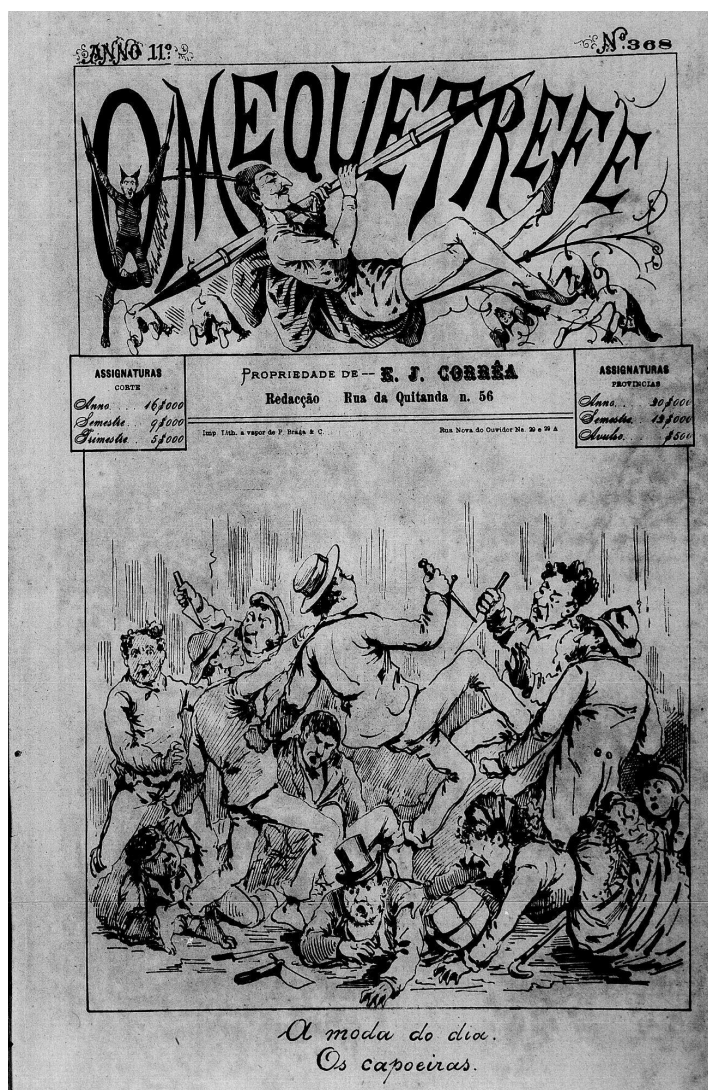


Figura 20 - A moda do dia

Fonte: O Mequetrefe, nº 368, 10 de março de 1885

Legenda: A moda do dia. Os capoeiras.

De todo modo, a caricatura representa um desses momentos de aparição dos capoeiras, em que eles se destacavam pela violência. Caricaturistas e jornalistas não compreendiam as razões de tais atos. Afinal, quais seriam as motivações para que Chemchem, por exemplo, esfaqueasse um cidadão pacífico? Essa aparente aleatoriedade das agressões atribuídas aos capoeiras era justamente o tema em evidência na imprensa na época da publicação da caricatura de Azevedo.

De acordo com a legenda, os capoeiras eram “a moda do dia”, ou seja assunto em alta na imprensa. Embora fuja dos limites temporais dessa pesquisa, é importante ressaltar as semelhanças daquele momento com o período analisado. É curioso, mas não surpreendente, que os capoeiras conseguissem atrair tanta atenção dos periódicos em meio a grave crise

política derivada dos debates sobre a Lei dos Sexagenários. Desde 1884, o projeto Dantas vinha sendo debatido na Câmara, mas, em fins daquele ano, entrou em impasse, levando o imperador a dissolver o parlamento e convocar novas eleições. O processo eleitoral, como demonstra Angela Alonso, como de costume, foi marcado por violências e abusos, desfavorecendo Dantas e os demais abolicionistas que buscavam formar maioria na Câmara.<sup>221</sup> O resultado desanimador conduziu a novo impasse e à queda do Gabinete Dantas, substituído por um breve interregno liberal sob a liderança de Saraiva. Todo esse processo, como ressaltou Ana Flávia Cernic Ramos, foi acompanhado de intensos debates e grandes expectativas na imprensa.<sup>222</sup> A agitação ocorria não apenas no parlamento, mas nas ruas, gerando grande apreensão. Esse medo era terreno fértil para a aparição dos capoeiras.

A caricatura de Azevedo estava em diálogo não apenas com os eventos, mas com os debates em outros periódicos, especialmente na *Gazeta de Notícias*. A discussão entre os jornalistas naquela folha iniciou com a publicação da longa coluna intitulada “Capoeiragem”, na qual se denunciavam alguns conflitos parecidos com aquele no qual Chemchem se envolveu.<sup>223</sup> Incapazes de compreender a motivação para esse tipo de ação violenta, os jornalistas atribuem à natureza cruel dos capoeiras. As cabeçadas e navalhadas eram explicadas pelo sadismo inerente, ou seja, por serem “assassinos por divertimento”, conforme argumentou a *Revista Illustrada*.<sup>224</sup> Tal perspectiva estava alinhada com a antropologia criminal de Cesare Lombroso, que defendia a tese do “criminoso nato” e um determinismo biológico.<sup>225</sup> Essa também parece ser a visão de Ly, um dos personagens de Henrique Chaves na coluna “Balas de Estalo”. Em meio àquele debate nas páginas da *Gazeta* sobre como lidar com os capoeiras, Ly sugeriu, entre outras coisas, a deportação como solução para o problema. Entretanto, um personagem dessa estrelada coluna discordou de Ly e de sua solução. Como muitas vezes ocorria nesse espaço dinâmico de crônicas, Lélío, personagem conhecido como filósofo das balas, resolveu responder ao texto de seu colega e proporcionar um posicionamento muito particular em relação àquele debate todo.

<sup>221</sup> ALONSO, Angela. Flores votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 - 88).

<sup>222</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic, “A lei dos sexagenários nas ‘Cousas Políticas’ da *Gazeta de Notícias*: os embates acerca da escravidão e da liberdade na imprensa carioca (1884-1885)”. In: Os intelectuais e a imprensa, Rio de Janeiro, Mauad, 2014, pp. 47-72.

<sup>223</sup> Um deles, porém, chama atenção por ter ocorrido em frente a redação da gazeta: “Ontem, na ocasião em que passavam pela rua do Ouvidor os bandos precatórios, um cavaleiro, que estava parado à porta de um estabelecimento em frente ao nosso escritório, foi inopinadamente agredido e apanhou no chapéu, felizmente de grosso pano, uma formidável cacetada. O agressor, de chapéu à banda, parou gingando e provocador durante alguns minutos, seguindo depois de braço dado com outro companheiro, como se nada houvesse acontecido. *Gazeta de Notícias*, n. 68, 9 de março de 1885.

<sup>224</sup> *Revista Illustrada*, n° 35, 16 de setembro de 1876, p.2.

<sup>225</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Sequência*, V. 16 n. 30, 1995.

Lélio não é apenas um pseudônimo, mas uma construção narrativa de Machado de Assis com personalidade própria, como Brás Cubas ou Dom Casmurro. As crônicas de Lélio faziam parte de um projeto literário mais amplo de Machado de crítica ao realismo. Dessa forma, Lélio escrevia sobre “as tensões entre verdadeiro e falso, entre forma e conteúdo, entre uma narrativa objetiva e convencional e o absurdo em que de fato ela se constituía”.<sup>226</sup> Por isso, com a intenção de desmontar algo tido como verdade absoluta, Lélio critica jornalistas incapazes de compreender as atitudes dos capoeiras.

Começamos por dizer que estou em desacordo com todos os meus contemporâneos, relativamente ao motivo que leva o capoeira a plantar facadas nas nossas barrigas. Diz-se que é o gosto de fazer mal, de mostrar agilidade e valor, opinião unânime e respeitada como um dogma. Ninguém vê que é simplesmente absurda.<sup>227</sup>

Com essa bala reflexiva, Lélio atacou a mentira compartilhada de que os capoeiras eram assassinos por diversão. Ele descobre, então, “a causa eficiente das facadas anônimas e adventícias”:

Capoeira é homem. Um dos características do homem é viver com o seu tempo. Ora, o nosso tempo (nosso e do capoeira) padece de uma coisa que poderemos chamar — erotismo de publicidade. (...) E, depois, o nome da gente, em letra redonda tem outra graça que não em letra manuscrita; sai mais bonito, mais nítido, mete-se pelos olhos dentro, sem contar que as pessoas que o hão de ler, compram as folhas, e a gente fica notória sem despendar nada. (...) <sup>228</sup>

Para Lélio, portanto, o “erotismo da publicidade” explica as agressões aparentemente aleatórias dos capoeiras. Mais do que essa reflexão, Lélio oferecia aos leitores um “remédio infalível” para acabar com a capoeiragem: “não publicar nada, trancar a imprensa às valentias da capoeiragem. Uma vez que não se dê mais notícia, eles recolhem-se às tendas, aborrecidos de ver que a crítica não anima os operosos”. Apesar de repleta de ironia, a crônica de Lélio demonstra a capacidade de Machado de compreender uma das lógicas que vão organizar a capoeiragem carioca: o desejo de celebridade. Os capoeiras eram, por conseguinte, sujeitos “ávidos por atenção”, gostavam de ter seus nomes e apelidos publicados nas páginas dos jornais. Imagine, então, aparecer na capa de revistas como os semanários ilustrados? Deveria ser uma conquista saborosa.<sup>229</sup>

<sup>226</sup> Ana Flávia Cernic Ramos. *As máscaras de Lélio: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. p. 197.

<sup>227</sup> *Gazeta de Notícias*, n. 73, 14 de março de 1885.

<sup>228</sup> *Ibidem*

<sup>229</sup> BALABAN, Marcelo. “Quem tem... barriga tem medo”: imagens de capoeiras na imprensa ilustrada da corte. *Afro - Ásia*, n° 51, 2015, pp. 175-221.

Outros trabalhos ressaltaram essa característica da capoeiragem carioca. Carlos E. L. Soares argumenta que essas aparições públicas “retinham um caráter comum de sedimentar o prestígio do capoeira frente a uma parcela da população”. Para o autor, a frente desses desfiles geralmente eram moleques que almejavam um lugar no rol de grandes capoeiras da cidade, exibindo suas habilidades e intimidando qualquer um que tomasse sua frente.<sup>230</sup> Eles não apenas utilizavam a multidão para se proteger, mas gostavam de demonstrar suas habilidades, destreza e valentia. Conforme sugere Plácido de Abreu, essas aparições públicas eram uma forma de o capoeira adquirir respeito entre os seus pares.

Dessa forma, enquanto outros jornalistas analisavam as ações dos capoeiras sob uma perspectiva, Machado sugere que comportamentos agressivos dos capoeiras não eram justificados por uma natureza violenta, mas uma “luta por reconhecimento” que, segundo Axel Honneth, seria um estratégia de afirmar uma identidade que é negada. A notoriedade, nesse contexto, funciona como um capital simbólico compensatório para o desreconhecimento.<sup>231</sup>

Porém, o elemento mais interessante da análise de Machado está na forma como os capoeiras utilizavam a imprensa. Essa interpretação permite uma reflexão mais profunda sobre a relação entre a imprensa oitocentista e a construção da notoriedade de determinados criminosos. Ao criar um espetáculo com as atitudes dos capoeiras, os impressos se tornam co-produtores desses comportamentos. Nessa linha, os jornais promovem uma cobertura jornalística sobre a capoeira influenciada pelas ações desses personagens das ruas. Por outro lado, os capoeiras utilizam os jornais como instrumentos para conquistar reconhecimento e, especialmente, temor. Talvez esse fosse o caso de Chechem, que com apenas 18 ou 19 anos, buscava consolidar seu nome entre os capoeiras célebres. Que outra forma melhor que ter seu nome publicado nas páginas dos jornais? Assim como afirmou Lélío, ter o nome lido em letras redondas nas folhas vendidas nas ruas da Corte era uma grande conquista.

Entretanto, as possibilidades de relação entre os capoeiras e a indústria oitocentista de notícias não param por aí. O primeiro entre os nomes dos capoeiras da Glória a ser mencionado na denúncia feita pelo jornal *A Reforma* foi João Maximiano da Cruz, conhecido como “Lagalhé”, outro capoeira jovem. O apelido Lagalhé é um termo que remete a alguém maltrapilho, insignificante, um João-ninguém. É fundamental reforçar que os apelidos não são meros rótulos, eles desempenham um papel multifuncional na vida social dos indivíduos e dos

---

<sup>230</sup> SOARES, 1994, op.cit., p. 75.

<sup>231</sup> KRITSCH, Raquel. Reconhecimento, identidade(s) e conflito social: debates a partir da teoria política e social. *Civitas, Rev. Cienc. Soc.* 19, 2019.

grupos. Como veremos, o estigma de Lagalhé recaiu e perseguiu a trajetória desse João Maximiano da Cruz, mas que ele muitas vezes contestou.

De acordo com o *Diário do Rio de Janeiro*, “O réo João Maximiano da Cruz foi julgado ontem e declarou ter 26 anos de idade, ser solteiro, tipógrafo, sabendo ler e escrever”.<sup>232</sup> Chama atenção o fato do capoeira ser tipógrafo, o que significa que ele deveria ter “algum fundo de instrução” e “ao menos conhecer a linguagem, e os termos”, como explica o *Manual da Tipografia Brasiliense*, de René Ogier.<sup>233</sup> Esse certamente era um diferencial entre a população brasileira, na qual somente 19% das pessoas eram alfabetizadas. No Rio de Janeiro, segundo o censo de 1872, 76% das pessoas eram analfabetas, sendo entre os homens 72%.<sup>234</sup> Além disso, como tipógrafo, Maximiano da Cruz possivelmente prestava atenção nas notícias sobre seus homólogos célebres. Conforme argumentou Machado de Assis, o capoeira era um tipo ávido por atenção. Porém, esse personagem demonstra que a relação dos capoeiras com a imprensa era ainda mais próxima.

Em outubro daquele ano, ele foi novamente para o banco dos réus:

Jury da Corte - Julgaram-se ontem dois processos, sendo réus no primeiro processo João Maximiano da Cruz, natural do Rio de Janeiro, de 25 anos de idade, tipógrafo, que resistiu com força à ordem de prisão, que foi-lhe dada a 30 de maio último, o que afirmaram os agentes da força e que ele deu de suspeitos, como seus inimigos, que o prenderam inocentemente, pelo que tratava de fugir, e foi defendido pelo Sr. Dr. Pinto Junior.<sup>235</sup>

Um tanto truncada e confusa, essa nota das páginas do jornal indica que Lagalhé recebeu uma ordem de prisão porque “deu de suspeitos” e “resistiu com força”, tentando fugir, pois “o prenderam inocentemente”. Trata-se de uma das primeiras passagens de João da Cruz pela justiça que, como outras, aparenta ser injusta. Ainda de acordo com as notas judiciais e policiais publicadas no *Diário*, as outras detenções foram por ser jogador da “vermelhinha”, um jogo de azar que, na visão das autoridades e da justiça brasileira, era motivo de prisão. Tanto que, em junho de 1875, João foi obrigado a assinar termo de bem viver como vagabundo e jogador da vermelhinha e, no ano seguinte, foi condenado a três meses de casa de correção por quebrar esse termo.<sup>236</sup>

<sup>232</sup> Diário do Rio de Janeiro nº 242, 01 de setembro de 1874.

<sup>233</sup> René Ogier. *Manual da Typographia Brasiliense*. Rio de Janeiro: Typ. e Ed. R. Ogier, 1832.

<sup>234</sup> BRASIL. *Censo da população do Império do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. p. 19. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.

<sup>235</sup> O relato do *Diário de Notícias*, contudo, é confuso: “o que afirmaram os agentes da força e que ele deu de suspeitos, como seus inimigos, que o prenderam inocentemente, pelo que tratava de fugir, e foi defendido pelo Sr. Pinto Junior”. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 272, 02 de outubro de 1874.

<sup>236</sup> *Diário do Rio de Janeiro* nº 35 de fev. de 1876.

No entanto, ele não aceitou a decisão da justiça e entrou com uma apelação criminal questionando as autoridades policiais e judiciais. Trata-se de um processo riquíssimo, com diversas informações que permitem conhecer mais sobre esse capoeira. Os documentos anexados ao processo acrescentam outras detenções à sua vida criminal. Foi recolhido à Casa de Detenção, “em sete de julho de 1871, por uso de arma de defesa e ameaças à disposição do Doutor primeiro Delegado de Polícia”.<sup>237</sup> Já em janeiro do ano seguinte foi detido por “tentativa de morte”, sendo solto em junho de 1872. Porém, ele foi novamente detido em 1874 pelo mesmo crime.<sup>238</sup> Dessa forma, por meio desses registros e de testemunhos, a justiça constrói um quadro que reforça a acusação de que João Maximiano da Cruz era vagabundo, bêbado e turbulento. Porém, a apelação criminal tinha o objetivo de confrontar esse quadro. A estratégia da defesa foi questionar a validade do termo assinado, argumentando que houve “processo irregular e violento”.<sup>239</sup> Desse modo, Lagalhé se colocava contra a arbitrariedade policial. A principal evidência de que não era vagabundo como lhe imputaram, era a profissão, diversas vezes reafirmada e comprovada por meio de um documento anexado ao processo.

---

<sup>237</sup> Apelação Criminal, Maço 14, Gal. C, nº 924, Ficha 169524, código de referência BR AN RJ ACR 924 MÇ 14. Série: Apelação Criminal – ACR, Arquivo Nacional.

<sup>238</sup> Ibidem.

<sup>239</sup> Ibidem. p. 12.



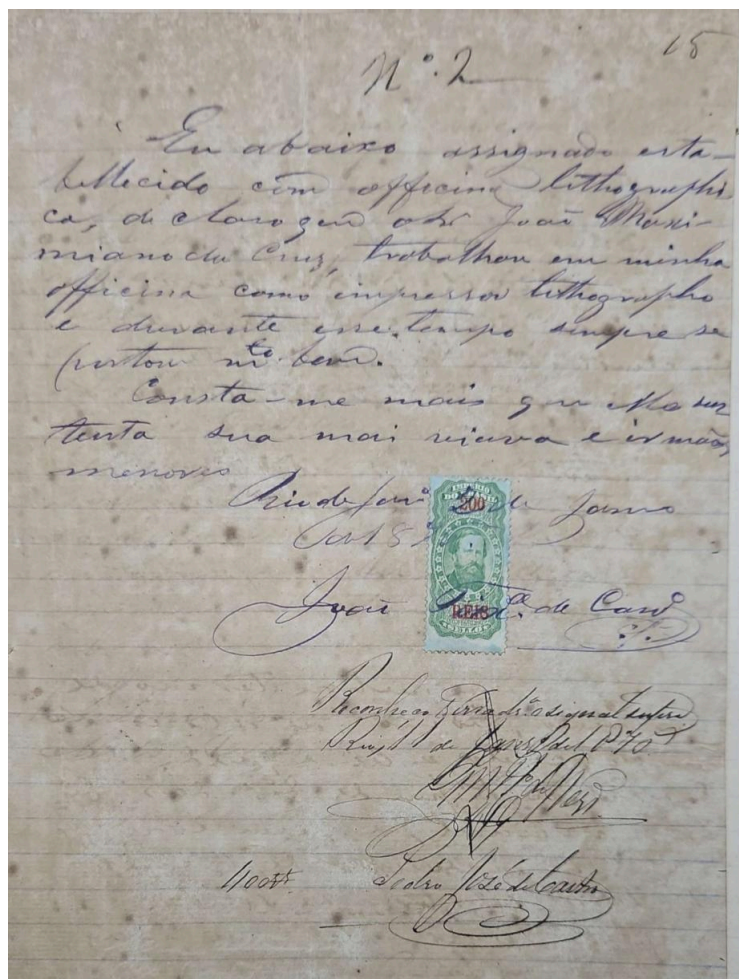


Figura 21 - Comprovante de impressor litógrafo

Fonte: BR AN RJ ACR 924 MÇ 14

Eu abaixo assinado estabelecido com oficina litográfica, declaro que o Sr. Maximiano da Cruz trabalhou em minha oficina como impressor litógrafo e durante esse tempo sempre se portou bem.

Consta-me mais que sustenta sua mãe viúva e irmão menor.

Rio de Janeiro 1876 (...)

Além de confirmar que Lagalhé trabalhou com a imprensa, revela que foi impressor litógrafo e que sustentava a mãe viúva e o irmão mais novo. É possível que tenha exercido os dois ofícios, de tipógrafo e de impressor litógrafo. Nesta última função, pode ter trabalhado, inclusive, na impressão de caricaturas. De qualquer forma, o testemunho escrito da defesa é central para o argumento de que o acusado não era vadio e vivia de seu trabalho, que ia na contramão da imputação de vagabundo pelo termo de bem viver. Outra testemunha da defesa foi José da Cunha, natural de Portugal, de 36 anos, morador da rua da Alfândega”, se dizia dono de um café naquela mesma rua frequentado por Lagalhé que jamais deu “motivo de queixa”.<sup>240</sup> Entretanto, o esforço da defesa não foi suficiente e a conclusão do processo

<sup>240</sup> Ibidem. p.23.

demonstra que a sentença da primeira instância foi considerada “incontestavelmente digna de confirmação por seu inteiro fundamento nas provas dos autos (...)”.<sup>241</sup> Portanto, a justiça manteve a sentença por quebra de termo e João Maximiano teve de cumprir os meses na Casa de Correção.

O tempo na prisão, porém, não o fez baixar a cabeça para polícia nem desistir do divertimento, afinal, no campo da aclamação, “(...) à tarde, a polícia caiu em cima da roda de jogadores da vermelhinha e conseguiu prender Maximiano José de Souza, vulgo Padeirinho, Antonio Moreira Soares e João Maximiano da Cruz, vulgo Lagalhê”.<sup>242</sup> Se Padeirinho for o mesmo Maximiano preso, em 1875, por quebra de termo, trata-se de um português.<sup>243</sup> Aliás, é interessante que Lagalhê estivesse muitas vezes na companhia de portugueses, como pode ser observado na apelação criminal e nas notícias. A ausência de qualquer menção sobre a cor de João Maximiano é intrigante, sugerindo que ele fosse branco. Embora declarado brasileiro, seu pai, também chamado João Maximiano da Cruz, talvez fosse português. De qualquer forma, fica evidente como não apenas o jogo, mas a perseguição pela polícia e justiça dificultaram a vida desse personagem. Mesmo se reivindicando trabalhador, como tantos outros capoeiras, nem sempre conseguiu abafar a fama de vadio, de lagalhê.

A fama desse capoeira letrado, inclusive, penetrou o mundo das letras. Lagalhê é um dos personagens do romance *Os capoeiras*, publicado em 1886 por Plácido de Abreu.<sup>244</sup> Esse livro é uma fonte incontornável para compreender a capoeiragem carioca, especialmente por conta da experiência do autor, um imigrante português que se envolveu com os capoeiras de alguma forma que ainda não é muito evidente. Segundo Coelho Neto, memorialista que exaltou a capoeira em seus escritos do século XX, “Plácido de Abreu, poeta comediógrafo” foi “sobre todos o mais valente” de uma geração de heróis da capoeira. Tal afirmação é atestada pelo historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, segundo o qual, Plácido de Abreu, “teve de enfrentar os ‘navalhistas’ aliados do Partido Conservador em diversos momentos”, sendo um “ativo participante destes grupos”, o que o tornou um conhecedor da lógica e da ritualística interna das maltas de capoeiras.<sup>245</sup>

---

<sup>241</sup> Ibidem. p. 35.

<sup>242</sup> Diário do Rio de Janeiro, 1876, n. 135.

<sup>243</sup> Casa de Detenção, livro 4052, n. 752.

<sup>244</sup> Nascido em 12 de março de 1857, Plácido de Abreu foi um português naturalizado brasileiro que escreveu diversas obras, como *Luta dos vícios*, *Crápula*, dos *Tímidos cantos* e outras além do romance “*Os Capoeiras*”. Comerciante, tipógrafo e jornalista, foi republicano intransigente, envolvido com o atentado ao imperador D. Pedro II em 1889, assim como na Revolta da Armada, na qual foi preso, em 1894, e executado em circunstâncias misteriosas. Ver: Moura, Jair. *A Capoeiragem no Rio de Janeiro Através dos Séculos*. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2009.

<sup>245</sup> SOARES, op. cit. 1994, p. 43.

Para reduzir as dúvidas sobre o envolvimento de Abreu com a capoeira e localizar melhor o seu testemunho literário, buscamos evidências para além daquelas inferidas a partir dos seus escritos. Um desses momentos de confronto com os capoeiras foi registrado na *Gazeta de Notícias*, que citou um processo contra Custódio Rego, por ter ferido Plácido de Abreu com uma navalha na rua do Senhor de Matosinho, “depois de um conflito entre eles” no dia 31 de julho de 1883. “Consta mais que o ferimento causou no paciente grave incômodo de saúde”.<sup>246</sup> Esse caso possivelmente traumático para Abreu certamente inspirou a escrita do romance, que ao mesmo tempo em que demonstra uma admiração pela valentia e habilidade, reforça a imagem dos capoeiras como assassinos “perversos”. Por mais que memorialistas e a historiografia retratem Plácido de Abreu como uma fonte interna à capoeiragem, é evidente o olhar crítico em relação aos capoeiras, um certo olhar discriminatório não muito distinto daquele encontrado nas notícias e caricaturas. Entretanto, é inegável o valor de seu livro.

Trabalhando como tipógrafo e jornalista em diferentes folhas, os caminhos de Abreu e João Maximiano possivelmente se cruzaram. Não apenas ele foi mencionado na introdução etnográfica do livro, como é personagem no romance, que aborda a história fictícia de um jovem alagoano que, ao se mudar para a Corte, envolveu-se com Fazenda, um capoeira renomado que o inseriu no mundo da marginalidade. Na primeira parte do livro, Lagalhé é citado como autor do assassinato do “famigerado César-Maneta na praia do Peixe”.<sup>247</sup> Já na parte romanceada da narrativa, ele foi colocado como comparsa de Coruja e Bijú num confronto em que os três foram humilhados pelo imbatível Fazenda em uma luta de navalhas e golpes detalhadamente descrita pelo autor. Após derrubar os dois parceiros de Lagalhé, Fazenda “fez três entradas falsas, a fim de o atrair a si, no que ele caiu descobrindo o ventre, no qual levou um formidável pontapé”, deixando Lagalhé “torcendo de dores” e completamente “fora de combate”.<sup>248</sup>

Entretanto, essa fonte contrapõe a narrativa do periódico *A Reforma* em um aspecto central: segundo Plácido de Abreu, os três capoeiras mencionados no romance eram da malta de Santa Rita e não da Glória. Isso é de suma importância quando analisamos a divisão territorial que marcou a relação entre as maltas de capoeiras na segunda metade do século XIX. Desse modo, para compreender a forma como a Flor da Gente atuava nos processos eleitorais e porque ela foi tão visada pelos periódicos, é necessário analisar a relação de

<sup>246</sup> *Gazeta de Notícias* n. 172, 20 de junho de 1884.

<sup>247</sup> ABREU, op. cit.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 22.

aliança e rivalidade que ela construiu com outras maltas da cidade. Lagalhé, ou mesmo João Maximiano da Cruz, pode nos indicar o caminho.

### 3.3 A Flor da Gente entre Nagoas e Guaiamus

Ainda no que diz respeito aos registros envolvendo Lagalhé, é intrigante que nem o assassinato na rua do Peixe,<sup>249</sup> nem as detenções narradas na imprensa — por jogo da vermelhinha no Campo da Aclamação,<sup>250</sup> em 1876, e na rua da Saúde,<sup>251</sup> em 1875 — foram nas proximidades da Glória. Embora próximas da freguesia de Santa Rita, o que reforça a narrativa de Abreu, as ocorrências foram mais precisamente na freguesia de Santana. Isso importa, pois, de acordo com o próprio Abreu, as maltas estavam divididas em dois grandes grupos:

**Guaiamu** é o capoeira que pertence aos seguintes partidos: S. Francisco (grande centro, do qual foi chefe o célebre Leandro Bonaparte), Santa Rita, Ouro Preto, Marinha, S. Domingos de Gusmão, além de outros pequenos bandos agregados a estes. A denominação que tem estes grupos é casa ou província e a cor porque são conhecidos, é a vermelha. **Nagoa** é o capoeira que pertence aos seguintes partidos: Santa Luzia (centro do qual foi chefe Manduca da Praia), S. José, Lapa, Sant'ana, Moura, Bolinha de Prata, além de outros grupos menores filiados àqueles. A cor porque são conhecidos é a branca.<sup>252</sup>

Chama atenção que Abreu, porém, não cita a Flor da Gente. Além disso, ele não deixa explícito desde quando essa divisão entre Nagoas e Guaiamus existia. O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, em sua análise sobre a formação das maltas, dá bastante destaque para essa divisão e afirma que ela já estava consolidada no início dos anos 1870. Analisando as maltas citadas, Soares observa uma tendência espacial na divisão, afirmando que, enquanto a área central da cidade era dominada pelos Guaiamus, o outro grupo controlava as bordas da Corte, a cidade nova.

Nessa configuração, os capoeiras da Glória eram Nagoas e os de Santa Rita, Guaiamus. Soares demonstra uma rivalidade particular entre as maltas dessas regiões, descrevendo confrontos entre esses capoeiras e a forma como estavam inseridos em rituais de conflito.<sup>253</sup> Apesar de poucas evidências de que as maltas já estavam rachadas entre esses dois grupos maiores, é justamente por meio da análise dos conflitos entre as maltas da Glória e de Santa Rita que Soares argumenta que a divisão entre Nagoas e Guaiamus descrita por Abreu

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> Diário do Rio de Janeiro, n.º 135, 1876.

<sup>251</sup> Jornal do Commercio, n.º 337, 1875.

<sup>252</sup> Abreu, op. cit. 1886, p. grifo nosso.

<sup>253</sup> SOARES, op. cit. 1994, p. 61

já estava consolidada bem antes da escrita do livro. Assim, para entender o papel da Flor da Gente nessa lógica da capoeiragem carioca, devemos analisar esses conflitos.

Um dos primeiros indícios da existência dos nagoas e guaiamus é um caso em que os capoeiras da Glória foram chamados de “nagôs” na imprensa. Trata-se de uma notícia sobre o confronto que resultou no assassinato de Pinta Preta, suposto chefe da Glória. Tal assassinato é citado na introdução do livro de Plácido de Abreu, que o insere em uma sequência de represálias entre uma malta e outra que geraram um ciclo de violência, o qual, de acordo com ele, se manteve até os dias da escrita do livro, ou seja, meados da década de 1880. Os detalhes desse combate foram descritos pelo *Diário do Rio de Janeiro* dois anos depois da ocorrência, quando a 1ª delegacia de polícia averiguou “completamente (...) como se deu aquela morte”:

Na noite de seis para sete de janeiro de 1870, saindo a passeio uma Sociedade de Reis, dirigida por um Reginaldo de Tal, foi agredida pelos capoeiras da Glória, capitaneados pelo Pinta Preta, ficando ferido o menor do Arsenal de Marinha Eduardo Felício, que tocava pistom, acompanhando aquela sociedade. No dia seguinte, Manuel Maria Trindade, vulgo Manduca Tambor, ou Manduca Trindade, Antônio Pereira da Silva, vulgo Antonico Moleque ou Antonico Capitão, Prudêncio José Ferreira, José da Silva Balão e outros, concertavam tomar um desforço dos capoeiras da Glória, considerando aquele ferimento um insulto à sociedade da qual eles faziam parte.

À noite, acompanhando a mesma sociedade, tiveram aviso de que o Pinta Preta e os nagôs (capoeiras da Glória) estavam na rua da Alfândega: para ali correram disfarçados, deram-lhe algumas cacetadas, e quando ele caiu, Trindade fez-lhe o ferimento. Trindade e os seus apitaram de modo que, quando veio a polícia, figuravam eles como vítimas dos nagôs e serviram de auxiliares em algumas prisões que foram feitas de capoeiras da Glória. No dia seguinte foi preso João Maria da Silva Seabra, conhecido por dr. Cereja, por estar com uma faca, gabando-se de que com ela tinha sido ferido o Pinta Preta. Respondeu a júri, e foi absolvido.<sup>254</sup>

Assim como analisou Soares, essa notícia demonstra a inserção dos conflitos numa lógica de tradições e disputas de territórios. Em suma, Pinta Preta havia ferido um menor do Arsenal da Marinha tocador de pistom e Manduca Tambor teria matado Pinta Preta como vingança. Sobre este não encontramos nada além de notícias sobre a sua morte, o que nos faz suspeitar se realmente era um dos líderes da malta, pois geralmente os chefes apresentam uma longa ficha de detenções e menções na imprensa. O assassino de Pinta Preta, nessa linha, parece ter sido mais conhecido.

Manoel Maria da Trindade foi detido por capoeira em 1862.<sup>255</sup> Ele estava na companhia, entre outros, do português Candido José de Oliveira, morador da freguesia do Sacramento. No ano seguinte, apareceu entre os fiscais eleitorais da freguesia de Santa Rita, o

<sup>254</sup> *Diário do Rio de Janeiro* nº 51, 02 de fev. de 1872.

<sup>255</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 1862, nº 76.

que sugere que ele fosse daquela área.<sup>256</sup> Em 1870, ele aparece como integrante do batalhão de artilharia da Guarda Nacional, no qual foi membro de uma “das bandas de tambores” da “execução da cantada marcial”, parte dos desfiles que ocorreram na Corte em celebração do fim da Guerra do Paraguai.<sup>257</sup> Por isso era conhecido como Manduca Tambor. E foi naquele ano que teria se envolvido na morte de Pinta Preta.

Soares argumenta que esse confronto se inseriu num rearranjo das maltas de capoeiras com o retorno de muitos que haviam sido recrutados para a Guerra do Paraguai. Recém chegados de anos de batalha, esses personagens tinham que encontrar seu espaço na cidade e na dinâmica da capoeiragem, o que gerou uma onda de conflitos largamente denunciada na imprensa. Esse pode ser o caso de Manduca da Tambor, que fez uma demonstração de força e valentia ao enfrentar a malta da Glória.

No entanto, as consequências de enfrentar uma malta ligada a figuras poderosas da política imperial viriam nos anos seguintes. Em janeiro de 1872, Manduca Tambor foi “remetido para o sul, como praça do 3º batalhão (...) injustamente recrutado”. Sua irmã apelou aos jornais, afirmando que

partiu, apesar de ser bom cidadão, pronto e prestimoso guarda nacional excelente irmão, meu único arrimo, conforme provarei, e o Sr. ministro da guerra sabe por documentos que lhe foram apresentados; partiu, apesar estarem em mãos de S. Ex. duas petições pedindo a exoneração do serviço por meio da substituição ou do resgate, na forma da lei.<sup>258</sup>

Desse modo, a família ainda tentou salvá-lo do recrutamento por meio de substituição, provavelmente oferecendo uma pessoa escravizada em seu lugar, ou de resgate, pagando uma espécie de indenização ao Estado. Ao longo de meses, seus parentes e amigos se mobilizaram na imprensa com esse propósito, mas sem sucesso. Curiosamente, naquele mesmo ano, o nome de Manoel Maria da Trindade apareceu como morador da freguesia de São Cristóvão numa lista de guardas nacionais que, de acordo com o jornal *A Reforma*, foram indevidamente qualificados como votantes da freguesia da Glória por empenho do tenente-coronel comandante António José da Silva. Ainda segundo a folha liberal, “o tenente, acima mencionado, percorre a soldadesca do batalhão e vai intimando um por um a votar na chapa — Duque-Estrada — sob a pena de mandá-los para a praça!”<sup>259</sup> Acontece que, quando dessa denúncia, ele já havia sido enviado para o sul, o que demonstra uma certa falta de informação por parte do jornal liberal. De qualquer modo, tendo em vista o histórico de denúncias contra

<sup>256</sup> Jornal do commercio, 1863, n°

<sup>257</sup> Jornal do Commercio, 1870 n° 243.

<sup>258</sup> Jornal do Commercio, 1872, n° 34

<sup>259</sup> A Reforma, 1872, n° 186, p.3

Duque-Estrada desde 1868, não é muito difícil que ele estivesse envolvido no recrutamento de Manduca Tambor, seja como forma de vingar o assassinato de um membro da malta da Glória ou simplesmente fazer valer uma ameaça eleitoral.

O uso do termo “nagôs” para se referir aos capoeiras da Glória não pode ser ignorado. Ainda que não fosse necessariamente uma referência à grande malta dos nagoas, o uso do termo nagô indica uma proximidade com a tradição africana. A partir dos dados analisados na pesquisa, Soares argumenta que “nagoa teria relação com africanos e baianos, seguidores da religião dos orixás, ou pelo menos próximos”. Já em relação aos guaiamuns, “seria uma tradição nativa, ‘crioula’, natural da terra, ligada aos escravos nascidos no Brasil”. Conforme vimos, o chefe da malta, Augusto César, foi detido na companhia de Januário, um preto mina, e mais dois escravos em uma casa de zungú. A referência aos capoeiras da Glória como nagôs é mais um indicativo da relevância da africanidade daquele bando e um indício que a malta da Glória era predominantemente formada por homens negros, como também sugere a caricatura de Duque-Estrada rodeado pelos capoeiras da Glória.

Também é possível observar sinais de rivalidade entre as maltas nas eleições de 1872 que se encaixam na divisão de freguesias sugerida por Plácido de Abreu. Soares afirma que isso seria uma evidência da dimensão política que essa divisão entre nagoas e guaiamus assumiu. Além disso, há indícios que essa rivalidade, no início da década de 1870, tenha tomado um caráter étnico.

Nas “Publicações a Pedido” do *Jornal do Commercio*, foi possível encontrar algumas denúncias de maltas atuando em favor dos liberais. Primeiro, é preciso notar que essas publicações vinham como uma espécie de resposta aos ataques feitos por jornais liberais, especialmente o *A Reforma*. Impresso no dia 19 de agosto, segundo dia da eleição, um dos textos da principal folha em circulação naquele período afirmava que os conservadores não eram responsáveis pela violência eleitoral, e sim os liberais. Intitulada “abaixo as máscaras”, a publicação afirma que “*A Reforma* é quem açula seus capangas das paróquias (...) com o fim manifesto de inutilizar o triunfo de seus adversários”.<sup>260</sup> Outra publicação da mesma página denuncia a atuação de capangas a mando do partido liberal.

Ontem correu o sangue brasileiro nesta freguezia, derramado por trinta Portugueses capitaneados por um liberal muito conhecido cujo nome não declinamos em atenção um dos chefes desse Partido que publicamente declarou protestar contra o modo pelo qual seus correligionários procederam nesta eleição, levando à cacete e à navalha seus patrícios nesta freguezia.<sup>261</sup>

<sup>260</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de agosto de 1872, abaixo as máscaras, A opinião.

<sup>261</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de agosto de 1872, S. Cristóvão,

Por conseguinte, o texto reclama que dezenas de portugueses a mando de um liberal conhecido, mas não revelado, eram responsáveis pelo derramamento de sangue na freguesia de S. Cristóvão. Chama atenção a quantidade, um tanto exagerada, de estrangeiros que estariam atuando como capangas. O fenômeno da imigração, principalmente de homens pobres, fez com que os imigrantes tivessem uma experiência próxima da população negra da Corte, conforme argumenta Lená Medeiro de Menezes:

Com grande expressão nas áreas que circundavam o espaço central, na zona portuária e nos subúrbios, estrangeiros despossuídos partilharam, com nacionais negros e mulatos, formas materiais de existência muito próximas, marcadas pela pobreza e por dificuldades de toda ordem, onde a miséria e o crime estabeleciam uma dialética perversa. A tudo isto acrescentou-se o difícil papel de serem hóspedes numa terra que não lhes pertencia.<sup>262</sup>

A inserção dos imigrantes nas maltas de capoeiras se intensifica largamente na segunda metade do séc. XIX. Soares argumenta que a capacidade das maltas de proporcionarem ajuda mútua serviu para esses estrangeiros recém-chegados na Corte se adaptarem. O autor também demonstra como eles trouxeram uma tradição própria de conflitos de ruas, especialmente os fadistas portugueses.<sup>263</sup> Assim, o envolvimento desses bandos de estrangeiros no processo eleitoral de 1872 demonstra como eles impactaram a dinâmica das ruas cariocas.

Os jornais sugerem um número expressivo de portugueses numa mesma malta, mantendo uma certa unidade a partir da identidade lusitana. Essa unidade pode ser uma estratégia de se proteger da xenofobia enfrentada nas ruas pelos nacionais. Há indícios de uma rivalidade entre os fadistas portugueses e os capoeiras negros da Glória. Em caricatura publicada nas páginas da revista *O Mosquito*, Angelo Agostini desenhou dois “tipos de alguns membros do povo soberano”. À direita da imagem, segurando de maneira ameaçadora uma faca, temos o temido capoeira, enquanto, à esquerda, com um longo porrete de baixo do braço, o imigrante. O personagem negro, com chapeuzinho caído de lado, cavanhaque, fumo na boca, lenço no pescoço e paletó folgado no corpo magro constitui o estereótipo dos capoeiras na revistas ilustradas. Com uma espécie de chapéu mais alto, barbudo e calças surradas, o personagem branco também é representado como parte da ralé do povo, mas o caricaturista sugere que eram de “tipos” diferentes. Portanto, esse era o estereótipo do imigrante português.

<sup>262</sup> MENEZES, Lena Medeiros de. Indesejáveis: desclassificados da modernidade; protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 85-86.

<sup>263</sup> SOARES, 1994, op. cit. cap. Dos Fadistas e Galegos: portugueses na capoeira.





Figura 22 - Tipos do povo soberano

Fonte: O Mosquito nº 154, 24 de agosto de 1872.

Legenda: Tipos de alguns membros do povo soberano.

A encarada dos dois personagens transmite uma certa tensão, especialmente por parte do capoeira, que encosta o dedo na ponta da faca de forma um tanto ameaçadora. A cena lembra a encarada entre o imigrante Jerônimo e o malandro Firmo descrita por Aluísio de Azevedo no romance *O Cortiço*: “Firmo, de um salto, aprumou-se então defronte dele, medindo-o de alto a baixo com um olhar provocador e atrevido. Jeronymo, também posto de pé, respondeu altivo com um gesto igual.”<sup>264</sup> O romance de Azevedo, embora já citado diversas vezes pela historiografia da capoeira, merece ser novamente mencionado, pois preenche algumas lacunas da nossa análise. A própria história de Jerônimo, apesar de marcada pela interpretação naturalista de Azevedo, demonstra como era complexa a inserção dos imigrantes no contexto urbano do Rio de Janeiro. Vindo com a esposa e uma filha de Viseu, uma cidade rural do interior de Portugal, ele tentou a vida no Brasil como colono de um fazendeiro, mas logo teve as perspectivas frustradas pela realidade da lavoura, onde trabalhava com homens escravizados sem nenhuma perspectiva de futuro. Decidiu tentar a sorte na Corte, trabalhando em uma pedreira, enquanto Piedade, sua mulher, trabalhava como lavadeira. No início, o esforço conjunto era suficiente apenas para o aluguel e não passar fome. Graças a sua perseverança, força, “grande seriedade do seu caráter e a pureza austera dos seus costumes” conquistou o respeito dos colegas, sendo promovido a contramestre em

<sup>264</sup> AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, p. 178.

questão de dois anos.<sup>265</sup> Porém, a ambientação no cortiço, marcada pelo calor tropical, pela sensualidade de Rita Baiana e pela descontração dos moradores, acaba transformando sua identidade. A influência do meio é tão forte que ele se afasta de suas raízes portuguesas, incluindo sua relação com Piedade, sua esposa. No entanto, Rita estava enrolada com ninguém menos que Firmo, um capoeira temido, minuciosamente caricaturado pela escrita de Azevedo:

Firmo, o atual amante de Rita Baiana, era um mulato pachola, delgado de corpo e ágil como um cabrito; capadocio de marca, pernóstico, só de maçadas, e todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira. Tera seus trinta e tantos anos, mas não parecia ter mais de vinte e poucos. Pernas e braços finos, pescoço estreito, porém forte; não tinha músculos, tinha nervos. A respeito de barba, nada mais que um bigodinho crespo, petulante, onde reluzia cheirosa a brilhantina do barbeiro; grande cabeleira encaracolada, negra e bem negra, dividida ao meio da cabeça, escondendo parte da testa e estufando em grande gaforina por debaixo da aba do chapéu de palha, que, elle punha de banda, derreado sobre a orelha esquerda. Vestia, como de costume, um paletó de lustrina preta já bastante usado, calças apertadas nos joelhos, mas tão largas na bainha que lhe engoliam os pezinhos secos e ligeiros. Não trazia gravata, nem colete, sim uma camisa de chila nova e ao pescoço, resguardando o colarinho, um lenço alvo e perfumado; á bocca um enorme charuto de dois vinténs e na mão um grosso porrete de Petrópolis, que nunca sossegava, tantas voltas que dava ele a um tempo por entre os dedos magros e nervosos.<sup>266</sup>

Habilidoso no trato das palavras, Azevedo cria uma imagem vívida, um tipo de caricatura, na qual a aparência e roupas do capoeira podem ser quase que visualizadas nos mínimos detalhes, como se estivesse com o lápis na mão. Ele mesmo teria afirmado que pintava mentalmente ao escrever e, como vimos, chegou a se aventurar com o lápis, talento menos conhecido que o de escritor.<sup>267</sup> Desse modo, a experiência de Azevedo como caricaturista pode ter proporcionado familiaridade com a representação do estereótipo do capoeira, incorporados de maneira primorosa na escrita de sua clássica obra.

Por mais que nessa descrição feita no início do romance o capoeira tenha sido citado portando um porrete, no confronto com Jerônimo, é o português quem se demonstra habilidoso com aquela arma, assim como sugere a imagem. Após a encarada, os dois partem para o confronto direto e quem assume a vantagem é o capoeira.

Jeronymo, esbravecido pelo insulto, cresceu para o adversário com um soco armado; o cabra, porém, deixou-se cair de costas, rapidamente, firmando-se nas mãos o corpo suspenso, a perna direita levantada; e o soco passou por cima, varando o espaço, enquanto o português apanhava no ventre um, pontapé inesperado.  
— Canalha berrou possesso; e ia precipitar-se em cheio sobre o mulato, quando uma cabeçada o atirou no chão.' (...)

<sup>265</sup> O Cortiço, op. cit. p. 91.

<sup>266</sup> Ibidem.

<sup>267</sup> Marilda Lopes Pinheiro Queluz. Humor e política nas caricaturas de Aluísio Azevedo. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 134 - 153. maio/ago. 2016.

O outro ergueu-se logo e, mal se tinha equilibrado, já uma rasteira o tombava para a direita, enquanto da esquerda ele recebia uma tapon na orelha. Furioso, desferiu novo soco, mas o capoeira deu para trás um salto de gato e o português sentiu um pontapé nos queixos.<sup>268</sup>

Essa narrativa de Azevedo demonstra como a habilidade e a valentia do capoeira deram superioridade na luta. O pontapé, a cabeçada e a rasteira aparecem como movimentos característicos da capoeira. Mas o português não ficou por muito tempo em desvantagem, pois logo armou-se de um “varapau minhoto” e deferiu uma cacetada em Firmo.

Agora a luta era regular: havia igualdade de partidos, porque o cavouqueiro jogava o pau admiravelmente; jogava-o tão bem quanto o outro jogava a sua capoeiragem. Embalde Firmo tentava alcançá-lo; Jeronymo, sopesando ao meio a grossa vara na mão direita, girava-a com tal perícia e ligeireza em torno do corpo, que parecia empastilhado por uma teia impenetrável e sibilante. Não se lhe via a arma, só se ouvia um zunido do ar simultaneamente cortado em todas as direções.<sup>269</sup>

Tamanha técnica do imigrante com o porrete é o principal fator que o aproxima da caricatura de Agostini. As duas descrições sugerem que era uma característica de alguns imigrantes a capacidade de usar essa arma das ruas. Por outro lado, o capoeira utiliza a sua famosa navalha, que permite encerrar o combate. Apesar de ensanguentado pelas diversas cacetadas que recebeu de Jerônimo, Firmo consegue investir com o ferro contra o ventre do adversário, encerrando a luta de maneira trágica. Tanto a caricatura quanto o romance permitem imaginar como esses conflitos entre os malandros cariocas e os imigrantes portugueses poderiam ocorrer. Entretanto, as duas fontes apontam uma diferenciação muito clara entre os dois tipos.

Voltando aos textos publicados no *Jornal do Commercio* sobre os portugueses atuando por liberais nas eleições de 1872, revela-se o nome de alguns integrantes e da própria malta:

Essa Capangagem portuguesa vinha capitaneada em caminho por um célebre português José Antonio, por alcunha *Coruja*, chefe da *malta intitulada marinha*, que foi preso em caminho, segundo nos consta, pela polícia, onde já tem ele, além de vários processos, termo de bem viver assinado. Achava-se com eles o conhecido capoeira Bijú.<sup>270</sup>

É interessante observar que a Marinha, que nesse trecho é apontada como responsável por tumultuar a votação naquela freguesia e ferir diversos votantes conservadores, foi uma das maltas citadas por Abreu como integrante dos Guaiamus. De acordo com a notícia, o chefe da malta era um capoeira apelidado de Coruja, que estava acompanhado de outro chamado Bijú. Trata-se dos dois companheiros de Lagalhê no romance de Abreu, que afirma que esses três

<sup>268</sup> AZEVEDO, O cortiço, op. cit. p. 179.

<sup>269</sup> Ibidem.

<sup>270</sup> Jornal do Commercio, nº 231, 1872.

capoeiras integravam a malta de Santa Rita. Pelo nome da malta, conhecida como Marinha, infere-se que o reduto desses capoeiras era o Arsenal da Marinha, na ponta nordeste da cidade, próximo do cais do Pharoux.

Aquela era uma região portuária com alta densidade demográfica. Mesmo sendo a segunda menor freguesia em tamanho, Santa Rita era a segunda mais populosa da Corte, com 34.535 habitantes, perdendo apenas para Santana, outra freguesia portuária, a qual abrigava 38.903 habitantes de acordo com o censo de 1872.<sup>271</sup> Essa área portuária, que concentrou uma parcela significativa de pessoas escravizadas até meados do século XIX, passou a receber um número expressivo de imigrantes, principalmente portugueses. Tendo em vista os limites para o crescimento populacional na região portuária, pois já era uma região urbana densa, a chegada desses imigrantes provavelmente elevou o custo de vida na região, fazendo com que muitos homens negros livres e libertos se mudassem para outras freguesias, como S. Cristóvão e a Glória. Esse é o caso, por exemplo, de alguns dos capoeiras da Flor da Gente, como Basílio, homem negro, filho de uma escravizada ou liberta, que morava e trabalhava como caixeiro na área portuária de Santana, mas que se mudou para Glória em algum momento da década de 1860.

Assim, o texto que cita os nomes de Bijú e Coruja como integrantes da Marinha, malta de Santa Rita, reforça a acurácia da narrativa de Abreu, na qual estes e Lagalhé eram integrantes da malta de Santa Rita, e não da Glória como afirmou o *A Reforma*. José Antonio dos Santos, vulgo Coruja, 28 anos, branco, português de Guimarães, pescador, morador da Rua do Hospício, que atravessa a freguesia do Sacramento, foi detido, em 1877, por quebra de termo. Estava vestido com camisa branca, calça escura, paletó de casemira de cor e chapéu baixo preto. Descrito pelos jornais como “vagabundo, desordeiro e *capoeira*”, ele passou pela detenção diversas vezes.<sup>272</sup> Em uma dessas estava acompanhado de Antonio Moreira Soares, vulgo Sarolla, Seraphin Gonçalves Franco, vulgo Trouxa, José Rodrigues Alves, vulgo Visconde, José Pinto de Almeida e J. Maria da Silva Peixoto, todos portugueses, segundo registros de detenção.<sup>273</sup> Portanto, assim como apontou a denúncia no “A Pedidos”, Coruja era considerado capoeira pela imprensa e andava na companhia de portugueses, muitas vezes denominados capoeiras também.

Em 1871, Coruja foi preso por capoeira com outro português chamado Augusto de Souza, conhecido nas ruas como Bijú. De acordo com a ficha de outra detenção do mesmo

<sup>271</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral De Estatística. Censos de 1872.

<sup>272</sup> Diário do Rio de Janeiro, 1878, nº 200. Grifo nosso.

<sup>273</sup> Casa de detenção, livro 4052, nº. 125, 1118, 718.

ano, Bijú tinha 21 anos, cor branca, nascido na ilha de Madeira e ocupação de pintor. Nessa ocasião foi preso por ofensas físicas, capoeiragem e desordem. Vestia camisa de riscado encarnada, gravata preta, calça e colete de casimira amarela, paletó preto e chapéu pardo com abas pretas.<sup>274</sup> Bijú foi um dos capoeiras mais célebres do final do século XIX, com dezenas de menções nos jornais entre 1870 e 1886. Assim, como Lagalhé, embora Abreu afirme que ele integrasse a malta de Santa Rita, três documentos da detenção apontam sua moradia entre 1870 e 1871 como a Rua da Gamboa, na freguesia de Santana. Essa informação embaralha um pouco as coisas. Como temos visto, o local de moradia nem sempre bate com a malta defendida pelo capoeira. Isso parece ocorrer particularmente com a freguesia de Santana. Muitos dos capoeiras citados aqui tinham morada naquela área, mas eram ditos leais a outras maltas. O local de trabalho talvez fosse mais determinante.

Entretanto, Bijú era tão célebre que sua lealdade seria disputada pelos periódicos nas eleições de 1872. Após as publicações “a pedido” que afirmavam que Bijú era o chefe da malta de portugueses que agredia conservadores, o periódico *A Reforma* publicou um longo texto ironizando essa acusação.<sup>275</sup> O texto afirma que Bijú era capanga do partido da situação e por isso não era preso pelos policiais. Em outra notícia publicada no mesmo jornal, Bijú era acusado de substituir dois maços de cinquenta cédulas de votos da mesa eleitoral da freguesia de Sacramento. De acordo com a notícia, o juiz de paz teria tirado os maços da urna e colocado na mesa, quando Bijú os substituiu “fazendo um rápido movimento com ambos os braços”.<sup>276</sup>

Desse modo, tudo indica que os capoeiras eram utilizados como capangas pelos dois partidos, mas ninguém queria assumir. Nesse sentido, é difícil afirmar a qual malta João Maximiano da Cruz pertenceu. As informações analisadas reforçam mais a tese de Plácido de Abreu de que ele fazia parte de uma das maltas da freguesia de Santa Rita, que, como vimos, seria a Marinha, um grupo predominantemente formado por portugueses no início da década de 1870. João Maximiano partilhava as ruas com portugueses e ao menos uma de suas testemunhas na apelação era de origem lusa. De qualquer forma, também não seria impossível que Lagalhé fosse um vira-casaca. O fato de ser um brasileiro branco permitia que pudesse transitar melhor entre duas maltas com características étnicas diferentes. Assim, as duas versões podem coexistir.

---

<sup>274</sup> Casa de detenção, livro 4052, nº 7795.

<sup>275</sup> *A Reforma*, 1873, nº 65.

<sup>276</sup> *A Reforma*, 1872, nº 212.

Conforme proposto por Sidney Chalhoub em relação a análise de processos judiciais, o objetivo não é revelar “o que realmente se passou”, ainda que isso seja possível em algumas situações, mas “tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso.”<sup>277</sup> Desse modo, mesmo que não seja possível bater o martelo se Lagalhé fez parte da malta da Glória, a sugestão disso por um periódico demonstra que não seria algo totalmente improvável. Mesmo que possamos perceber uma tradição negra na Flor da Gente, como sugerem muitas caricaturas que destacam a presença negra, a segunda parte da caricatura que abriu este capítulo demonstra como as flores também poderiam ser brancas.

### 3.4 - Ignacinho e o jogo político nas eleições sangrentas

Ignácio João Dias, 19 anos, brasileiro, carroceiro, morador da rua de São Diogo na freguesia de Santana, por ser vagabundo e desordeiro, foi preso em 1868 e descrito como branco pela pena do escrivão da polícia.<sup>278</sup> Durante as eleições na igreja Matriz da Nossa Senhora da Glória, ele protagonizou uma das cenas mais emblemáticas daquele processo.

Ao transpor a entrada principal, dois permanentes a ele se dirigiram para revistá-lo. O bravo tentou resistir, e apresentando-se o Dr. delegado, injuriou-o com palavras e gestos obscenos, o que motivou a prisão. O Sr. Duque-Estrada, apoiado na capangada que o seguiu vociferando em altas vozes, intimou ao Dr. delegado para revogar a ordem de prisão, mas insistindo o Sr. Cesário de Mello em mantê-la, contentou-se com a promessa de que o seu peito largo seria logo depois solto, salvando-se apenas as aparências, e voltou para a mesa.<sup>279</sup>

Esse episódio ocorreu após o Chefe de Polícia tomar algumas atitudes para reduzir a violência. De acordo com *A Reforma*, Ludgero teria encarregado o 2º delegado Cesário de Mello para garantir que “todas as pessoas suspeitas” fossem revistadas antes de entrar na igreja da Glória. Entretanto, Ignacinho, praça da cavalaria, não aceitou a ordem policial, resistindo a ponto de demandar a intervenção de Duque-Estrada, que não pode impedir a prisão, mas garantiu a liberdade após a medida para manter as aparências.

Ludgero Gonçalves da Silva foi um dos que por mais tempo permaneceu na chefatura da polícia. Escolhido pelo gabinete de Rio Branco, “tomou posse com a missão de restabelecer a autoridade do governo”.<sup>280</sup> Entretanto, ele estabeleceu uma relação complexa com os capoeiras. O historiador que mais detalhadamente analisou a relação entre o chefe de

<sup>277</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 40.

<sup>278</sup> Casa de Detenção livro 4846, nº 615.

<sup>279</sup> A Reforma nº 189, 21 de agosto de 1872

<sup>280</sup> SOARES, op. cit. 1994, p. 264

polícia e os capoeiras argumenta que Ludgero recrutou diversos desses valentões das ruas para utilizá-los como braço armado durante as eleições. Portanto, para Soares, a atuação da Flor da Gente nas eleições de 1872 foi uma estratégia coordenada do partido, que contou com a colaboração do chefe de polícia. Tal argumento está em linha tanto com as publicações do jornal *A Reforma*, que criticavam duramente esse suposto conchavo, como com as caricaturas de Faria que ilustram o colaboracionismo do chefe de polícia com o patrono dos capoeiras. Porém, como evidência dessa sintonia entre Ludgero e Duque-Estrada, Soares cita dois chefes da malta da Glória presos no início do ano e que atuaram nas eleições de agosto, Manduca Tambor e Ignacinho. De acordo com o autor

A participação nos conflitos políticos de agosto, dos capoeiras presos pelo governo em janeiro-fevereiro, indicava um novo patamar nas relações entre o *bas fond*, como era elegantemente chamada a marginalidade urbana, e o aparato político-policial do Estado. Iniciavam-se longos anos de simbiose e cumplicidade entre a estrutura política e as classes perigosas, e o intermediário desta troca era a instituição policial.<sup>281</sup>

No entanto, não há indícios de que Manduca Tambor tenha atuado nas eleições de 1872. O capoeira, conhecido por seu envolvimento no assassinato de Pinta Preta, é citado no jornal *A Reforma* entre os nomes de guardas indevidamente nomeados, com a publicação de seus locais de moradia como evidência de que não pertenciam à freguesia da Glória.<sup>282</sup> Ele também aparece na lista de indivíduos “impossibilitados de comparecer nas eleições, uns por que andam foragidos, outros porque se acham presos e alguns por estão sendo processados por crimes inafiançáveis”.<sup>283</sup> Não sabemos qual desses casos era o de Manduca, apenas que ele havia sido recrutado para o sul e sua família vinha lutando contra essa medida considerada autoritária.

Já em relação a Ignacinho, o caso na igreja da Glória indica que tenha atuado como capanga nas eleições como protegido de Duque-Estrada. O periódico reformista não foi o único que abordou o incidente na imprensa, pois no *Jornal do Commercio* também relatou que “um indivíduo de cor preta tratou mal o praça que o revistava fora da igreja por trazer arma de defesa”.<sup>284</sup> Assim como na outra notícia, nesta há a afirmação de que o juiz de paz saiu em defesa do homem detido. Porém, uma divergência chama atenção: a cor do homem. Em sua ficha de prisão de 1868, Ignácio João Dias é descrito como branco e não como preto, como aponta o jornal. Este poderia ser um indicativo de que fosse outra pessoa e não Ignácio

<sup>281</sup> Ibidem. p. 269.

<sup>282</sup> A Reforma n° 176, 6 de agosto de 1872.

<sup>283</sup> A Reforma n° 186, 18 de agosto de 1872, p. 3.

<sup>284</sup> Jornal do Commercio n. 134, 22 de agos. de 1872, p 3.

a ser barrado na porta da igreja. Entretanto, “Ignácio João Dias, vulgo Ignacinho, celebre capoeira e desordeiro, praça do 1º regimento de cavalaria ligeira”, foi descrito como “pardo” em 1873 após ser preso por emboscar e assassinar com uma facada nas costas um sargento reformado do exército. Assim, como a divergência nos marcadores raciais não era algo incomum, tudo indica que o capoeira Ignácio era negro de cor de pele clara e foi barrado e preso na Igreja Matriz da Glória.

Entretanto, será que ele foi recrutado pelo chefe de polícia para atuar em favor dos conservadores como afirma Soares? A numerosa quantidade de vezes que foi preso e solto, além de ter sido recrutado pelo regimento de cavalaria, indicam um laço com a instituição policial. Porém, as detenções começam muito antes da nomeação de Ludgero, sendo a mais remota em 1864.<sup>285</sup> Em fevereiro de 1872, foi feito um apelo nas páginas do *Diário de Notícias* diretamente “ao Sr. chefe de polícia” para que o “célebre e afamado capoeira de Santanna” fosse enviado para outra província.<sup>286</sup> Sabe-se que foi recrutado para o exército, porém logo desertou e se tornou procurado.<sup>287</sup> A forma como ele conseguiu a liberdade tantas vezes depois de repetidos crimes reforça a tese de que era protegido por alguém poderoso, mas nada indica que era o chefe de polícia.

O resultado da eleição de 1872 foi revelado em setembro daquele ano. A vitória de Duque-Estrada e Isidro Monteiro do município neutro foi declarada como uma “derrota do governo”, pois eram “dois membros da dissidência e que votaram contra o Sr. Rio Branco”. Portanto, os liberais que durante as eleições afirmavam que a atuação dos capoeiras aliados ao deputado da Glória era orquestrada pelo governo Rio Branco, agora voltavam atrás para tentar convencer que a vitória de Duque-Estrada era uma derrota do Gabinete. Dessa forma, fica patente como as notícias veiculadas pela folha do partido liberal e largamente utilizadas pela historiografia, precisam ser lidas de maneira crítica. Essa leitura de que os conservadores estariam unidos no processo eleitoral e que o uso dos capoeiras era um recurso institucionalizado do partido é parte do argumento político dos liberais. O mesmo argumento, como observaram Balaban e D’ell Orto, é explícito no romance ilustrado de Nhô-Quim, no qual acusa-se o deputado de fazer um conchavo com o chefe de polícia da Corte, que nesse sentido também não estaria alinhado com o Gabinete Rio Branco. Assim como apontam os historiadores, “acreditar na retórica dos artistas é operação arriscada, que tende a fazer do

---

<sup>285</sup> Em 1867, foi acusado de ferimento grave, mas condenado a ferimento leve pelo júri; *Diário do Rio de Janeiro* n° 123, 1864; n° 333, 1867,.

<sup>286</sup> *Diário do Rio* n° 48, 1872.

<sup>287</sup> *Diário do Rio de Janeiro* n° 107, 1872.



ponto de vista deles verdade inquestionável”.<sup>288</sup> Portanto, a ideia de que “ambos do partido conservador, estariam atuando em comum acordo, visando interferir nas eleições por meio da violência” precisa ser questionada.<sup>289</sup>

Uma caricatura do próprio Faria, publicada em fevereiro 1873, é um indício de rusga entre o chefe de polícia e Duque-Estrada. Além das roupas características e bem arrumadas dos dois personagens à frente, a cor preta da pele e o porte de navalhas, o artista destaca o riso e a expressão um tanto perversa de alguns homens. A distribuição dos personagens também é curiosa. O político, no centro da imagem, está acima dos capoeiras, reforçando a existência de uma hierarquia entre cima e baixo, centro e periferia. Como vimos, outras caricaturas apresentam configuração semelhante. A imagem se refere a um “discurso em que o ilustre deputado atacou a polícia”. Os anais da câmara dos deputados demonstram que o deputado realmente bradou contra a polícia, criticando o recrutamento, as prisões e deportações de cidadãos inocentes.

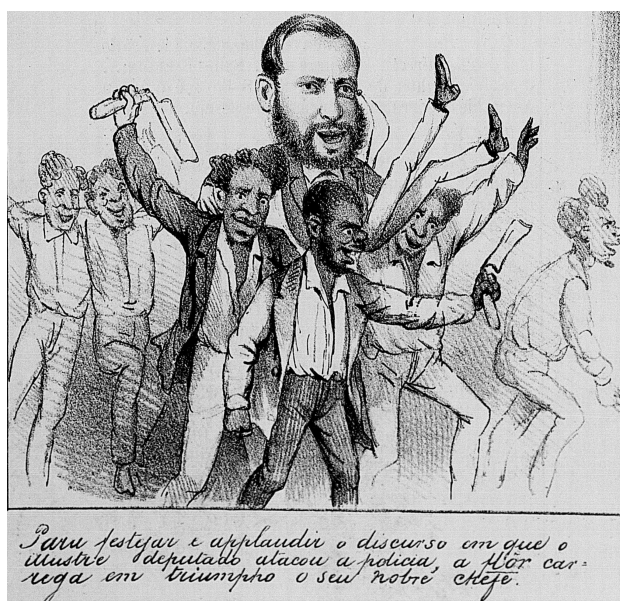


Figura 23 - A flor carregava o seu chefe

Fonte: A Vida Fluminense, n. 269, 22 de fevereiro de 1873.

Legenda: “Para festejar e discutir o discurso em que o ilustre deputado atacou a polícia, a flor da gente carrega em triunfo o seu nobre chefe.”

Em discurso de janeiro de 1873, Duque-Estrada afirma que o governo abusou da força policial para recrutar arbitrariamente indivíduos para o exército, sem respeitar os regulamentos legais. Ele acusou a polícia de perseguir seus opositores por meio do

<sup>288</sup> D’ell Orto e Balaban, 2024, p. 116

<sup>289</sup> D’ell Orto e Balaban, 2024, p. 154

recrutamento: “Durante largos meses do ano de 1872, nesta corte, a polícia [...] concentrou seus esforços no recrutamento, e o que é pior, arvorou a nova teoria de que o exército deve ser constituído não de homens aptos, mas de criminosos!”. Mais que isso, acusava a polícia de “preferir-se para os delinquentes as fileiras militares às prisões e às penitenciárias”. O deputado alerta que tal desvio de função por parte da polícia e o uso do recrutamento como punição degradam o Exército e expõem a sociedade a riscos: “Que melhor meio de policiar uma cidade do que entregar uma espada ou uma espingarda aos criminosos?” Essa política, segundo ele, minava o prestígio do Exército e degradava a autoridade moral do governo. Ele apresenta casos concretos e comoventes, como o do voluntário de guerra Angelo Manoel Vianna, que, mesmo tendo servido na Guerra do Paraguai e obtido baixa honrosa, foi recrutado à força por um guarda urbano, sob a acusação infundada de ser “turbulento”. Apesar de apelos e provas de sua isenção legal, foi enviado para o quartel. A sua mãe, gravemente enferma, morreu enquanto ele estava detido, sem que ele pudesse se despedir.<sup>290</sup>

A posição de Duque-Estrada não era nada confortável, afinal, no debate ele se vê ao lado de liberais reconhecidos como Martinho de Campos, o qual não somente reforçou o discurso do deputado conservador, como fez críticas ainda mais duras à postura da polícia da Corte. Em tom nostálgico, o liberal relembra os tempos de Eusébio de Queiróz, quando capoeiras e desordeiros supostamente não ousavam fazer aquilo que se via pelas ruas da cidade no último ano. Alternando esse saudosismo com o desgosto pelos eventos presentes, sobrou até para o Imperador, responsabilizado tanto por não estar presente no país, como, segundo Martinho, pelo desprestígio causado devido a presença dos capoeiras na Corte.<sup>291</sup> Por conseguinte, apesar de apoiar o deputado do município neutro em suas críticas às autoridades responsáveis por manter a segurança, Martinho de Campos também faz duras considerações sobre a presença de capoeiras, em especial a Flor da Gente, “e de que gente?” ecoou a pergunta de um deputado na câmara.

Com duras críticas não apenas aos ministros conservadores da pasta da justiça e da guerra, mas especialmente ao chefe de polícia da Corte, o discurso de Duque-Estrada é mais um indício de que o chefe de polícia e o deputado da Glória não estavam tão alinhados como sugeriram jornalistas liberais nas eleições de 1872. Obviamente, o discurso político pode ser considerado contraditório, pois ele certamente fez uso dessas práticas para criar uma base de apoio ativa. No entanto, não necessariamente em parceria com Ludgero. Por isso é fundamental compreender o jogo de poder disputado na eleição de 1872 e ter cuidado com as

<sup>290</sup> Anais do parlamento, 1872, tomo II, 3 de janeiro de 1873.

<sup>291</sup> SOARES, 1994, op. cit.

fontes impressas. Evidências sugerem que Duque-Estrada não contou com o apoio, ao menos o apoio pleno e incondicional, do chefe de polícia e a dissidência conservadora impactou na estratégia eleitoral. Entretanto, isso ainda precisa ser melhor explorado em pesquisas futuras.

Em suma, a análise da caricatura da “Flor da Gente” e os esforços para identificar seus membros revela a complexidade da relação entre os capoeiras, a política e a sociedade do Rio de Janeiro Imperial. A busca por indivíduos como Augusto Cesar de Lima (príncipe da Lapa), Basílio Guilherme, José Joaquim de Oliveira (Chemchem), João Maximiano da Cruz (Lagalhê) e Ignácio João Dias (Ignacinho) demonstra as dificuldades de rastrear as vidas de figuras marginais nas fontes históricas. Entretanto, o exercício comparativo com as caricaturas demonstra que apesar de mobilizadas com fins políticos e distorcidas por preconceitos diversos, há verossimilhança na composição racial, uso de roupas e espaço de aparição.

A questão dos apelidos revela uma tensão entre a visão romantizada de ocultação e a realidade de sua função como forma de identificação e busca por notoriedade. A crônica de Lélío, personagem de Machado de Assis, sugere que os capoeiras buscavam reconhecimento através da violência noticiada pela imprensa. Esse comportamento, agora em grupo, pode ser um dos motivos que torna a Flor da Gente a malta mais conhecida da década de 1870. As caricaturas sobre a malta, nesse sentido, servem ao objetivo dos capoeiras de conquistar notoriedade e se fazer temidos.

A rivalidade entre a “Flor da Gente”, possivelmente ligada aos “Nagoas”, e outras maltas, como a de Santa Rita (“Guaiamus”), aponta para divisões territoriais e possivelmente étnicas dentro do universo da capoeiragem. Demonstra que o cenário construído pelas caricaturas, com a predominância de capoeiras negros na malta, não era imprecisa, ainda que fortemente marcada por estereótipos raciais e de classe.

Por fim, a análise da participação de capoeiras como Ignacinho na eleição permite questionar interpretações que simplificam o processo de 1872 e desconsideram a complexidade das disputas políticas. Uma das grandes questões é as razões das ações dos capoeiras se as eleições eram decididas “a bico de pena”. A dissidência de Duque-Estrada do governo ajuda a compreender porque ele recorreu ao apoio dos capoeiras como estratégia de garantir sua vantagem eleitoral. Além disso, a caricatura de Faria, de 1873, aponta para o profundo envolvimento dos capoeiras na política imperial, que ia além do espaço eleitoral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 24 de agosto de 1872 Candido Aragonez de Faria desenhou o deputado conservador Duque-Estrada Teixeira apertando a mão de um homem negro aparentemente sem identidade. Com expressão mais séria que de costume, Duque-Estrada está muito bem vestido com paletó, colete e cartola pretos, os quais contrastam com a cor branca da pele. Segurando sua mão, encontra-se um personagem desenhado de maneira oposta, ou seja, vestindo roupas simples e brancas, que destacam a cor preta da pele. Chama atenção seus traços faciais exagerados, com nariz excessivamente largo e beiços inchados. A fisionomia é distorcida pela caricatura, construindo-se a uma figura inferior tanto física como moralmente. Nessa linha, o artista representou a aliança entre o deputado conservador e os capoeiras durante o período eleitoral, simbolizada pelo aperto de mão, ironizando a existência momentânea de um suposto equilíbrio entre as cores, ou as raças. Também por isso, essa aliança entre o deputado branco e o homem negro é motivo de piada e de crítica. É imperioso ressaltar, que não se trata apenas de uma crítica pessoal, mas um questionamento do modelo eleitoral, que supostamente igualava a ralé, os capoeiras e os homens negros aos cidadãos de bem. Nesse sentido, como outras caricaturas analisadas neste trabalho, a imagem racializa a relação dos capoeiras com o objetivo de criticar o sistema representativo.



Figura 24 - Equilíbrio das Cores

Fonte: A Vida Fluminense n 243, 24 de agosto de 1872

Legenda: O equilíbrio das cores em dia de eleição. O que é branco num é preto no outro, e assim fica uma coisa pela outra.

Ao fazer isso, Faria demonstra como a questão racial era central nesse questionamento das eleições e da participação dos capoeiras. A distorção do homem negro serve ao argumento de que alguns tipos sociais, como os capoeiras, deveriam ter sua cidadania ainda mais negada. No entanto, os capoeiras faziam exatamente o oposto, invadindo a cena política por meio das estratégias construídas ao longo do século XIX. A malta da Glória é resultado da maturação dessas estratégias e de uma série de condições políticas que eles souberam aproveitar.

Entre as condições que permitiram a formação ou o florescer desta malta, destacam-se as eleições de 1868 e 1872. Elas foram particularmente disputadas por conta da crise política ligada à Guerra do Paraguai e a Lei do Ventre Livre. O conflito intrapartidário que gerou a dissolução da Câmara e a convocação de eleições fez com que os liberais sentissem o cheiro de sangue e se empenhassem ao máximo no processo eleitoral. A experiência nas eleições de 1868 certamente demonstrou que mais do que denunciar, eles precisavam agir. Assim, também recorreram às práticas eleitorais ilegais, como o uso de capangas portuguesas, mas foram extremamente eficientes por meio de uma massiva campanha midiática com o objetivo de expor as fraudes adversárias. Por outro lado, mesmo com a larga vantagem fornecida pelo processo de qualificação, sem o apoio direto do governo, Duque-Estrada recorreu aos capoeiras para garantir sua vitória, estratégia adotada em menor grau ao menos desde 1868. Essa combinação da campanha dos liberais e o relativo isolamento político de Duque-Estrada, fez com que o político dissidente e contrário à Lei de 21 de setembro se tornasse um alvo fácil e promissor para os caricaturistas por seu envolvimento com os capoeiras.

Esse cenário fez com que os capoeiras conquistassem o centro das atenções, coisa que eles sabiam muito bem manipular e utilizar ao seu favor. Os impactos dessa mediação são difíceis de dimensionar, pois eles se confundem com a consolidação de uma forma de representar e denunciar a capoeiragem na imprensa, especialmente a ilustrada. Essa representação, que constrói o capoeira como símbolo do atraso e da violência, certamente contribuiu para o processo de criminalização da prática e dos praticantes, mas isso foge do nosso escopo no momento e talvez seja objeto de uma pesquisa futura. A trajetória dos membros da Flor da Gente e o número de detenções demonstram como foram perseguidos e como reagiram.

Além disso, como prova a gravura de Faria de 1873, a Flor da Gente não foi desmobilizada após as eleições. Os capoeiras da Glória, aliados a Duque-Estrada, continuaram exercendo pressão política. Ademais, o “enredo” apresentado na figura 23 — a comemoração de um discurso contra os policiais — sugere que os capoeiras estavam atentos aos debates políticos na câmara, podendo, inclusive, exercer uma pressão graças aos políticos

que se aliavam e contribuía para eleger, como Duque-Estrada Teixeira. A caricatura, portanto, além de evidenciar uma das formas em que se colocava em prática os laços de proteção, aponta para a manifestação dos capoeiras em relação a um debate político de seu interesse. Insatisfeitos com as medidas repressivas do chefe de polícia e dos ministros do Império, os capoeiras manifestam o apoio ao deputado que os defende na Câmara. Assim, a imagem permite essa interpretação com respeito à presença dos capoeiras, sujeitos atentos àquilo que acontecia dentro do parlamento. Em uma leitura a contrapelo, o desenho constitui um indício de atuação não apenas por meio da navalha e do cacete, mas também por intermédio de um olhar antenado aos debates políticos.

As revistas, nesse processo, criavam sentidos e se empenhavam em ridicularizar pessoas como Duque-Estrada, apresentado para o público como uma flor cuidadosamente protegida por capoeiras. Como a figura sobre o equilíbrio das cores, de Faria, a caricatura de Agostini (figura 2), ao representar os personagens de maneira extremamente racializada, aponta para sentidos variados da relação entre os capoeiras e o político conservador. Ao navegar nesses sentidos, podemos compreender como os capoeiras adentraram as política imperial e como isso foi percebido pelos caricaturistas.

Por meio da imagem de sujeitos manipulados e enfeitados pelo político, ou pela flor, o desenho questiona o sistema representativo e a participação de homens negros nas eleições. Por outro lado, demonstra a relevância que eles estavam adquirindo no processo político. Ao fazer isso, reforçam ainda mais essa relevância, dando fama ao nome da malta e aos capoeiras célebres que a integravam, como o Príncipe da Lapa, Basílio Guilherme e Ignacinho. Assim, por meio da presente dissertação, foi possível identificar a relevância das caricaturas no processo de construção do nome, da imagem e, portanto, da formação da Flor da Gente.

## REFERÊNCIAS

### 1. Fontes

#### 1.1 Periódicos

A Comédia Social: hebdomadário popular e satírico (RJ) 1870 -.

A Semana Illustrada, (RJ) : Typ. de Pinheiro e Cia., 1860-1876.

A Vida Fluminense : Folha Joco-Seria Illustrada (RJ) - 1870 - 1874

A Reforma: órgão democrático (RJ). 1896 - 1879.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ : Typografia do diário, 1870 - 1890.

Diário do Povo (RJ) - 1867 - 1869

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, RJ : Typ. da Gazeta de Noticias, 1875 - 1890.

Jornal do Commercio (RJ) - 1870 - 1890.

O Besouro: folha illustrada, humorística e satyrica. Rio de Janeiro, RJ : Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1878 -.

O Fígaro: folha ilustrada (RJ) - 1876 - 1877.

O Mosquito: jornal caricato e critico. Rio de Janeiro, RJ : Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1869-1877.

O Mequetrefe. Rio de Janeiro, RJ : Nova Typ. de J.P. Hildebrandt, 1875-1890.

Revista Illustrada. Rio de Janeiro, RJ : Typ. de Paulo Hildebrandt, 1876-1890.

#### 1.2 Livros

ABREU, Plácido. Os capoeiras. Rio de Janeiro: tip. Seraphim Alves de Britto, 1886.

FILHO, Alexandre de Melo Moraes. Capoeiragem e capoeiras célebres. Festas e Tradições Populares do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2002.

ROMERO, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos. Estudos sobre a poesia popular do Brazil (1879-1880). Rio de Janeiro : Typ. Laemmert & C. 1888.

SILVA, Antônio de Moraes. Diccionario da Lingua Portugueza, v. I, Empr. Litteraria Fluminense, 8. ed. rev. e melhor, 1890. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523> Consultado em agosto de 2025.

SOUZA, Belisário Soares de. *O Systema Eleitoral no Brazil: como funciona, como tem funcionado, como deve ser reformado*. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1872.

### 1.3 “oficiais”

Relação do Rio de Janeiro - 84, Arquivo Nacional.

Juízo Municipal da Segunda Vara do Rio de Janeiro - ZV, Arquivo Nacional.

Registros de Matrícula da Casa de Detenção, Arquivo público do estado do Rio de Janeiro. Disponíveis em: <https://aperj.godocs.com.br/>.

Anais do parlamento. Disponível em:

[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio.asp](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp).

## 2. Bibliografia

ALONSO, Ângela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868–1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AMORIM, Thiago Rodrigues. *A capoeira e suas narrativas criminais no Rio de Janeiro entre os anos de 1821 a 1955*. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum*. Revista Sequência, V. 16 n. 30, 1995.

ANTUNES, Livia de Lauro. *Sob a Guarda Negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós abolição*. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História. 2019.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art*. Routledge, an imprint of Taylor & Francis, 2005.

BALABAN, Marcelo. *O Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864 - 1888)*. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2009.

\_\_\_\_\_. “Quem tem... barriga tem medo”: imagens de capoeiras na imprensa ilustrada da corte. Afro - Ásia, n° 51, 2015, pp. 175-221.

\_\_\_\_\_. Ridícula incoerência?: raça e escravidão na imprensa ilustrada da corte - 1884-1886. *Revista Brasileira De História*, 42(Rev. Bras. Hist., 2022 42(90)). <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-18>

BARROS, José D' Assunção. *O jornal como fonte histórica*, Editora Vozes, 2023.

BRETAS, Marcos Luiz. O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, 1991.



BROWN, Joshua. *Beyond the Lines – Pictorial Reporting, Everyday Life and the Crises of Gilded Age America*. Berkeley: University of California Press, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras : a política imperial*. Civilização Brasileira 2003.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008

\_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

DIAS, Luiz Sergio. *Da “turma da lira” ao cafajeste. A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro na Primeira República*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *Quem tem medo de capoeira? 1890-1904*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Governo Representativo e Eleições no Século XIX*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 178(474): 15-46, maio/ago. 2017

FAUSTINO, Luiz Felipe de Oliveira. *Capoeiragem carioca: da fina malandragem ao esporte civilizado (1885-1910)*. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FIALHO, Paula Juliana Foltran. *Mulheres incorrigíveis: capoeiragem, desordem e valentia nas ladeiras da Bahia (1900-1920)*. 2019. 300 f., il. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: raízes do método indiciário*. São Paulo: Companhia das Letras (1989).

\_\_\_\_\_. Carlo Ginzburg. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão — São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMBRICH, Ernest H. *O arsenal do caricaturista*. In: *Meditações sobre um cavaleiro de pau*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 130

\_\_\_\_\_. “O experimento da caricatura”, *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*, São Paulo: WMV Martins Fontes, 2007, pp. 279-303.

HABERMANS, Jürgen, “Sobre o conceito de opinião pública”, In: *Mudança estrutural da esfera pública*, São Paulo: Unesp, 2014, pp. 487-510.

HOLLOWAY, Thomas H. *A Healthy Terror": Police Repression of Capoeiras in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. The Hispanic American Historical Review, Vol. 69, No. 4 (Nov., 1989).

\_\_\_\_\_. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KNAUSS, Paulo et al. (organizadores). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

KRITSCH, Raquel. *Reconhecimento, identidade(s) e conflito social: debates a partir da teoria política e social*. Civitas, Rev. Cienc. Soc. 19, 2019.

LIMONGI, Fernando. *Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência*, Lua Nova (91), São Paulo, 2014.

LUCA, Tania Regina. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto. *Entre o crime e o esporte: a capoeira em impressos no Rio de Janeiro, 1890- 1960*. Dissertação, UERJ - Rio de Janeiro 2016.

MAINARDI, Patricia. *Another World: Nineteenth-Century Illustrated Print Culture*. Yale University Press, 2017.

MENEZES, Lena Medeiros. *Indesejáveis: desclassificados da modernidade; protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Letras, ideias e culturas políticas: os escritos de Nabuco de Araújo (1843-1876)*. 2015.

MOURA, Jair *A Capoeiragem no Rio de Janeiro Através dos Séculos*. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et al. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Companhia das Letras, 2012.

ODUMOSU, Temi. *Africans in English Caricature 1769-1819: Black Jokes, White Humour*. London. Harvey Miller Publishers, 2017.

OLIVEIRA, J. P., and LEAL, L. A. P. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009

PASCOVAL, Ygor Saunier Mafra Carneiro Monteiro Marambiré do: *estudo da performance percussiva de uma congada amazônica*. São Paulo – SP, 2019.

PENTEADO, David Francisco de Moura. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825-1904)* Revista Brasileira de História da Ciência, ISSN 2176-3275, v. 15, n. 1, p.61-86, jan | jun 2022.

PETTEGREE, Andrew, “The Search for Truth”, “The Age of the Journal”, in: *The invention of the news : how the world came to know about itself*, New Haven and London, Yale University Press, 2014, pp. 251-288.

PINTO, Ana Flávia M., “Do leão do norte seguiu a notícia: “Realidade social ou dissolução nacional”, in: *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*, São Paulo: Selo Negro, 2010, pp. 53-102.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)*. 1996. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281458>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. “Uma volta ao mundo com as mulheres capoeiras: gênero e cultura negra no Brasil (1850 - 1920). Cowling, Camillia, et al. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. Brasil, Selo Negro Edições, 2012. Edição Kindle.

PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. *A Imprensa em Guerra: O imaginário e as identidades produzidas nas caricaturas da imprensa ilustrada brasileira e paraguaia durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)*. UFRJ, 2015.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. *Humor e política nas caricaturas de Aluísio Azevedo*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 134 - 153. maio/ago. 2016.

RAMOS, Ana Flávia Cernic, “A lei dos sexagenários nas ‘Cousas Políticas’ da Gazeta de Notícias: os embates acerca da escravidão e da liberdade na imprensa carioca (1884-1885)”. In: *Os intelectuais e a imprensa*, Rio de Janeiro, Mauad, 2014, pp. 47-72.

\_\_\_\_\_. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola Ensaio Sócio-Etnográfico*. Salvador: Itapoã, 1968.

RUBERY, Matthew. *"The personal Advertisements: Advertisements, Agony Columns, and Sensation Novels of the 1860s"*. In: *The Novelty of New s papers: Victorian Ficcion after the Invention of the News*, Oxford, Oxford University Press, 2009, pp. 47-82.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História Do Feiticeiro Juca Rosa: Cultura E Relações Sociais No Rio De Janeiro Imperial*. Tese, Unicamp, 2000.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. Baurú, SP: EDUSC, 2007

REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

ROMON, Aline Dell'Orto Carvalho. *Être caricaturiste: le métier de dessinateur de presse à Rio de Janeiro (1844-1888)*. Paris: Le Poisson Volant, 2022.

ROSAS, Suzana Cavani, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, nº 26.

ROSENTHAL, Angela. *No laughing matter: visual humor in ideas of race, nationality, and ethnicity*. Dartmouth College Press, 2016.

SILVA, Elton; CORRÊA, Eduardo. *Muito Antes do MMA: O Legado dos Precursores do Vale Tudo no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro: 2021.

SOARES, Carlos E. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Campinas, SP, Brasil: Editora da UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

\_\_\_\_\_. *Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na corte do Rio de Janeiro (1809 - 1890)*. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

TALMON-CHVAICER, Maya. *The Hidden History of Capoeira: a collision of cultures in the brazilian battle dance*. University of Texas Press, 2008.

\_\_\_\_\_. *"The Criminalization of Capoeira in Nineteenth-Century Brazil."* *Hispanic American Historical Review*, vol. 82 no. 3, 2002, p. 525-547.

TELLES, Angela Cunha de Motta. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860 e 1870*. Brasília: Funag, 2010.

VASCONCELO, Mônica. *A campanha abolicionista na Revista Ilustrada (1876-1888): Angelo Agostini e a educação do povo*. Curitiba: Appris, 2018.

VERÍSSIMO, José. *Scenas da Vida Amazonica*, 1889.

VIEIRA, L. R. & ASSUNÇÃO, M. R. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. *Estudos Afro-Asiáticos* (34):81-121, dez. de 1998

WONHAM, Henry. *Playing the races : ethnic caricature and American literary realism*. Oxford University Press, 2004.